



Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle

Relatório Anual

2015







55ª Legislatura

1ª Sessão Legislativa - 2015

Presidente

Eduardo Cunha

1º Vice-Presidente

Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente

Giacobo

1º Secretário

Beto Mansur

2º Secretário

Felipe Bornier

3º Secretário

Mara Gabrilli

4º Secretário

Alex Canziani

Suplentes de Secretário

1º Suplente - Mandetta

2º Suplente - Gilberto Nascimento

3º Suplente - Luiza Erundina

4º Suplente - Ricardo Izar

Órgãos de apoio à Mesa

Secretaria-Geral

Sívio Avelino da Silva

Diretoria-Geral

Rômulo de Sousa Mesquita

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA – COMISSÃO PERMANENTE

Diretoria Legislativa

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

Departamento De Comissões

Diretora Rejane Salete Marques

----- CFFC -----

Comissão De Fiscalização Financeira E Controle

Presidente

Vicente Cândido

1º Vice-Presidente

Valtenir Pereira

2º Vice-Presidente

João Arruda

3º Vice-Presidente

Wellington Roberto

Secretário Executivo

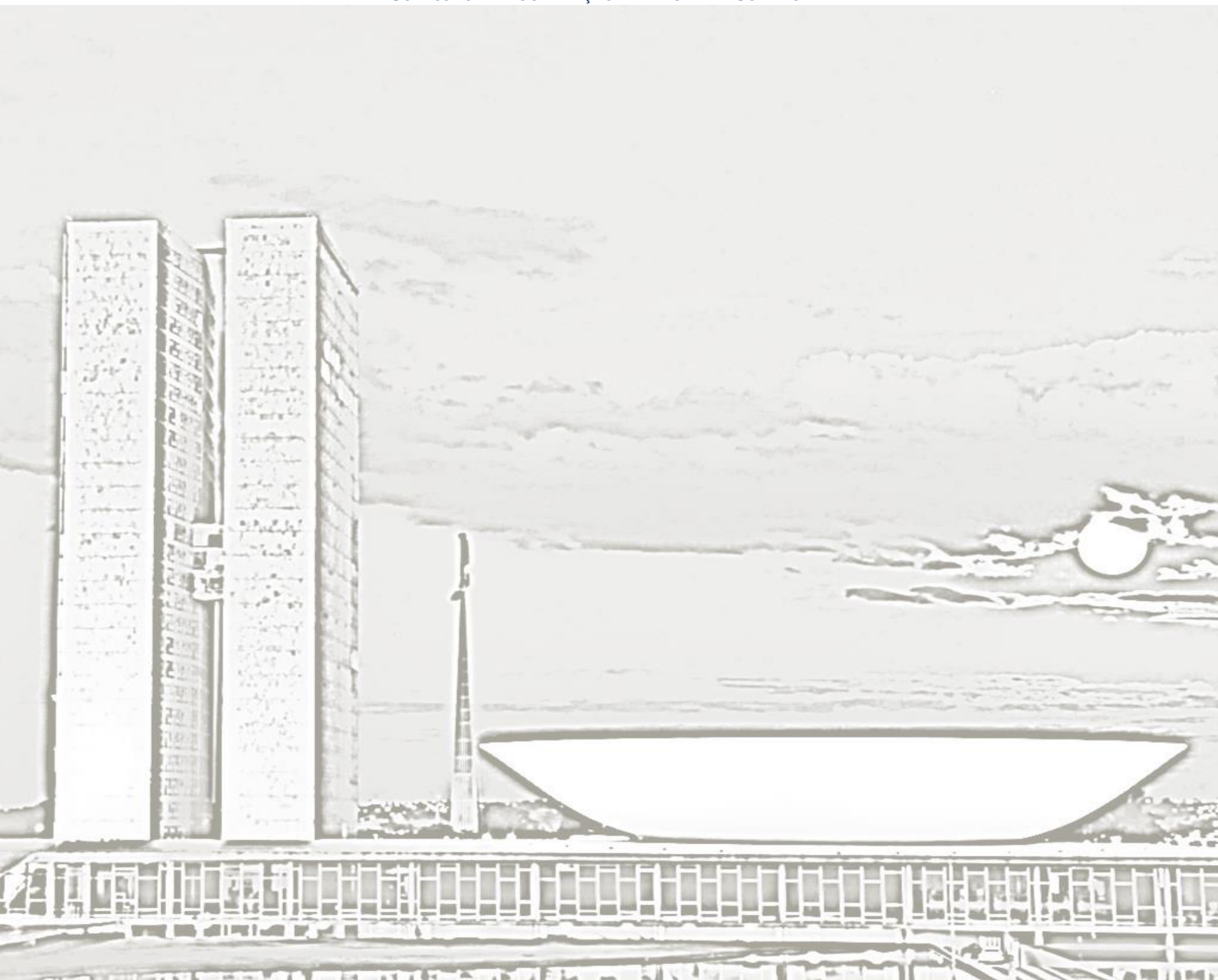
Luiz Paulo Pieri

Chefe de Serviço

Jayme Souza

Chefe da Seção de Gestão de Proposição

Antônio Gomes de Aguiar Neto



Titulares



Vicente Cândido
PT/SP
Presidente



Valtenir Pereira
1º Vice-Presidente



João Arruda
PMDB/PR
2º Vice-Presidente



Wellington Roberto
PR/PB
3º Vice-Presidente



Aníbal Gomes
PMDB/CE



Delegado Waldir
PSDB/GO



Ezequiel Teixeira
PMB/RJ



Fernando Francischini
SD/PR

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE



Hissa Abrahão
PPS/AM



Hugo Motta
PMDB/PB



Leo de Brito
PT/AC



Lindomar Garçon
PMDB/RO



Marcos Reategui
PSC/AP



Mendonça Filho
DEM/PE



Nilton Capixaba
PTB/RO



Paulo Pimenta
PT/RS



Sandes Júnior
PP/GO



Simone Morgado
PMDB/PA



Toninho Wandscheer
PMB/PR



Uldurico Junior
PTC/BA



Vanderlei Macris
PSDB/SP



Vinicius Gurgel
PR/AP

Suplentes



Abel Mesquita Jr.
PMB/RR



Adelmo Carneiro
Leão - PT/MG



Antonio Bulhões
PRB/SP



Edinho Bez
PMDB/SC



Edio Lopes
PMDB/RR



Efraim Filho
DEM/PB



Esperidião Amin
PP/SC



Gilberto Nascimento
PSC/SP



Heitor Schuch
PSB/RS



Izalci
PSDB/DF



Jorge Solla
PT/BA



Luiz Cláudio
PR/RO



Marcelo Aro
PHS/MG



Paulo Feijó
PR/RJ



Rubens Bueno
PPS/PR



Rubens Pereira Júnior
PCdoB/MA



Sérgio Brito
PSD/BA



Vitor Valim
PMDB/CE



Waldenor Pereira
PT/BA

A Câmara dos Deputados possui vinte e três Comissões técnicas que atuam em áreas específicas, tais como controle, fiscalização, defesa do consumidor, educação, cultura, seguridade social, transporte, esporte, turismo, entre outras. Todas têm competência para fiscalizar os programas governamentais e a aplicação dos recursos públicos federais em suas respectivas áreas de atuação.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), entretanto, possui competência fiscalizatória mais ampla, abrangendo toda a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta do Governo Federal.

Também são atribuições da CFFC: o acompanhamento de planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional; a tomada de contas do Presidente da República; e a apreciação de representações do Tribunal de Contas da União (TCU) que objetivem a sustação de contratos irregulares.

A CFFC dispõe de quatro principais instrumentos: as Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), os Requerimentos de Informação, as Audiências Públicas e as Representações.

Diante de indícios de irregularidades, a Comissão vale-se desses instrumentos para realizar auditorias, diligências, requisitar relatórios, balanços e informações sobre contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da Administração Federal.

Esses trabalhos podem ser realizados diretamente pela Comissão ou por intermédio do TCU, órgão que tem atribuição constitucional de auxiliar o Poder Legislativo no exercício do controle externo.

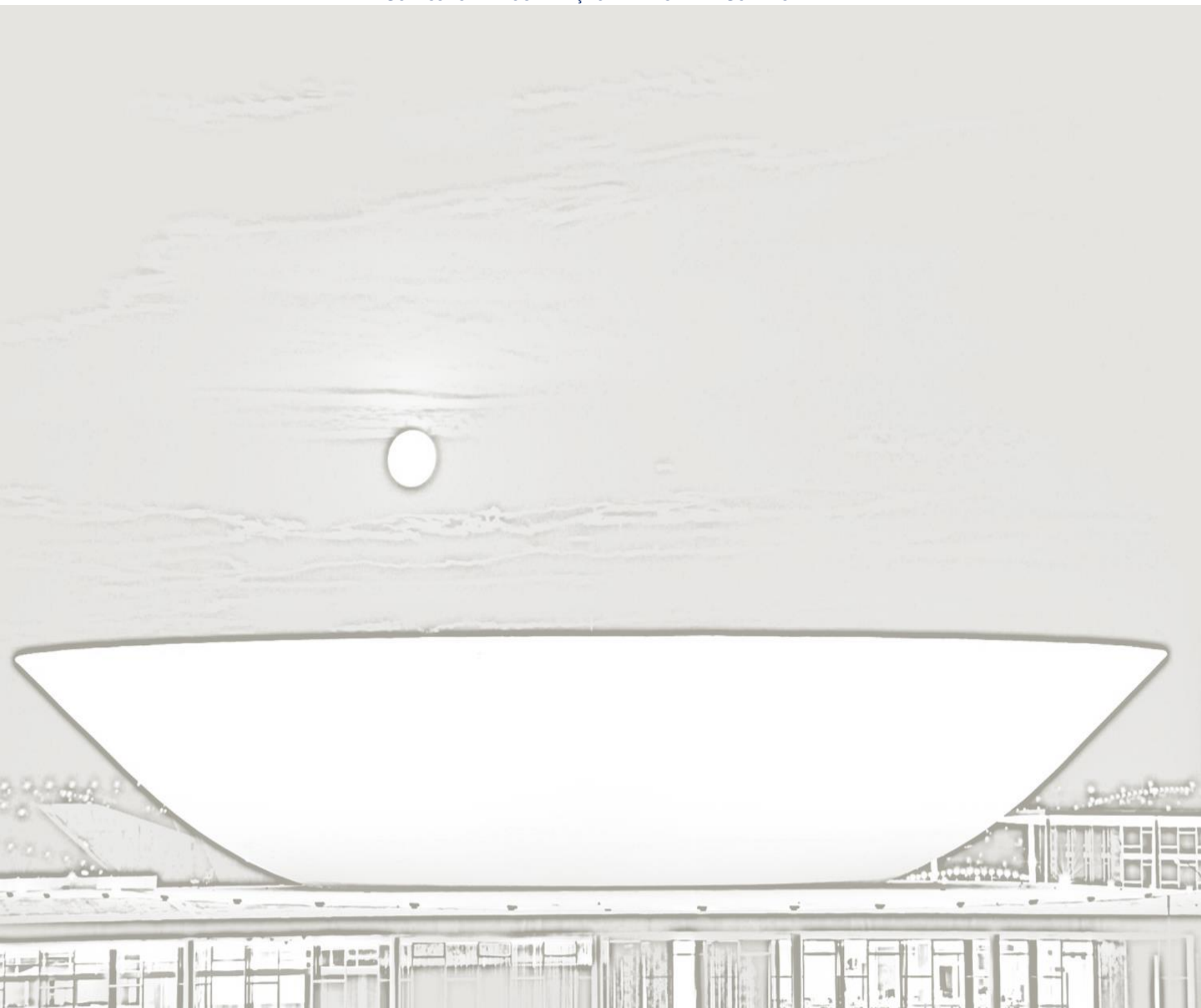
A PFC é um eficiente meio de fiscalização colocado a serviço da CFFC e é também utilizada pelas demais Comissões técnicas da Câmara dos Deputados (art. 61, do Regimento Interno). Pode ser apresentada por qualquer deputado à Comissão e o requisito preliminar para sua apresentação é a indicação de fato determinado a ser fiscalizado e a justificativa para providência solicitada.

As Representações, por sua vez, possibilitam a interação entre o Parlamento e a sociedade na medida em que abrem um canal de comunicação entre eles. As Representações podem ser apresentadas por pessoa física ou jurídica para denunciar atos irregulares ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

As denúncias apresentadas pelos cidadãos podem resultar na aprovação de PFC para que a matéria seja investigada com maior profundidade.

A CFFC também realiza audiências públicas, que são reuniões que visam promover o debate de parlamentares com autoridades, técnicos, especialistas e representantes da sociedade civil a fim de instruir matéria sujeita à sua apreciação, inclusive PFC, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante relacionados às suas competências.

MESA DA CÂMARA	02
COMISSÃO	03
Estrutura Administrativa	03
Membros	05
Atribuições	08
APRESENTAÇÃO	12
TEMAS DE AMPLA REPERCUSSÃO	16
Lava Jato	17
Acordo de Leniência	22
Recuperação de Recursos Fora do País	24
Combate à Sonegação	26
Olimpíadas no Rio de Janeiro	28
Dificuldades na Telefonia	30
Atuação com o TCU	32
Regime de Contratação	34
OUTROS ITENS CONJUNTURAIS	36
ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO	40
Prêmio	41
Cartilha	43
VISITAS TÉCNICAS	44
Atuação Externa	45
Recepção a autoridades	49
CFFC EM NÚMEROS	52
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	54
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	57
VISITAS TÉCNICAS	82
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	93
Propostas de Fiscalização e Controle	93
Representações	99
Requerimentos	100
Emendas ao PPA, LDO e LOA	121
EQUIPE TÉCNICA/COLABORADORES	126



Fiscalização e controle é atribuição do Legislativo

Câmara contribuiu para o enfrentamento de temas sensíveis aos Três Poderes



18.09 - Visita a estaleiro que demitiu mil trabalhadores em Angra dos Reis na crise que afetou a Petrobras

A Câmara dos Deputados, além do importante papel legislativo, tem a missão de fiscalizar o bom andamento das políticas públicas e de tudo que as afetem.

É missão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle contribuir para que a Câmara exerça bem esse segundo pilar de sua missão institucional, como o nome indica.

Em uma República, a eficácia das políticas públicas é uma responsabilidade dos três poderes, que devem zelar pela economia, pelo desenvolvimento, pelo bem-estar da população.

Ciente das próprias atribuições, a CFFC enfrentou temas sensíveis aos poderes e também ao povo artífice do futuro e da riqueza.

Tudo isso foi perseguido sem arrogância, mas com firmeza, em busca da dignidade do Poder Legislativo. O relatório que apresentamos mostra que a CFFC atuou com esse objetivo.

Em um ano de crise econômica e de alto acirramento político, a CFFC encontrou caminhos para o debate e para o diálogo próprios de uma democracia.

Para tanto, contribuíram as ações de cinco subcomissões, que analisaram assuntos a elas atribuídos, e a participação de representantes da sociedade em encontros promovidos pela CFFC.

Em 2015, o ritmo não diminuiu. Ao contrário, progrediu o número de reuniões deliberativas e de propostas de fiscalização examinadas.

Temas que se destacaram: Lava-Jato, Zelotes, Ativos-HSBC, Jogos Olímpicos, Telefonia

Os efeitos da Operação Lava-Jato foi o tema que mais exigiu a realização de encontros públicos, em Brasília e em alguns estados, assim como visitas técnicas da CFFC para conhecer situações específicas.

Destacou-se a atuação para que se preservassem as empresas nacionais, os empregos dos trabalhadores e o conhecimento acumulado, desenvolvido ao longo de décadas, especialmente na indústria naval-petrolífera.

A Comissão discutiu também o andamento da Operação Zelotes, focada inicialmente na sonegação de impostos por empresários, com ajuda de servidores, no valor total de R\$ 19 bilhões, superior ao investigado na “Lava-Jato”.

A divulgação da existência de ativos brasileiros na Suíça, que ensejavam prática de evasão fiscal, por meio de contas secretas no Banco HSBC, motivou reuniões e a conclusão da necessidade de aperfeiçoar a legislação penal.

As obras do parque olímpico no Rio de Janeiro e as dificuldades da telefonia fixa e móvel, que geram reclamações de usuários, foram igualmente objeto de debates na CFFC.

Os membros da Comissão aprovaram debates sobre o Tribunal de Contas da União, o regime diferenciado de contratação na administração pública, o controle de fronteiras, e outros temas de repercussão, como a tragédia em Mariana (MG).

O trabalho de três subcomissões temporárias e duas permanentes subsidiou as discussões

Três subcomissões temporárias foram instituídas para melhor subsidiar os debates sobre os efeitos negativos da Operação Lava-Jato, a recuperação dos ativos secretos em contas do HSBC no exterior e as dificuldades da telefonia no País. Os relatórios finais já foram divulgados.

Outras duas comissões, por terem caráter permanente, deverão ser reinstaladas ao início da próxima sessão legislativa. São a que examina a sonegação de impostos tratada na Operação Zelotes e das olimpíadas, que acompanhará as contas das obras até depois da entrega do parque olímpico.

Os relatórios parciais das subcomissões permanentes também foram aprovados e já divulgados.

QUADRO DAS SUBCOMISSÕES	
SUBCOMISSÃO – OLIMPIADAS 2016 (SUBJOGOS)	Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro-RJ
Presidente:	Ezequiel Teixeira
Relator:	Vaitenir Pereira
Requerimento 8/2015, Dep. João Arruda, aprovado dia 11/3/2015.	Data de instalação
SUBCOMISSÃO – Operações da P.F. (SUBPF)	Subcomissão Permanente para acompanhamento das operações da Polícia Federal relativas ao Sistema Tributário Nacional, no intuito de propor modificações normativas no sistema de administração de recursos fiscais.
Presidente:	Vaitenir Pereira
Relator:	Paulo Pimenta
SUBCOMISSÃO – ATIVOS NO HSBC (SUBREATO)	Subcomissão Especial para recuperação dos ativos originários e produtos de crimes, encontrados no exterior, de forma eficiente e celeridade e investigar as contas secretas de brasileiros no Banco HSBC.
Presidente:	Vanderlei Macris
Relator:	Toninho Wandscheer
SUBCOMISSÃO – TELEFONIA (SUBTELEF)	Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil.
Presidente:	Wellington Roberto
Relator:	Edinho Bez
SUBCOMISSÃO – LAVA JATO (SUBLAVA)	Subcomissão Especial para debater os efeitos da “Operação Lava Jato” na economia e no índice de emprego do Brasil.
Presidente:	Jorge Solla
Relator:	Vaitenir Pereira

Cinco subcomissões facilitaram a organização do trabalho, com melhor coordenação de temas e tarefas

Audiências públicas garantiram a colaboração de especialistas e de organizações sociais

Audiências públicas realizadas em Brasília, além de permitirem questionar ministros de Estado, como o da Saúde, da Previdência e das Relações Exteriores, foram canal de expressão de especialistas e representantes sociais.

Petroleiros vieram à capital federal, bem como participaram de eventos em estados. Empresários, técnicos do TCU, procuradores, advogados, militares, contribuíram com o debate instaurado pela CFFC.

Na agenda, inseriram-se temas de repercussão. O polêmico exame das contas governamentais pelo órgão auxiliar, TCU, por exemplo, foi discutido em audiência com a participação do Advogado-Geral da União.



11.06 - Deyvid Bacelar
Sindipetro / BA



03.12 Karla Crosara
Anatel



20.05 - Hugo Barros
Polícia Fazendária



09.12 - Luiz Felipe
Forças Armadas



03.12 - Paulo Sisnando
Tribunal de Contas da União



09.12 - Roberto Alzir
Segurança Pública RJ



11.06 - Ivanildo Almeida
Petrobras



11.06 Ariovaldo Rocha
Sindicato Indústria Naval



27.08 - Além das audiências e das visitas técnicas merecem destaque dois outros eventos: O Seminário sobre contratação na administração pública (acima) e a premiação dos que fizeram diferença na fiscalização e na transparência.

CFFC apreciou 46,8% mais Propostas de Fiscalização do que a média de 2011 a 2014

Anualmente, proposições em número considerável deixam de ser analisadas por fatores internos e externos à Comissão. Apesar disso, em 2015, o número de propostas de fiscalização e controle examinadas foi superior 46,8% à média dos quatro anos anteriores, e o maior em cinco anos.

À semelhança, o número de reuniões ordinárias deliberativas, as que discutem e votam os diversos tipos de proposição, foi 10,6% maior do que a média dos quatro anos anteriores, e o maior em cinco anos. Mesmo com todas as atribuições da Sessão Legislativa de 2015, o ritmo foi aperfeiçoado.

Se, por um lado, é possível afirmar que o primeiro ano de uma Legislatura é mais produtivo historicamente do que os demais, é também forçoso reconhecer que jamais houve um início de trabalhos legislativos com impasses e dificuldades tão evidentes quanto o de 2015.

Ao final desta apresentação, é importante destacar a contribuição de todos os deputados federais integrantes da CFFC, assim como os suplentes, sempre disponíveis para auxiliar nos trabalhos quando convocados. E o agradecimento aos assessores, servidores da equipe técnica e demais assistentes da Comissão, em especial os consultores legislativos e de orçamento.

Ritmo foi mantido em ano crítico



Proposições apreciadas em 2015



(*) Vicente Cândido é presidente da CFFC

Comissão enfrentou inúmeros assuntos polêmicos

Em período de acirramento político, a CFFC encontrou caminhos para o debate

Na atuação fiscalizadora do bom andamento das políticas públicas e de tudo que as afetem, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encontrou caminhos para o debate de assuntos polêmicos, com o objetivo, comum aos três poderes, de zelar pela economia, desenvolvimento e bem-estar da população.

Reúnem-se nesta seção oito temas sensíveis em 2015: "Operação Lava-Jato", Acordos de Leniência, Contas Secretas do HSBC no exterior, "Zelotes", Jogos Olímpicos, Telefonia, Exame das Contas da Presidência da República pelo TCU e Regime Diferenciado de Contratação.

Esses oito temas são destaques porque foram objeto de análise de subcomissões e grupo de trabalho, e abordados, de modo planejado, em diversos encontros públicos. Os efeitos negativos da "Lava-Jato", por exemplo, além de subcomissão, contaram com a criação de um Fórum Permanente de Debates.

Outros assuntos e eventos conjuntamente importantes, assim como as ações anuais, entre elas a premiação da transparência e fiscalização pública e a apresentação de emendas orçamentárias, estão contemplados nas demais seções do relatório, em sequência.

Imagens de apresentações de expositores em audiências públicas

<p>Efeitos da "Lava-Jato"</p>	<p>Acordo de Leniência</p>	<p>Ativos do HSBC no exterior</p>	<p>Sonegação de impostos</p>
<p>Jogos Olímpicos</p>	<p>Qualidade da Telefonia</p>	<p>Atuação do TCU</p>	<p>Regime de Contratação</p>

Lava-Jato foi examinada em diversos aspectos

Subcomissão e Fórum delinearam alternativas aos efeitos negativos da Operação



24.06 - CFFC constituiu grupo com trabalhadores e empresários com objetivo de construir alternativas para evitar extinção de contratos e investimentos, redução da atividade econômica e aumento do desemprego

Para debater os efeitos da “Operação Lava-Jato” na economia e no índice de desemprego do Brasil, a CFFC realizou diversas audiências e encontros públicos, em Brasília e em outros estados, assim como realizou visitas.

Além disso, instituiu uma Subcomissão Especial, constituída por deputados, e, por sugestão desta, criou um Fórum Permanente de Debates com a participação de representantes empresariais, do governo, de representantes dos trabalhadores e de especialistas, para encontrar soluções que minimizassem os efeitos negativos decorrentes da ação policial e judicial.

Pelo número expressivo de reuniões que trataram dos diversos efeitos da “Lava-Jato”, é evidente que foi o assunto sobre o qual a Comissão mais deteve atenção em 2015.

“Devemos, sim, separar o joio do trigo”, enfatizou o Relatório Final da Subcomissão Especial. “Mas não podemos permitir que empresas inteiras, as subcontratadas e os trabalhadores paguem por crimes cometidos por diretores e executivos”. A CFFC inseriu-se no esforço para encontrar meios de garantia da retomada de investimentos, sem riscos à engenharia nacional e ao Estado de Direit

Alternativas para a preservação dos investimentos e de empregos foram requeridas



22.07 – Reunião com representantes dos trabalhadores do setor de óleo e gás, da indústria naval, de empresários e do governo federal, em sala do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para propor alternativas à retração econômica

No esforço empreendido pela Comissão para a retomada dos investimentos, suspensos ou retraídos no curso da “Lava-Jato”, destacou-se a defesa das empresas nacionais, dos empregos dos trabalhadores e do conhecimento desenvolvido ao longo de décadas pela indústria naval-petrolífera brasileira.

O prejuízo para a economia brasileira com a suspensão de contratos entre Petrobras e empresas, que levou à retração de investimentos, foi estimada pela Fundação Getúlio Vargas em aproximadamente R\$ 87 bilhões em 2015. A Comissão instou a Petrobrás, o Governo e poderes a encontrar alternativas à retração econômica, que alcançou os setores de óleo e gás, com prejuízos sociais.

Comissão defendeu as prerrogativas dos advogados e o direito à ampla defesa dos réus

Em consideração a reclamações de inúmeros advogados que atuavam nas ações judiciais consequentes à Operação “Lava-Jato”, a CFFC realizou audiência pública em defesa das prerrogativas do exercício da defesa dos réus. Convidados defenderam as prerrogativas e afirmaram desconhecer violações.

Alguns deles condenaram, entretanto, a “espetacularização” das ações policiais e o vazamento de informações sigilosas, atribuindo-se à Imprensa, e não ao Ministério Público ou à Polícia Federal, a responsabilidade pelo espetáculo das prisões e vazamentos. O dever do Judiciário é trabalhar com base no processo.



08.04 – A imprensa havia divulgado reclamações de advogados que se declaravam limitados no exercício constitucional de suas atividades profissionais. A possibilidade de ajustes na legislação para garantir direitos constitucionais foi considerada.

Petrobras foi instada a examinar problemas socioeconômicos consequentes à investigação

Em visita técnica à sede da Petrobras, em junho, os impactos da Operação “Lava-Jato” na economia e no índice de empregos foram discutidos com diretores da estatal. Antes, a Comissão já havia debatido o tema com a presença de petroleiros, de engenheiros, de industriais e do governo federal no Sindicato dos Administradores do Estado.

Além do desemprego e demais prejuízos para a economia, a CFFC alertou para a queda de arrecadação de impostos decorrente da retração dos investimentos. Conforme estudos da Fundação Getúlio Vargas, a arrecadação diminuiria em quase R\$ 6 bilhões, montante aproximadamente igual ao que a “Lava-Jato” pretendia restituir aos cofres públicos.

Nos primeiros contatos, antes de deputados irem à sede no Rio de Janeiro, a Petrobrás negara prejuízos decorrentes da “Lava-Jato”.

Durante a reunião no Rio, com a presença de representantes da Central Única dos Trabalhadores, do Sindipetro da Bahia, da Associação dos Engenheiros e da Federação das Indústrias do Paraná, diretores da Petrobrás solicitaram mais tempo para responder aos questionamentos da Comissão.

Comprometeram-se a apresentar estudos detalhados que indicassem, no balanço contábil da empresa, a influência ou não da Operação “Lava-Jato” na retração dos investimentos da empresa e na suspensão de contratos.

Até o final da Sessão Legislativa Ordinária de 2015, dia 22 de dezembro, entretanto, a direção da Petrobrás não encaminhou à CFCC a conclusão, nem sequer comunicou se já chegara a alguma conclusão. Fica a pendência: reconhecimento de prejuízos, com respectivos valores, em decorrência da “Lava-Jato”.



11.06 – Em audiência presidida pelo Deputado Jorge Solla, Comissão reitera questões à Petrobras



23.09 – Fórum discutiu convites a diversas autoridades. Ao centro, o Deputado Valtenir Pereira, ao lado de Vicente Cândido

Segmentos envolvidos falaram em defesa do desenvolvimento e dos direitos do trabalhador

“Tornar a sociedade ética não pode justificar torná-la mais pobre” – disse o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Para o empresário, “o tempo econômico é muito mais curto que os tempos jurídicos e políticos. Estamos diante de um risco sistêmico. Há uma iminente quebra das maiores empresas”.

“O setor mais interessado em extirpar a corrupção é o dos trabalhadores. É o nosso suor, o nosso sangue que vai pelo ralo” – afirmou o secretário de relações internacionais e empresas privadas da Federação Única dos Petroleiros. A entidade sustenta que a abertura de financiamentos deve honrar direitos e postos de trabalho. Os trabalhadores têm interesse no fim da corrupção

O presidente do Clube de Engenharia – Brasil, na editoria Opinião do Jornal do Comercio, afirmou: “a corrupção não pode ser pretexto para abertura indiscriminada do mercado a produtos e serviços estrangeiros, fragilizando empresas brasileiras, com conhecimento que lhes garantiu a presença no mundo”.

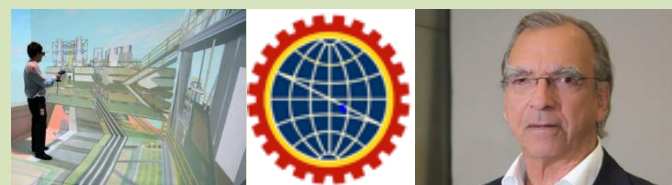
Essas manifestações estão registradas no Relatório Final da Subcomissão sobre a “Lava-Jato”, que anotou também a opinião do presidente da Confederação Nacional da Indústria na coluna IstoÉ Dinheiro: falando sobre os desdobramentos da Operação, reconheceu que pode haver impactos negativos no desempenho da economia já em 2015.



Firjan – O presidente Eduardo Eugenio Gouveia Vieira disse que o tempo econômico é mais curto que os tempos jurídico e político e era preciso evitar quebras



FUP – O secretário João Antônio de Moraes expressou o posicionamento dos petroleiros: a abertura de financiamentos deve honrar direitos e postos de trabalho. Os trabalhadores têm interesse no fim da corrupção



Clube de Engenharia – Brasil – O presidente Pedro Celestino Pereira Filho criticou a abertura indiscriminada do mercado a produtos e serviços estrangeiros



CNI – O presidente Robson Braga de Andrade reconheceu que pode haver impactos negativos na economia, ao ser entrevistado sobre os desdobramentos da Operação “Lava-Jato”

O alerta ecoou: a indústria naval pode perder conhecimento competitivo gerado em décadas

Conforme o relatório da Subcomissão que analisou os impactos da Operação “Lava-Jato”, a indústria naval brasileira foi muito atingida. No momento passa dificuldades com a prática constante da demissão de trabalhadores, em razão da interrupção de pagamentos de contrato em andamento.

Os efeitos também são indiretos. “Com a deflagração da operação, bancos fugiram da estratégia nacional de fortalecimento da indústria naval, da responsabilidade de disponibilizar recursos, promover o investimento. É insuficiente o crédito do BB, da CEF, do BNDES, e o do BTG Pactual e City Bank.

O relatório sustenta que muitas empresas estrangeiras foram contra o modelo de partilha do Pré-Sal. “Pode haver intenção de usar as investigações da Lava-Jato para fragilizar, ou destruir, o conteúdo nacional”. Por isso, seria responsabilidade do governo federal encontrar alternativas técnica, jurídica, política e econômica para induzir ao desenvolvimento.

Além dos bancos que costumavam financiar o desenvolvimento da indústria Naval, a Petrobrás, com a diminuição do preço do barril de petróleo, restringiu o investimento. Com isso, estaleiros fecham, desemprego aumenta e há o risco de perda de competitividade do conteúdo nacional desenvolvido em décadas.



02.07 – Manifestações pela defesa do chamado conteúdo nacional aconteceram em audiências convocadas para discutir a crise da indústria naval. O conhecimento brasileiro foi desenvolvido em décadas e corre risco de descontinuidade e até perda

Em conclusão, a Subcomissão afirmou que o Brasil é um país de costa enorme e precisa de estar na vanguarda, assumir protagonismo na indústria naval, com aprimoramento constante de tecnologia. Com a indústria petrolífera, ocorre o mesmo. Há muitas empresas estrangeiras com interesse no Pré-Sal.

Ademais, conclui a análise da Subcomissão, é necessária a presença do governo na elaboração de estratégias, na definição dos encaminhamentos, na chamada de todos os setores produtivos e políticos à responsabilidade. A indústria naval representa 15% do PIB Nacional.

Comissão preocupa-se em separar o joio do trigo

Para manter empregos, CFFC defende acordo entre governos e empresas investigadas



08.07 – Fórum com Armando Monteiro, titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Compareceram mais de 50 representantes de segmentos considerados prejudicados com o risco iminente aos contratos



25.03 – Em audiência pública, a CFFC convidou autoridades para ouvir pontos de vista diversos sobre as dificuldades geradas pela paralisação das atividades de empresas investigadas. Combatida, a ideia de viabilizar acordos de leniência fortalece-se

Com vistas à preservação de empresas nacionais, dos empregos dos trabalhadores e do conhecimento acumulado, especialmente na indústria naval-petrolífera, uma das discussões no âmbito da CFFC foi a de destravar a legislação para permitir os acordos de leniência.

Com esses acordos, é possível separar o joio do trigo. As empresas cumprem suas obrigações e colaboram para que dirigentes que tenham cometido crimes possam ser processados, julgados e punidos, sem que tenham de interromper contratos ou sejam impedidas de efetivar novas contratações.

Para facilitar os acordos de leniência, foi aprovado um projeto da própria CFFC com mudanças na Lei de Combate à Corrupção, quando havia questionamentos sobre a possibilidade da Controladoria-Geral da União estabelecer tais acordos.

Na gradação de punições, até a troca de controle acionário poderia vir a ser exigida. As mudanças foram solicitadas em reuniões com representantes de empresários e trabalhadores. Esses últimos reiteraram a necessidade de compromissar empresas a garantir direitos trabalhistas e empregos.

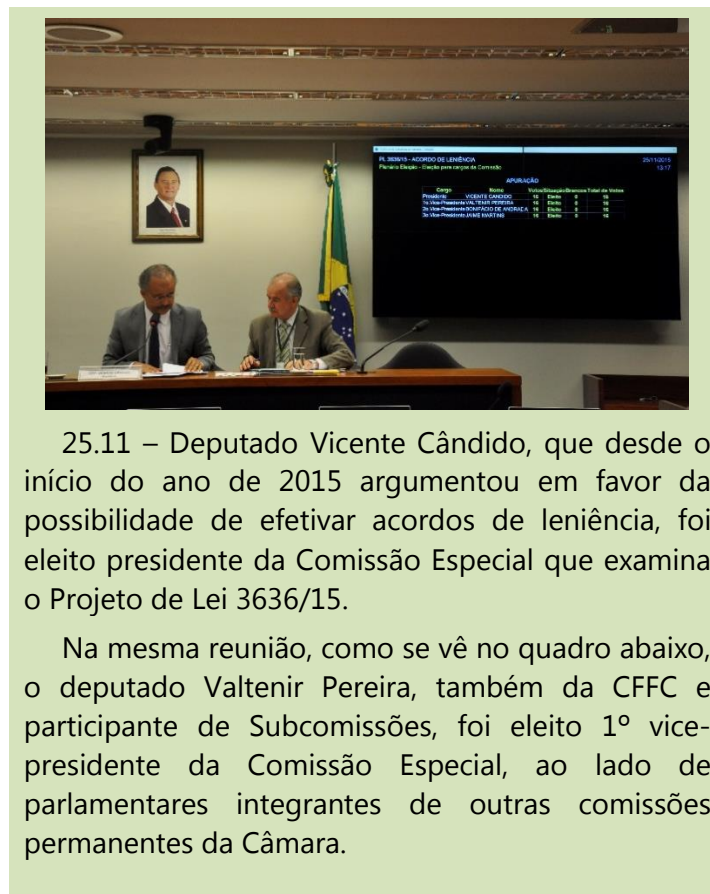
Debate sobre acordo de leniência deu lastro à criação de comissão especial e edição de MP

A existência de discussão institucional - em que opinavam, entre outros órgãos, a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União - e de projetos sobre Acordo de Leniência ensejou a criação pela Câmara dos Deputados de uma Comissão Especial para examinar alterações na lei anticorrupção.

O presidente da CFFC foi eleito para presidir a Comissão Especial, instalada em novembro. O relator da Subcomissão sobre a Operação "Lava-Jato" compôs a chapa como vice-presidente.

Após algumas semanas de discussão, o Poder Executivo antecipou-se e editou dia 21 de dezembro, Medida Provisória, que tem força de lei, sobre o mesmo tema. O Congresso examina a MP na sessão legislativa de 2016.

O debate continua. Manifestações de diversas instituições, autoridades, representação de empresários e de trabalhadores já são de conhecimento do Congresso Nacional.



25.11 – Deputado Vicente Cândido, que desde o início do ano de 2015 argumentou em favor da possibilidade de efetivar acordos de leniência, foi eleito presidente da Comissão Especial que examina o Projeto de Lei 3636/15.

Na mesma reunião, como se vê no quadro abaixo, o deputado Valtenir Pereira, também da CFFC e participante de Subcomissões, foi eleito 1º vice-presidente da Comissão Especial, ao lado de parlamentares integrantes de outras comissões permanentes da Câmara.

PL 3636/15 - ACORDO DE LENIÊNCIA			
Plenário Eleição - Eleição para cargos da Comissão			
APURAÇÃO			
Cargo	Nome	Votos	Situação
Presidente	VICENTE CANDIDO	16	Eleito
1o. Vice-Presidente	VALTENIR PEREIRA	16	Eleito
2o. Vice-Presidente	BONIFÁCIO DE ANDRADE	16	Eleito
3o. Vice-Presidente	JAIME MARTINS	16	Eleito

Ativos do HSBC na Suíça revelaram evasão fiscal

Contas foram mantidas secretas para evitar pagamento de impostos e outros tributos

Os desdobramentos da denúncia da existência de contas secretas de brasileiros no Banco HSBC que serviriam como meio ilícito para a evasão fiscal motivou a CFFC a instituir a Subcomissão Especial para tratar do assunto.

O “SwissLeaks” foi abordado em audiências públicas, uma delas com a presença do jornalista que obteve a lista das contas secretas de 2006 e 2007 por meio do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

Constam da lista de contas secretas do HSBC 8.657 correntistas brasileiros, entre pessoas físicas e jurídicas, sendo 400 de “grande relevância jornalística e interesse público”.

Nos dois anos investigados, o conjunto das contas mantinha aproximadamente R\$ 7 bilhões, mais do que o volume de recursos investigado na Operação “Lava-Jato”.



07.05 – Deputado Vanderlei Macris, presidente da Subcomissão do HSBC, ouve o jornalista Fernando Rodrigues, que divulgou a lista de contas secretas de brasileiros na Suíça Expositores, em audiências posteriores, discutiram o aperfeiçoamento das leis nacionais e estrangeiras para evitar ilícitos no exterior.

Para o jornalista que obteve a lista, caberia não à Imprensa, mas à Polícia Federal e à Receita Federal verificar a existência de crimes de sonegação fiscal e evasão de divisas.

Expositores defenderam mais acordos entre governos e aperfeiçoamento da legislação



01.07 - Delegado de Polícia Federal, Wilson Rodrigues de Souza



01.07 - Secretário de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal, Vladimir Aras

Lacunas na legislação podem dificultar validação de provas de crimes praticados fora do País

As leis brasileiras e suíças consideram as informações obtidas no chamado “SwissLeaks” como provas ilícitas, porque obtidas por ex-funcionário do HSBC suíço. O governo francês, entretanto, validou as provas utilizando a Convenção de Mérida, assinada pelo Brasil e já ratificada pelo Congresso Nacional.

Embora a lei anticorrupção tenha obtido diversos progressos, a Subcomissão Especial indicou a necessidade de regulamentação do instituto do denunciante de boa-fé.

A cooperação jurídica e policial entre o Brasil e outros países deve também ser regulamentada, assim como o País deve estabelecer tratados de cooperação em matéria tributária – sugeriu o Relatório Final da Subcomissão aprovado em dezembro.

Com relação ao Brasil, o órgão defendeu a ampliação dos prazos de prescrição e decadência tributária, e uma lei que estabeleça o compartilhamento de informações entre autoridades tributárias e financeiras.



Legislativo deve acompanhar o trabalho realizado pelos órgãos governamentais



01.07 – Deputado Hissa Abraão inicia Audiência Pública sobre as contas secretas do HSBC na Suíça

A Comissão decidiu que irá manter uma atuação sistemática de acompanhamento dos trabalhos oficiais relativos à investigação do caso das contas secretas do HSBC na Suíça.

Para cumprir esse objetivo, será necessário requerer relatórios semestrais dos Ministérios da Fazenda e Justiça, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

O Relatório Final da Subcomissão sugeriu essa continuidade.

CFFC apoiou a Zelotes no combate à sonegação

Ação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foi desvirtuada por quadrilhas



13.05 – Frederico Paiva, do setor de Combate à Corrupção da Procuradoria da Receita, mostra ação que abrangia escritórios de advocacia, empresas, algumas mais conhecidas, e auditores da própria Receita



20.05 – Delegados da repressão a crimes fazendários e de Polícia Fazendária explicam como se operava a sonegação de impostos no CARF, pela redução ou anulação de multas com base em pareceres falsos

O esquema de diminuição e até anulação de multas da Receita Federal durante a apreciação dos recursos impetrados administrativamente por empresas junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais chegou ao conhecimento do Ministério Público por meio de carta anônima. Investigadores disseram haver comprovação de desvios de pelo menos R\$ 5,9 bilhões.

A CFFC acompanhou de perto o desenrolar da Operação Zelotes, por meio de uma Subcomissão instituída com o caráter de permanente. Houve também diversas audiências públicas sobre a trama.

Participavam das irregularidades empresas, escritórios de advocacia e contabilidade, servidores públicos e membros do próprio CARF.

Integrantes da Subcomissão questionaram, em audiências públicas, as decisões judiciais relativas à Operação Zelotes. O acesso ao inquérito foi sempre difícil, houve troca de juízes, prisões solicitadas não foram autorizadas; e somente ao final do ano houve formalização de denúncia. Entre os suspeitos, há também autoridades constituídas e diversas empresas conhecidas, inclusive uma ligada à comunicação social e outra ligada a autoridade de controle.

Casos investigados no CARF somam R\$ 19 bilhões que não chegaram aos cofres públicos

Os investigadores definiram como foco apenas 74 recursos entre centenas julgados pelo CARF, entre 2005 e 2015. Esses casos totalizaram diminuição de multas em R\$ 19 bilhões, três vezes o investigado na Lava-Jato.

Segundo técnicos da Procuradoria da República do Distrito Federal, a União vence 95% dos julgamentos, mas os 5% restantes representam 80% do valor dos débitos em julgamento no Conselho. O relator da Subcomissão criticou o sigilo seletivo da Operação Zelotes.



20.05 – Deputado Paulo Pimenta criticou o sigilo seletivo da Zelotes, ao lado dos colegas Adelmo Leão e Toninho Vandscheer, em audiência pública sobre a Operação Zelotes.

Comissão deverá sugerir ao Congresso Nacional o aperfeiçoamento do Sistema Tributário

O Ministério da Fazenda procedeu a alterações no modo de funcionamento e na composição do Conselho, após a deflagração da Operação Zelotes, para evitar as brechas com base nas quais age a quadrilha que estimula a sonegação em troca de propina.

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Senado, ao final dos trabalhos, recomendou o indiciamento de 28 pessoas por crimes como sonegação fiscal e corrupção ativa e passiva.

Na primeira denúncia, apresentada em novembro pelo Ministério Público Federal, 16 investigados foram acusados formalmente de corrupção. Os desdobramentos deverão ser acompanhados em 2016.

Conforme o Relatório da Subcomissão, o Ministério Público Federal solicitou o levantamento do sigilo. Com o pedido negado, o órgão manifestou incômodo com o que chamou de vazamento seletivo de informações sobre a Operação Zelotes.

Como as ações policiais não estão encerradas e há necessidade de acompanhar outras operações com impacto no Sistema Tributário Nacional, a Subcomissão será reinstalada no início da próxima Sessão Legislativa.

Ao apresentar o Relatório Parcial 2015, a Subcomissão já informou que irá propor à CFFC gestões, inclusive legislativas, para garantir modificações normativas de modo a coibir a sonegação e melhorar a administração fiscal.



Redimensão sobre Foto: Renato Sette Câmara/Prefeitura do Rio - <http://fotospublicas.com/termos-de-uso/>

Obras para os jogos olímpicos são fiscalizadas

Foco em 2015 foi mobilidade urbana, custos e andamento da execução contratual

A Copa do Mundo de 2014 foi alvo de ilações, denúncias e predições que a levariam ao insucesso. No entanto, ocorreu o contrário, e o País mostrou capacidade de sediar e organizar grandes eventos.

As Olimpíadas também são alvo de críticas de insucesso. Para contribuir com a efetivação, a fiscalização e o controle dos jogos olímpicos, a CFFC instituiu uma Subcomissão Permanente.

Ao longo do ano, os atrasos em obras foram alvo de alerta. A CFFC aprovou diversos requerimentos de pedidos de informação aos órgãos de controle, nos âmbitos da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

A Subcomissão cobrou dos órgãos envolvidos a conclusão das obras nos prazos ajustados e o respeito ao planejamento e ao princípio constitucional da economicidade, questionando alterações de valores que não tivessem justificativa relevante.

E constatou que alguns reajustamentos não foram acompanhados de explicações consolidadas.

Com relação a atrasos nas obras de mobilidade urbana, foi apresentada proposta de fiscalização e controle, em andamento, com procedimentos atualmente a cargo do TCU, coordenador-geral de fiscalização do evento.

O acompanhamento das ações continuará até o período posterior à realização dos jogos

Parte de eventual déficit quanto à realização dos jogos – nos atos jurídicos efetivados até agosto de 2015 – será suportado pela União. Isso reforça a necessidade de controle quanto à economicidade e eficiência.

Possível déficit operacional do Comitê será compartilhado entre União, Estado e Município do Rio de Janeiro. Diversos atos de fiscalização foram iniciados pela corte de contas estadual.

A comprovação dos legados é um argumento para a continuidade das ações da Subcomissão até o período posterior à realização dos jogos.

Muitos legados são esperados. Com a realização dos jogos olímpicos, anteciparam-se políticas públicas, obras prontas já são utilizadas e aguarda-se acúmulo de conhecimento que auxilie estado e município a prestarem melhor serviço de segurança.

Informações sobre gastos

No Relatório Parcial 2015, a Subcomissão noticiou que aguardava informações conclusivas do Ministério dos Esportes, da Empresa Olímpica Municipal, da Controladoria e da Prefeitura do Rio quanto à evolução dos gastos.

Olimpíadas motivaram reuniões conjuntas de comissões e ações próprias da CFFC



09.12 – A segurança no parque olímpico foi debatida com a presença de autoridades do Rio de Janeiro em ação conjunta da Comissão de Esporte com a de Fiscalização Financeira e Controle



12.05 – Em audiência da CFFC, o deputado Ezequiel Teixeira informou sobre o trabalho da Subcomissão dos Jogos Olímpicos. Documentos foram solicitados a órgãos de controle de diversos níveis

Operadoras de telefonia devem ser transparentes

É preciso insistir para que as empresas mostrem como irão solucionar problemas



21.05 – Deputados Vicente Candido, Lindomar Garçon, Wellington Roberto e Edinho Bez em reunião de planejamento da Subcomissão de Telefonia

Desde 2013, grupo de trabalho foi criado com a participação da CFFC para acompanhar a fiscalização operacional dos serviços de telefonia móvel. De lá para cá, houve algum avanço, mas a qualidade ainda é precária.

Uma Subcomissão Especial deu continuidade ao grupo de trabalho. Os problemas estão apontados. Diversas visitas e outras ações foram planejadas e executadas, mas a CFFC decidiu continuar atuando para que as empresas exponham as soluções em andamento, em favor do usuário, até o alcance das metas definidas.

Diariamente são noticiadas reclamações de usuários por dificuldades no uso de telefones



03.12 - Audiência Pública discutiu a qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixa no Brasil

Reclamações relativas à telefonia ocupam sempre os primeiros lugares das pesquisas. Quase diariamente, reclamações de clientes são noticiadas nos jornais. Apesar dos avanços, mantém-se a insatisfação com os serviços.

A Agência Nacional de Telefonia, reguladora do setor, prometeu implementar medidas para aumentar a participação dos usuários nas pesquisas sobre a qualidade dos serviços. Com aplicativo para celular, queixas serão facilitadas. A dificuldade em efetivar queixas é uma das mais frequentes reclamações dos consumidores

Tributação do setor foi discutida em audiência com empresários e órgãos reguladores

Impostos da esfera federal respondem por seis por cento do preço dos serviços de telefonia. O peso maior fica com a incidência do ICMS cobrado pelos estados. O grande volume de recursos arrecadados com a carga tributária deve propiciar serviço melhor.

A variedade e o crescimento do alcance dos serviços, possibilitado por investimentos de fundos públicos, cria também as condições para exigir das empresas melhoria do atendimento.

Os fundos têm sido utilizados na popularização dos serviços, com financiamento de infraestrutura que possibilita a expansão da cobertura de celulares e banda larga, integrando inclusive municípios pouco desenvolvidos.

Empresários, em audiência, ainda sustentam, entretanto, que os processos de autorização são lentos e o uso dos fundos setoriais limitado. A Lei Geral de Comunicações é de 1997 e pode vir a ser melhorada, até para coibir diversos abusos.

Apesar das melhorias constantes, as metas de qualidade não têm sido cumpridas

Em reunião com a Anatel, Ministério das Comunicações, TCU e empresas de telefonia, reconheceu-se avanço, embora moroso, na qualidade dos serviços, e melhorias na transparência, fiscalização e atendimento. Metas estabelecidas, porém, não foram alcançadas. A Telebrás, empresa pública, informou que contribui para a interiorização da telefonia em áreas em que as empresas privadas não demonstram interesse de investir ou explorar.



03. 12 – Durante exposição sobre qualidade dos serviços de telefonia, houve críticas também à tributação do setor. Segundo o sindicato das empresas, foram pagos R\$ 60 bilhões de impostos em 2014 em serviços e produtos. As empresas defenderam mudanças na legislação para que os fundos setoriais sejam usados na expansão da cobertura de celulares e da banda larga.



CFFC ouviu AGU sobre exame das contas de 2014

Representantes do TCU participaram de diversas audiências promovidas na Comissão



14.07 – AGU registrou presença em reuniões de diversos temas

A regularidade das contas do governo federal, objeto de questionamento pelo Tribunal de Contas da União com base no uso das chamadas “pedaladas fiscais”, foi defendida pelo Advogado-Geral da União, em audiência pública conjunta da CFFC com as Comissões de Finanças e Tributação e Mista do Orçamento. Para ele, não houve intencionalidade de contornar a lei.

O TCU sustentou que as manobras configuraram operações de crédito na forma de empréstimos de bancos públicos ao Tesouro Nacional. Isso estaria em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O AGU afirmou que essas operações não se caracterizariam como de crédito, e o Tribunal, em anos anteriores, julgara em conflito com a posição atual.



14.07 – Audiência reuniu deputados de três comissões

Cabe ao Congresso Nacional confirmar ou rejeitar a posição do TCU quanto às contas governamentais de 2014, decisão que será paradigmática no exame das contas presidenciais dos anos seguintes.

Representantes do tribunal foram convidados para apresentar suas opiniões em audiências públicas sobre diversos temas abordados pela Comissão. Além disso, o TCU contribuiu examinando situações questionadas nas propostas de fiscalização e controle sugeridas pela CFFC. O reconhecimento do papel da corte de contas e sua importância para o País foram considerados na decisão da Comissão de fiscalizar o cumprimento de princípios constitucionais, o que inclui eficácia e eficiência, também pelo TCU.

CFFC aprova fiscalizar TCU no cumprimento de princípios administrativos constitucionais

Com ineditismo e polêmica, a Comissão aprovou Proposta de Fiscalização e Controle que instituiu medidas para fiscalizar atos do TCU quanto ao respeito a princípios administrativos.

Os atos de fiscalização e controle do TCU serão realizados com apoio dos órgãos técnicos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, e, se necessário, do Poder Executivo.



18.03 – Aroldo Cedraz (D) propôs “Brasil 100% digital”. Deputado Espiridião Amim tece considerações sobre a evolução do TCU e a importância do tribunal auxiliar



01.10 – Representantes do TCU em reunião na Comissão

A fiscalização incidirá, por exemplo, sobre processos de aquisição de bens e serviços e de prestação de contas, além do exame dos atos das áreas contábil e operacional, dentre outras.

Os relatórios encaminhados periodicamente pelo TCU foram considerados insuficientes. As conclusões da fiscalização serão apresentadas primeiramente à CFFC.

TCU não resiste às decisões tendenciosas

Ainda em março, o presidente do TCU visitou informalmente a Comissão e falou sobre o trabalho do tribunal como órgão fiscalizador. Na ocasião, disse aos parlamentares que não cabe à corte adotar tendências políticas e ideológicas. “No dia em que ocorrer, a instituição morre”.

Afirmou ainda que o Brasil deve evoluir tecnologicamente para o meio digital, em busca de melhoria das políticas públicas, e solicitou apoio da CFFC para atingir esse objetivo.

Em nova visita, em outubro, o titular do TCU disse que o órgão está cada vez mais informatizado, o que aumenta a possibilidade de transparência. Todos os órgãos públicos devem trabalhar para que o Brasil seja “100% digital” – enfatizou, ao propor ações conjuntas.

O presidente da CFFC concordou com a parceria, corroborando a ideia que os processos sejam mais transparentes, em todos os órgãos, com dados abertos ao cidadão.

Reuniões estudaram riscos e vantagens do RDC

Regime Diferenciado de Contratação tem sido adotado em obras de infraestrutura

Em audiência sobre impactos da “Lava-Jato” houve manifestações de apoio à revisão do Regime Diferenciado de Contratações, utilizado, entre outras entidades públicas, pela Petrobrás desde 2011, em obras de infraestrutura.

O RDC aperfeiçoou o regime licitatório simplificado que vigorava desde a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e permitia à Petrobrás, empresas públicas e sociedades, contornar a Lei 8.666/93, a das Licitações.

Poucos dias antes da reunião, membros da CFFC, em consultoria técnica, já discutiam a Lei de Licitações e os riscos e vantagens do RDC, assuntos tratados com base em mais de 130 projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados.

Em continuidade aos estudos, Lei de Licitações e RDC foram o tema do VI Seminário Nacional de Fiscalização e Controle de Recursos Públicos, realizado meses depois com a presença de diversas autoridades.

O evento reuniu, em diversos painéis, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de especialistas na área de licitação. O objetivo foi iniciar o caminho para aprimoramento da legislação



27.08 - Seminário sobre contratação no serviço público contou com a presença de especialistas no Nereu Ramos



27.08 - Painéis discutiram temas específicos, como o aprimoramento dos critérios e do processo de licitações

Bons projetos executivos são essenciais para a segurança dos empreendimentos

No seminário sobre fiscalização e controle de recursos públicos, foi ressaltada a falta de agilidade, eficiência e transparência nos processos licitatórios. A modernização da legislação foi a indicação de juristas e técnicos.

A exigência de bons projetos executivos destacou-se como uma das iniciativas para que o Estado contrate melhor e receba com segurança os serviços e obras que venha a adquirir, garantidas a economia e a qualidade.

Especialistas participaram de seminário sobre contratação pela administração pública



José Gilberto
Confexa



Rafael Gerard
DNIT



Wesley Rocha
CNM



Adalberto Alves
PGE-SP



R. Rosemberg
SEPAC

Contratar cooperativas com recursos públicos foi tema discutido em reunião posterior



12.11 – Deputado Léo de Brito com representantes de cooperativas que participaram de audiência sobre desafios enfrentados pelas organizações associativas, especialmente as de serviço, na contratação com o setor público. Alterações legislativas foram reivindicadas

Em reunião específica, discutiram-se os desafios enfrentados pelas Cooperativas na prestação de serviços à Administração Pública brasileira.

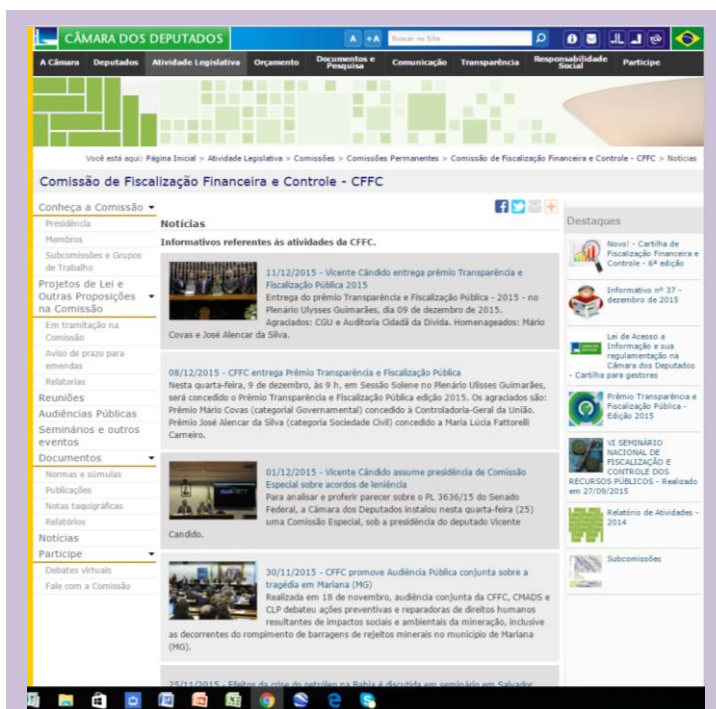
A área de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego considerou positiva a legislação, por ampliar direitos dos cooperados.

A Organização das Cooperativas Brasileiras defendeu melhor regulamentação da legislação, em defesa das cooperativas de serviço, já que as de produção dispõem de prazo de carência.

O Ministério Público do Trabalho condenou o falso cooperativismo, que recupera a figura do patrão por meio da locação de mão-de obra. Em cooperativa não deve haver subordinação.

A Comissão repercutiu diversos outros assuntos

Audiências trataram casos, às vezes inesperados, como a tragédia de Mariana



As audiências públicas possibilitam que os deputados ouçam segmentos sociais, autoridades e especialistas.

Isso facilita a busca de informações, teses e opiniões, para que os parlamentares possam firmar o convencimento sobre os assuntos para posterior elaboração legislativa e indicação aos órgãos competentes de medidas administrativas adequadas.

Por meio da página da CFFC no Portal da Câmara dos Deputados (acima), o interessado encontra informações preparadas pela equipe sobre o que ocorre na Comissão: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cff>

Ao longo da Sessão Legislativa Ordinária de 2015, outros temas e eventos conjuntamente importantes ocuparam a CFFC na missão de zelar por economia, desenvolvimento e bem-estar da população.

O Relatório completo da Comissão, publicado na página da CFFC no Portal da Câmara dos Deputados, contém mais de 200 páginas que relatam com mais detalhes esse esforço. O relatório completo apresenta também as informações principais de cada proposta de fiscalização e controle, representação e requerimento votados.

Aqui, nesta edição sucinta, destacamos, outros temas, como a tragédia de Mariana (MG), a maior tragédia ambiental ocorrida no País em um único acontecimento, e a tentativa de solução para a indenização dos desalojados pela obra da Barragem de Sobradinho (BA), que esperam um desfecho há mais de 30 anos.

Além desses, são ressaltados o tratamento dado pela Comissão à Lei de Combate à Corrupção, à questão do controle de fronteiras, às penas relativas a más práticas de empresas de capital aberto e à valorização da carreira da Advocacia-Geral da União.

Incidente em Mariana enseja discussão sobre ações reparadoras de direitos humanos



18.11 – Audiência pública conjunta com outras comissões examinou as consequências do rompimento da barragem de Fundão, treze dias antes, considerado o maior desastre ambiental do País, além de causar mortes e desaparecimentos

Em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Legislação Participativa, a CFFC examinou as ações preventivas e reparadoras resultantes dos impactos sociais e ambientais da mineração. O fato motivador foi a tragédia em Mariana (MG).

O rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, provocou consequências ambientais comparáveis a um tsunami de lama e rejeito tóxico. Na audiência, houve sugestões de mudança na legislação que torne obrigatórias medidas preventivas e suprima o limite máximo de multas a empresas responsáveis por desastres ambientais.

Após mais de 30 anos, governo atua para garantir indenização a desalojados de Sobradinho

Em compromisso firmado na CFFC, a Secretaria-Geral da Presidência da República comprometeu-se a apresentar alternativas de acordo extrajudicial para dar fim ao processo de indenização de 230 famílias desalojadas com a construção da Barragem de Sobradinho (BA).

A Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho informou que a empresa de economia mista responsável pela construção se negava a fazer acordo, mesmo com propostas de parcelamento e de redução de juros, e preferia aguardar a decisão judicial, que ainda deve demorar.



10.09 – Deputado Jorge Solla (C) e o Secretário de Diálogos Sociais da Presidência da República, José Tadeu Almeida (D), que firmou compromisso de negociar a indenização com órgãos do governo federal e a Chesf

Por meio de anteprojeto de Lei, Comissão discutiu mudanças na Lei de Combate à Corrupção

Propostas de modificações na Lei de Combate à Corrupção foram discutidas na CFFC com base em um anteprojeto cujo sentido é de evitar a paralisação de segmentos econômicos durante a investigação e os processos judiciais sobre indícios de condutas ilícitas. A legislação não previu operações do alcance da “lava-jato”.

Embora tenha sido aprovada a conversão do anteprojeto em projeto de lei, a CFFC optou por ampliar a discussão sobre o tema com ajuda de outros órgãos e representações políticas da Câmara dos Deputados, o que propiciou um ambiente legislativo mais favorável às mudanças sugeridas.



15.07 – Comissão aprovou transformação de anteprojeto em projeto de lei. Esse passo foi importante na criação de ambiente legislativo favorável a mudanças que coíbam a corrupção sem prejuízos à economia nacional

Expositores defendem regulamentação do controle das fronteiras com legislação específica



04.11 – Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União apontou fragilidades e indicou a unificação de forças de proteção das fronteiras para um controle efetivo de área com extensão de 16 mil km

Debate sobre elaboração de legislação específica para regulamentar a fiscalização, o controle e a segurança nas fronteiras brasileiras reuniu auditores fiscais da Receita, policiais federais e policiais rodoviários federais. A faixa de fronteiras abrange 16 mil quilômetros de extensão em 11 estados.

Para inibir crimes transnacionais, conflitos fundiários, injustiça social e degradação ambiental, recomendou-se a unificação da ação das instituições públicas que operam nas fronteiras. Reprimidos os crimes, aumentam as potencialidades turísticas, valorizam-se as rotas comerciais e sociais no oeste da América do Sul.

CVM considera insuficientes penas por más práticas de grandes empresas de capital aberto



21.05 - Audiência pública das comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) discutiu os desdobramentos no mercado de ações para que acionistas não saíssem prejudicados com a crise na Petrobras

A Comissão de Valores Mobiliários, que analisa obrigações de administradores públicos e de empresários quanto ao mercado, participou de reunião conjunta da CFFC com a Comissão de Finanças e Tributação.

Na ocasião, informou que investigava a política de preços praticada pela Petrobrás. Ao todo, eram doze processos relativos à estatal.

Entre as investigações, motivadas por questionamentos de investidores, a CVM debruçava-se sobre a participação de fundos de pensão entre os acionistas da estatal.

Todas as grandes empresas de capital aberto são auditadas, segundo a CVM, mas as penas que coíbem falta de transparência e más práticas seriam insuficientes para impedi-las.

Comissões convergem para a valorização da carreira da Advocacia-Geral da União

O distanciamento entre os valores pagos aos servidores das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União e aos profissionais das demais carreiras essenciais à Justiça motivou a realização de outra audiência conjunta da Comissão de Finanças e Tributação com a CFFC.

A Procuradoria-Geral Federal argumentou que cabe ao Congresso Nacional atuar para a valorização da AGU, por meio do reconhecimento dessas carreiras. O caminho seria a aceleração do trâmite de propostas de emenda à Constituição já apresentadas, além do aumento do número dos servidores de apoio.



07.07 – Procurador Renato Vieira defende a valorização das carreiras jurídicas da AGU ao lado de outras essenciais à Justiça

CFFC premia transparência e fiscalização pública

Câmara confere diploma nas categorias Governamental e Sociedade Civil



09.12 – Solenidade de entrega do Prêmio no Plenário Ulysses Guimarães. O troféu exprime o direito social à transparência e à fiscalização dos recursos solidários, públicos, valores universais da dignidade humana

É um direito do cidadão o acesso livre a informações que não sejam de caráter sigiloso.

Salvo nos casos expressos na Constituição e em leis específicas, a transparência é uma condição para que haja efetiva fiscalização pública do uso de recursos originados do pagamento de impostos, taxas e demais contribuições da população.

Esse é o fundamento da concessão do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, a órgãos e pessoas que se destaquem nessas práticas, nas categorias: Governamental e Sociedade Civil.

Concedido pela Câmara dos Deputados, representada pela Mesa Diretora e a CFFC, o prêmio 2015 foi entregue em Sessão Solene no Plenário Ulysses Guimarães.

A Comissão, em reunião deliberativa em data anterior, aclamara como patronos José Alencar e Mário Covas, autoridades consideradas promotoras dos valores da transparência e da fiscalização pública.

Em seguida, elegera os vencedores, que receberam os diplomas e os troféus que caracterizaram a premiação deste ano.

Vencedores recebem diploma de menção honrosa

Controladoria-Geral da União e auditora-fiscal Maria Lúcia Fattorelli são os premiados

Em outubro, os deputados federais da CFFC aclamaram como patronos o ex-vice-presidente da República, José Alencar, categoria Sociedade Civil, e o ex-governador de São Paulo, Mário Covas, categoria Governamental, falecidos.

Na mesma reunião, escolheram os ganhadores do prêmio. A auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli da Receita Federal foi a mais votada para a série Sociedade Civil, e a Controladoria-Geral da União, órgão do Poder Executivo, venceu na categoria Governamental.



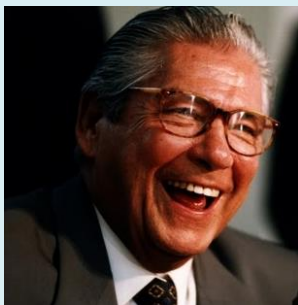
09.12 – Auditora fiscal e representante do CGU com o diploma ao lado de deputados em Sessão Solene

Prêmio é entregue a órgãos e pessoas que fortaleçam a gestão eficaz de recursos públicos

Na categoria Governamental, é valorizada a melhor experiência de transparência e de fiscalização realizada por órgão, entidade ou agente da Administração Pública.

O troféu é concedido também ao mais dedicado esforço ou à melhor experiência de fiscalização pública efetivada por pessoa ou entidade da Sociedade Civil.

Após as indicações, a CFFC escolheu por aclamação os indicados para patrono em 2015



Mário Covas

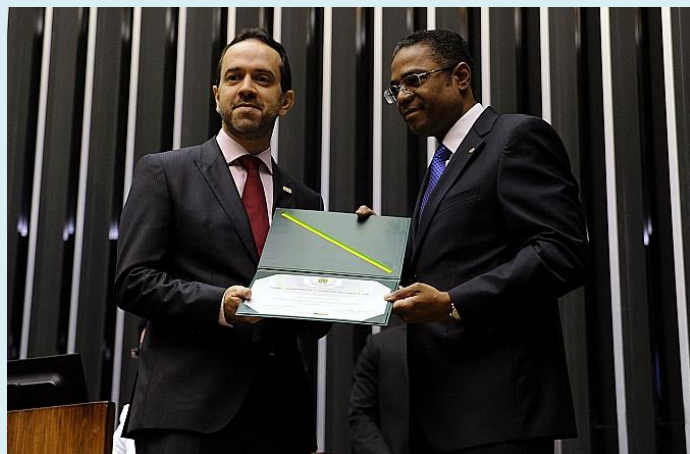
Ex-governador de SP, homenageado na categoria Governamental. Indicado pelo Presidente da CFFC, Vicente Cândido



José de Alencar

Ex-vice-presidente da República, homenageado na categoria Sociedade Civil. Indicação do Deputado Antônio Bulhões

Controladoria-Geral da União foi escolhida na categoria Governamental



09.12 – Em nome do Ministro Chefe da GCU, Carlos Higino Alencar recebeu a menção honrosa do presidente da Comissão de Esporte, Deputado Márcio Marinho, que indicou o órgão

Como estabelece o Regulamento do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, líderes partidários ou presidentes de comissões permanentes fizeram as indicações em 2015.

Entre seis candidaturas de órgãos públicos, a Controladoria-Geral da União sagrou-se vencedora obtendo seis entre catorze votos.

Durante a solenidade, houve o reconhecimento a iniciativas da CGU, entre elas a defesa do patrimônio público e da transparência, favorecidas pela Lei de Acesso à Informação.

A CFFC alterou o regulamento para 2016: todos os deputados poderão assinar indicações.

Auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli foi agraciada na categoria Sociedade Civil

Por onze votos, na categoria Sociedade Civil, a CFFC escolheu a auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, com onze votos.

Para ela, os jovens que atuam na entidade lutam pelo Brasil, país com muitas possibilidades.

O presidente da CFFC ressaltou, na solenidade, que um novo Brasil está sendo construído para as novas gerações, com a criação de mecanismos de controle e transparência cada vez mais aperfeiçoados.

O prêmio faz parte de um conjunto de ações para trazer mais igualdade ao País – avaliou.



09.12 – Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, recebeu o diploma do deputado Edmilson Rodrigues, do partido que a indicara ao prêmio

Cartilha facilita o controle dos agentes públicos

O incentivo à participação social fiscalizadora é a principal motivação da edição anual



Na capa, a lupa simboliza o olhar mais atento do cidadão, em busca das melhores práticas públicas

Além de premiar boas práticas, anualmente a CFFC lança uma cartilha para motivar instituições e cidadãos a exercerem responsabilidades e direitos constitucionais quanto à transparência e a fiscalização dos atos, bens e valores públicos. A participação social é bem vista e estimulada.

A Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle é um manual que facilita a identificação de irregularidades, indica as principais práticas viciosas e introduz noções de orçamentos necessárias à utilização das informações disponíveis. Traz até modelos de representação, denúncia e notícia criminal.

Deputados vão aonde os problemas estão

Além das necessárias ações externas, a Comissão recebe representantes e autoridades

A sede da Câmara dos Deputados é o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, onde se realizam as audiências públicas e reuniões deliberativas das comissões temáticas e as sessões plenárias dos 513 deputados. A CFFC integra parlamentares dedicados à fiscalização e ao controle de políticas e de recursos públicos.

Cada comissão dispõe de plenário específico, sala de reuniões e gabinete nos quais recebe autoridades que a visitam e atende representações sociais. Por vezes, no entanto, é necessário ir aonde os problemas estão. Os deputados participam de visitas e encontros nas unidades federativas – DF, estados e municípios.

É importante debater fora da sede da Câmara



07.07 - Representantes de mais de 30 entidades de trabalhadores e empresariais, acompanhados por parlamentares do Fórum Permanente para a construção de alternativas aos impactos da Operação Lava-Jato, conversam com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro

Receber visitantes também é ato rotineiro



09.04 - Dirigentes da Comissão recebem em reunião informal o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Eugêncio Vieira, acompanhado do ex-ministro das Cidades, Márcio Fortes, atualmente assessor especial da Firjan. Na pauta, a necessidade de retomada do desenvolvimento do País

As atuações externas são aprovadas e autorizadas

Parlamentares participam de eventos fora do Congresso e realizam visitas técnicas

Já em março, mesa redonda abordou efeitos negativos da Operação Lava-jato

Para discutir os impactos da Operação “Lava-Jato” e as perspectivas de preservação do emprego, já em março, a CFFC promoveu encontro na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Estavam ameaçados de paralisação 144 empreendimentos industriais.

Estudo divulgado pela Firjan mostrava indícios de perda de R\$ 423,8 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 109 bilhões em obras de infraestrutura e R\$ 181 bilhões do setor de petróleo e gás. No Rio de Janeiro, estavam em risco mais de R\$ 100 bilhões.



27.03 – Participantes do evento na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Verificação de serviços telefônicos motivou ida a matriz de empresa em Uberlândia



26.06 – Subcomissão da Telefonía é recebida na Algar

Em Uberlândia, a CFFC visitou a sede da empresa Algar Telecom, responsável pela prestação de serviços de telefonia fixa, celular, internet, banda larga e TV por assinatura para 800 mil consumidores em seis estados e no DF.

Constatou-se que a rede de telecomunicações da empresa ainda não estava 100% sustentada em fibra ótica. Com isso, a oferta de serviços apresentava-se aquém das necessidades dos clientes.

Possibilidade de prejuízos em obras de R\$ 80 milhões ocasionou visita a Goiânia



20.11 – Deputado Delegado Valdir verificou no local a situação de obras inacabadas na capital de Goiás

Missão da CFFC visitou obras que utilizam recursos do governo federal em Goiânia e se arrastam há anos, nas marginais Botafogo e Cascavel e na Avenida Leste-Oeste. A previsão é de que consumam R\$ 80 milhões. Há indícios de prejuízo aos cofres públicos.

Constataram-se falhas de cronograma que motivaram desencontros na execução das obras. Uma delas diz respeito ao calendário de desapropriações. Trechos construídos, por exemplo, estavam ao lado de outros que dependem da conclusão de processos iniciados.

Cidadãos de Buritis propuseram o fim das barragens irregulares no Rio Urucuia

Com o objetivo de efetivar a retirada de barragens edificadas sem autorização no curso do Rio Urucuia, desde 2013, a CFFC promoveu encontro na Câmara Municipal de Buritis, em novembro. Participaram técnicos, autoridades e cidadãos que informaram os prejuízos sofridos.

As barragens situam-se em Buritis e nas vilas localizadas em torno da cidade. O compromisso firmado inclui a ação de órgãos dos governos federal e estadual para coibir a irregularidade, além de destruir as barragens, que causaram a contaminação da água e problemas ambientais.



06.11 – Deputado Adelmo Leão na Câmara de Buritis

Seminário em São Paulo enfoca crise brasileira com base em experiência de outros países

Em São Paulo, a CFFC participou de seminário sobre a elaboração de uma agenda que permita ao Brasil enfrentar o período de crise. O evento foi promovido pela federação das indústrias de São Paulo, em novembro.

Com a parceria da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico da ONU, especialistas e autoridades, brasileiras e de outros países que viveram situações semelhantes, analisaram temas afins à crise.



05.11 – Empresários, ministros de Estado e convidados discutem a crise no País com base em experiências estrangeiras

Efeitos da crise internacional do petróleo na Bahia são temas de painéis em Salvador



23.11 - Seminário contou com participação de petroleiros

Instituições da Bahia convidaram a CFFC a participar de painel sobre reflexos da crise mundial na economia nacional durante o seminário Petróleo na Bahia: novos rumos, novas perspectivas, em novembro.

A crise econômica, ao afetar as principais economias, reduziu a compra de petróleo por países consumidores. A baixa remuneração de royalties prejudicou 40 municípios da Bahia.

Em viagem oficial, deputado Vicente Cândido participa de esforço para atrair investimentos

O presidente da CFFC visitou a China, em agosto, a convite do Banco do Brasil, em viagem oficial para atrair investimentos. Os encontros foram com o setor de engenharia e também com a maior empresa de agricultura do país asiático, que demonstrou interesse em investir no Brasil. Com autoridades esportivas, conversou sobre torneios entre os Brics



25-08 - Delegação presenteia camisa da seleção

Comissão foi à sede da Petrobrás no Rio para obter dados sobre contratos e desemprego



19.06 - Na sede do Sindicato dos Administradores, RJ, CFFC reúne-se com representantes da CUT, do Sindipetro/BA, dos Engenheiros da Petrobras e das Indústrias do Paraná

Encontro com trabalhadores do setor de petróleo no Sindicato dos Administradores antecedeu debate com diretores da Petrobras em que se cobrou o resgate dos compromissos socioeconômicos históricos da estatal.

A CFFC cobrou informações, expressando junto à diretoria da empresa petrolífera a preocupação sobre diminuição do nível de emprego, freada em investimentos, redução do ritmo de obras e suspensão de contratações existentes ou planejadas.

Na Brasfels, em Angra dos Reis, e na Transpetro, verificou-se a crise da indústria

Em mais uma ação do Fórum Permanente de debates para encontrar alternativas aos efeitos negativos da Operação "Lava-Jato", a Comissão esteve em setembro no município de Angra dos Reis para coletar dados sobre a indústria naval com a empresa Brasfels S. A.

Depois de não receber pagamentos da parte da empresa investigada Sete Brasil, o estaleiro Brasfels, responsável por construções navais de grande porte, demitiu mil dos seus oito mil empregados. Na Transpetro, em novembro, a CFFC colheu mais dados sobre a indústria naval.



18.09 – Em Angra dos Reis, empresa demitiu mil funcionários

Autoridades vêm à Câmara e trazem informações

Algumas visitas são protocolares, outras mediante convite ou convocação regimental

Inflação, juros, crédito, câmbio e orçamento



26.05 - Presidente do Banco Central reconhece problemas na política macroeconômica que afetaram a política fiscal

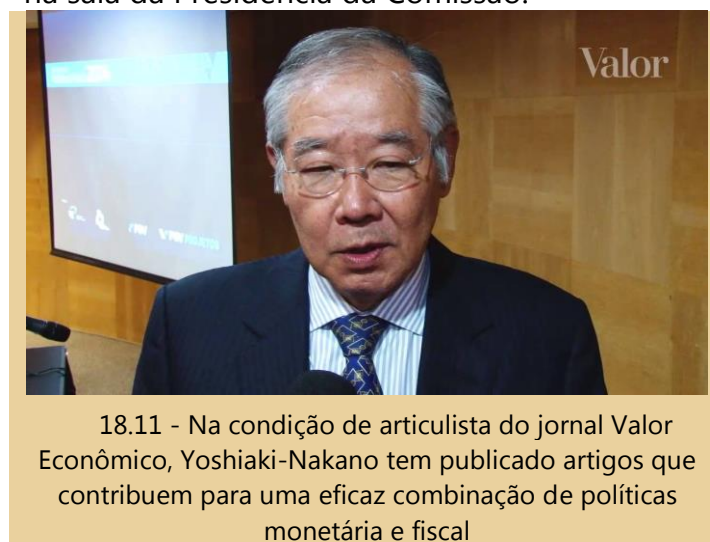
A CFFC, em reuniões formais ou informais, ouviu diversas autoridades que vieram à Câmara prestar esclarecimentos sobre atividades ou decisões de órgãos ou unidades sob seu comando. Algumas visitas de titulares ou representantes foram iniciativa das instituições.

O presidente do Banco Central falou sobre o cumprimento das metas monetárias (inflação e juros), creditícia e cambial em audiência promovida pela Comissão Mista de Orçamento, com a participação de mais cinco comissões, entre elas a CFFC, em maio.

Financiamento da dívida pública

A CFFC decidiu ouvir autoridades de instituições independentes em diversos temas. Para debater o financiamento da dívida pública frente à necessidade de crescimento econômico, convidou economista da Fundação Getúlio Vargas.

Uma combinação das políticas monetária e fiscal é receita da FGV. A audiência pública não se realizou porque houve convocação extraordinária de sessão da Câmara, mas deputados trocaram opiniões com o convidado na sala da Presidência da Comissão.



18.11 - Na condição de articulista do jornal Valor Econômico, Yoshiaki-Nakano tem publicado artigos que contribuem para uma eficaz combinação de políticas monetária e fiscal

Fundos previdenciários dos estados

O ministro da Previdência Social compareceu à audiência da CFFC que discutiu possibilidades de reorganização dos fundos previdenciários estaduais. Paraná, Minas Gerais e São Paulo são estados que, à época, estavam debatendo alterações na previdência dos servidores.

O ponto crucial da discussão foi a transferência de responsabilidades a cargo do fundo financeiro do Tesouro estadual para o Fundo Previdenciário, para o qual contribuem governo e servidores. Para isso, esclareceu o ministério, lei federal tem de ser alterada.



28.04 – Ex-ministro João Gabas falou sobre a reorganização dos fundos previdenciários estaduais, em audiência presidida pelo Deputado João Arruda (C)

Ampliação do programa Mais Médicos



29.04 – Ex-ministro Arthur Chioro explicou como o governo supre deficiência de médicos para atender a população, escolas e recursos da pasta

O então ministro veio a audiência pública para informar sobre programas do governo federal e a valorização da saúde. O evento foi convocado por três comissões: Seguridade Social, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Fiscalização Financeira e Controle.

Sobre o programa Mais Médicos, criado em 2013 para atender municípios e distritos indígenas, o ministro disse que a contratação de cubanos é legal e supre deficiências na oferta de profissionais. Escolas de Medicina e recursos para a Saúde foram também discutidos.

Ministério prestou esclarecimentos sobre política externa e execuções de brasileiros na Indonésia

15.04 – Ministro das Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Mauro Vieira (terno claro), em Audiência Pública, presta esclarecimentos sobre a política externa e as execuções de brasileiros na Indonésia

Execuções de traficantes brasileiros na Indonésia e Política externa brasileira. Esses temas trouxeram à Câmara o ministro das Relações Exteriores.

A convite da CFFC, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o ministro prestou esclarecimentos sobre a posição brasileira junto ao governo da Indonésia.

A posição brasileira foi de não contestar a repressão aos ilícitos praticados por brasileiros nem o direito ao julgamento com base em leis da Indonésia.

Havia, entretanto, uma série de compromissos internacionais assinados pelo Brasil contrários à pena de morte, a qual fundamentou a diplomacia brasileira a ser contrária à aplicação da penalidade, que não é prevista na nossa Constituição Cidadã de 1988.

Relativamente ao conjunto da política externa, o ministro informou que há uma complexa negociação entre Mercosul e União Europeia, que já dura 10 anos, para a instituição de acordos comerciais.

Os EUA, acrescentou o chanceler, também não conseguiram acordos com o Mercado Comum Europeu.

Polarização e crises não diminuem o ritmo

Número de reuniões deliberativas e de exame de propostas de fiscalização cresce

O ano de 2015, sabidamente, foi marcado por polarizações e crises, e essas em geral dificultam o desenvolvimento da produtividade e embaçam o exame criterioso dos fatos.

A CFFC encontrou caminhos para o debate e a construção de consensos, por vezes mínimos, e se conduziu de forma a tratar temas sensíveis sem diminuir o ritmo em uma conjuntura difícil.

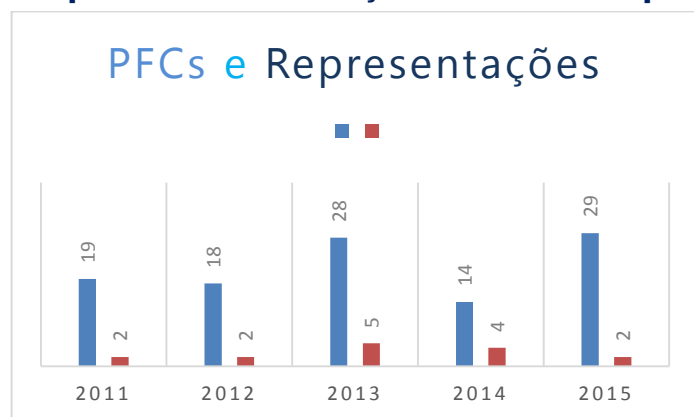
Ao contrário, o ritmo produtivo da Comissão acentuou-se, considerando-se os dois principais parâmetros da CFFC, na comparação dos anos 2001 a 2015.

Em relação à média da Legislatura anterior, o número de reuniões deliberativas ordinárias aumentou mais de 10%. O de propostas de fiscalização e controle, apreciadas 46,8%.

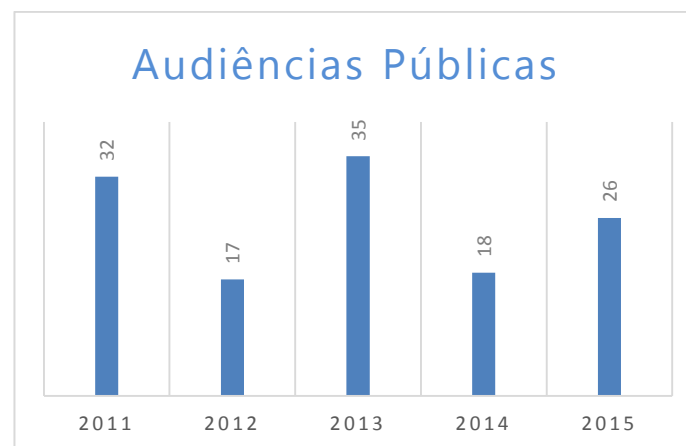
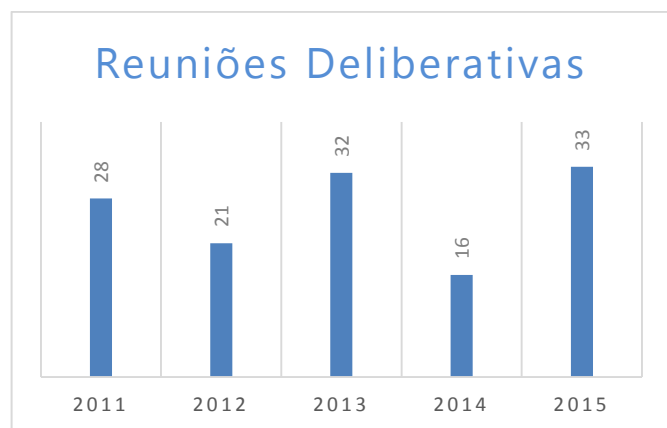
Veja os números da CFFC em 2015 quanto à apreciação de proposições

Proposta de Fiscalização e Controle			
Relatório Prévio		Relatório Final	Total
Implementação	Não-implementação	7	29
16	6		
Representação			
Parecer	Relatório Final	Total	
0	2	2	
Requerimento			
Aprovados	Rejeitados	Total	
153	6	159	
Sugestão de Emenda ao PLDO 2016 (PL 02/2015-CN)			
Aprovadas	Rejeitadas	Total	
4	0	4	
Sugestão de Emenda ao PLOA 2016 (PL 07/2015-CN)			
Aprovadas	Rejeitadas	Total	
4	0	4	
Sugestão de Emenda ao PPA 2016-2019 (PL 06/2015-CN)			
Aprovadas	Rejeitadas	Total	
2	0	2	

Propostas de fiscalização e controle, representações e requerimentos de 2011 a 2015



Quantidade de reuniões deliberativas e audiências públicas nos últimos cinco anos



Diversas proposições não puderam ainda ser apreciadas

A Comissão recebe inúmeras proposições que não sofrem deliberação por motivos diversos. São assuntos tratados em outras propostas já apreciadas, retiradas pelos autores, prejudicados por alguma incorreção técnica.

Dos 183 requerimentos apresentados, por exemplo, 12 aguardavam entrada na pauta de deliberações para serem apreciados.

Diversas PFCs estão em fase de exame por parte dos relatores designados, ou permaneceram no TCU durante o ano de 2015 para cumprimento de diligências solicitadas pela Comissão à corte de contas.

Alguns requerimentos terão de ser reapresentados. A apreciação de novas PFCs e daquelas em andamento continua em 2016.

Emendas favorecem órgãos essenciais

CFFC apresentou propostas que aperfeiçoassem o MPF, a CGU, o TCU e a AGU

Cada Comissão Permanente pode apresentar quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. Para o orçamento de 2016, a CFFC apresentou propostas para o aperfeiçoamento das ações de quatro órgãos essenciais.

São eles: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público da União – em dois ramos, o Federal e o do Trabalho – e o Tribunal de Contas da União.

A emenda 50310001 destinou recursos para a modernização da AGU, especialmente no aprimoramento dos recursos tecnológicos disponíveis aos advogados públicos federais.

Em benefício da CGU, a emenda 50310002 visou ao fortalecimento das ações de prevenção à corrupção e de promoção da transparência governamental. Além da fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos federais.

Em apoio ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, a emenda 50310003 destinou-se, respectivamente, à missão constitucional de fiscalização da aplicação da Lei e à promoção dos direitos sociais dos trabalhadores.

Para o TCU, a 50310004 prezou o controle externo com a efetividade constitucional.



01.10 - Presidente do TCU, Aroldo Cedraz, apresentou as iniciativas de inovação, como digitalização de processos e abertura de dados



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprova orçamento sancionado sem vetos pela Presidente Dilma

Sugestões de Emendas ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias



Reuniões da CMO na Câmara antecedem a discussão das leis orçamentárias. Procura-se conhecer necessidades e projetos

Antes das emendas com modificações ao projeto de lei do orçamento de 2016, a CFFC apresentou duas modificações ao texto do projeto do Plano Plurianual e nove alterações ao projeto de lei das diretrizes ao orçamento 2016.

A apresentação de emendas aos projetos das chamadas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) é uma das principais responsabilidades do Legislativo. A CFFC atuou para fortalecer os valores da transparência, fiscalização e controle.

PPA

O Plano Plurianual, com validade de quatro anos, 2016-2019, estabeleceu as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal e os programas de duração continuada.

As duas emendas modificativas da CFFC ao projeto do PPA propuseram alterações quanto à disponibilidade de informações na Internet e à vinculação de indicadores com resultados.

A primeira incluiu a necessidade de divulgação de índices relativos a indicadores, de números anuais alusivos às metas e das variáveis macroeconômicas que embasaram o Plano, o que propicia melhor avaliação dos resultados.

A segunda conceituou indicador como referência que permita identificar e aferir periodicamente resultado ou desempenho.

LDO

A Lei de diretrizes orçamentárias consubstanciou as prioridades e dispôs limites para a elaboração da lei orçamentária 2016.

Uma das emendas ao PLDO abriu caminho ao aperfeiçoamento do sistema AGU de inteligência jurídica para que o órgão pudesse se integrar ao processo eletrônico nacional.

Outra iniciativa da Comissão facilitou a possibilidade de criação de um sistema que permita acompanhamento centralizado e unificado das obras públicas, objeto de acórdãos do TCU.

Entre as nove, foram apresentadas emendas para melhorar a contratação de obras públicas.

Suplemento

Audiências Públicas
Seminário

Visitas

Proposições Apreciadas
PFCs
Representações
Requerimentos

Subcomissões

Forças sociais e autoridades falaram à Comissão

As reuniões para ouvi-las contribuem para firmar o posicionamento dos deputados

Acordo de Leniência na Operação Lava Jato

25/03/2015 -- Audiência Pública destinada a debater sobre o acordo de leniência entre empresas envolvidas na Operação Lava Jato e o Governo Federal. Requerimentos nº 04/2015, do deputado Vicente Candido, aprovado em 11/03/2015

Convidados participantes: Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União; procurador Júlio Marcelo de Oliveira, em substituição ao procurador-geral junto ao TCU, Paulo Bugarin; Sandro Granjeiro Leite, consultor jurídico, em substituição a Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); e Marcos Leôncio Ribeiro, Presidente da Associação de Delegados da Polícia Federal (ADPF)

Resumo: O Sr. Sandro Granjeiro Leite explanou sobre a atividade do Tribunal de Contas da União no âmbito do acordo de leniência e como é feita a fiscalização pelo TCU frente a estes acordos de leniência. Informou a criação de um grupo de trabalho, cuja tarefa foi analisar os impactos da Lei Anticorrupção (Lei 12846/13) diante do Poder Executivo, do TCU e da CGU. Analisou a cultura de compliance (termo que designa adesão a normas pré-estabelecidas de boa governança, que vão das leis que regem o país às regras do regimento interno de uma empresa) e da importância das empresas melhorarem suas gestões a fim de que se evitem práticas danosas ao erário, principalmente no momento em que o Brasil acompanha a Operação Lava Jato. Citou também a Lei das Licitações (consolidadas alterações) e sua aplicabilidade.

O Sr. Júlio Marcelo de Oliveira conceituou o acordo de leniência ou a delação premiada e esclareceu em que caso se aplicam dentro da Lei Anticorrupção. Citou a importância de estabelecer um incentivo – isenção de pe

nas – à primeira empresa que fornecer informações que permitam dismantelar toda uma organização criminosa e assim punir com as penas cabíveis as outras empresas que estejam fraudando licitações ou praticando atos de corrupção, o que, entretanto, não significaria o fim destas empresas. Informou também que, no âmbito das investigações, as informações são sigilosas e apenas o Ministério Público Federal tem o domínio do conjunto destas informações, razão pela qual a CGU, por exemplo, não teria como fazer uma avaliação para celebrar um eventual acordo de leniência e se mostrou contrário a que só as pessoas físicas possam ser responsabilizadas pelos atos ilícitos, com preservação das empresas. Acrescentou que o fato de as empresas quebrarem ou demitirem milhares de pessoas em virtude da Lei Anticorrupção faz parte do processo, e citou o caso da empresa americana Lehman Brothers.

O Sr. Luís Inácio Lucena Adams ressaltou o objetivo da Lei Anticorrupção e do acordo de leniência em fazer res

ponsabilizações objetivas, no âmbito cível e administrativo das empresas e que estas respondam por seus agentes. Discorreu sobre sua aplicabilidade na Operação Lava Jato e das eventuais penas que as empresas delituosas possam sofrer. Lembrou também da cultura do compliance, do acordo com a primeira empresa, para que esta forneça informações que auxiliam no combate à fraude e à corrupção, mas acrescentou que as outras empresas envolvidas também poderiam ter suas penas atenuadas, no âmbito administrativo, ao fazer acordos com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O Sr. Marcos Leôncio Ribeiro disse que a lei anticorrup

ção, que permite o acordo de leniência, é muito recente e a Operação Lava Jato tem exigido uma imediata aplicação desta Lei, em toda sua extensão.

Citou a importância de não se concentrar toda a responsabilidade civil, penal e administrativa em uma única instituição e esclareceu que, no acordo de leniência e na Operação Lava Jato, são vários os órgãos atuando concomitantemente, cada qual com sua função, a exemplo da Polícia Federal, do Ministério Público, da CGU, da Advocacia Geral da União (AGU) e do TCU, ressaltando a preocupação que se tem com as pessoas que possam ser demitidas em função deste tipo de operação.

Prerrogativas dos Advogados da Operação Lava Jato

08/04/2015 – Audiência Pública destinada a debater sobre as prerrogativas dos advogados que estão atuando nas diversas instâncias da Operação Lava Jato. Requerimento nº 17/2015, do deputado Valtenir Pereira e outros, aprovado em 11/03/2015

Convidados participantes: Candice Lavocat Jobim, vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE); José Robalinho Cavalcanti, vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; e Marcos Leôncio Ribeiro, presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal

Resumo: A Sra. Candice Lavocat Jobim disse que a participação da Ajufe nesta audiência não tinha muita relevância porque não teria como se manifestar a respeito de processos que estão em andamento, como é o caso da Operação Lava Jato e que a Ajufe não tem conhecimento da violação em relação a prerrogativas dos advogados e que há formas judiciais de coibição destas possíveis violações, com a atuação das corregedorias.

Em seguida, o Sr. José Robalinho Cavalcanti afirmou não basta a punição das pessoas envolvidas nos crimes de lavagem de dinheiro, mas também a punição das empresas, de acordo com a lei anticorrupção.

O Sr. José Robalinho Cavalcanti, também disse desconhecer qualquer violação nas prerrogativas dos advogados na Operação Lava Jato e que as prerrogativas dos advogados estão previstas em lei, sendo, portanto, intocáveis e indiscutíveis. Afirmou que o Supremo Tribunal Federal tem no sigilo das investigações uma forma de preservar as investigações e, principalmente, quando as diligências ainda estão em andamento. Sendo esta fase o único momento em que o acesso dos advoga

dos aos autos não é autorizado.

O Sr. Marcos Leôncio Ribeiro ratificou o que os convidados anteriores informaram, que não houve qualquer violação nas prerrogativas dos advogados na Operação Lava Jato, informando que isso foi constatado por ele quando em contato com os delegados da Polícia Federal na Superintendência do Paraná e também em conversas com o presidente da OAB. Comentou sobre a Operação Zelotes e do auxílio obtido junto à OAB quando de verificações nos escritórios de advocacia.

Respondendo aos questionamentos dos parlamentares, a Sra. Candice Lavocat se posicionou contra a espetacularização que se faz em torno de algumas investigações, e ponderou que o Judiciário deve trabalhar em cima do processo. Informou de sua preocupação quando uma condenação não gera aplicação de pena aos réus e defendeu a prisão preventiva em casos de crimes graves, hediondos e de lavagem de dinheiro, a fim de preservar o direito dos cidadãos.

Formulação e Execução da Política Externa Brasileira

15/04/2015 – Audiência Pública conjunta da CFFC, CREDN e CSPCCO, sobre temas afetos à formulação e à execução da política externa brasileira; prestar esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Governo brasileiro em relação à pena de execução imposta a cidadãos brasileiros condenados por tráfico de drogas na Indonésia; e prestar esclarecimentos sobre a recusa do Governo Federal em efetuar pagamentos relativos à contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA) e transferência do montante de R\$ 16,24 milhões à União das Nações Latino-Americanas (Unasul), referentes ao ano de 2014. Requerimentos nº 53/2015-CFFC, do deputado Vanderlei Macris; nº 03/2015-CREDN, da deputada Jô Moraes; e nº 05/2015-CSPCCO, do deputado Delegado Waldir

Convidado participante: Embaixador Mauro Vieira, ministro de Estado das Relações Exteriores

Resumo: O embaixador Mauro Vieira destacou que a agenda internacional de 2015 e dos próximos anos seria muito intensa e refletiria os compromissos assumidos e a vocação universal da política externa brasileira, acrescentando também resultados concretos em termos de inserção internacional, de ampliação do diálogo e da concertação política com todos os países, blocos, regiões e fóruns que eram relevantes para a política externa brasileira. Enfatizou ainda que a vocação da política externa brasileira era pacífica, baseada nos princípios constitucionais de solução pacífica das controvérsias, não interferência em assuntos internos, da valorização e defesa do multilateralismo e da integração da América Latina, e afirmou crer que o diálogo político e diplomático era não só a melhor forma de resolver os conflitos, mas, sobretudo, de preveni-los.

Esclareceu que os principais eixos da política externa brasileira eram: 1) a América do Sul e a integração de seus países – argumentou que o Brasil fazia fronteira com dez países e era indispensável uma perfeita coordenação e um perfeito entendimento entre eles, ressaltando a importância do Mercosul e da boa relação entre o Brasil e a Argentina; 2) diplomacia econômica – ressaltou que a promoção do comércio, dos investimentos e a participação brasileira nas negociações internacionais eram muito importantes, bem como as relações com os países desenvolvidos – Estados Unidos, Japão e União Europeia – uma vez que consistiam em importantes fontes de investimento e importantes parceiros comerciais do Brasil, além de importantes fontes de cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e educação; 3) países asiáticos – julgou importante a parceria com a China, argumentando que se tratava do primeiro parceiro comercial do Brasil, um membro ativo de diferentes grupos de concertação e do sistema das Nações Unidas, além de um membro ativo dos BRICS; e 4) cooperação com países em desenvolvimento – informou que a Agência Brasileira de Cooperação, órgão que compunha a estrutura do Itamaraty, desenvolvia importantes

tando que, desde que assumiu o Ministério, tem tentado imprimir um viés pragmático a sua gestão a fim de permitir resultados tangíveis para o Brasil, não somente em termos de comércio exterior e investimento, mas também disse haver uma grande preocupação do Itamaraty, que há vários anos criara a Subsecretaria Brasileiros no Exterior, com funções consulares e objetivo de zelar pelo bem-estar dos patrícios no estrangeiro, procurando dar atenção e amparo em todas as questões, inclusive aos condenados à morte, com acompanhamento desde o início da instrução processual até a condenação. No caso do brasileiro executado na Indonésia, afirmou que o Brasil não negou os ilícitos cometidos por ele, nem os ilícitos cometidos pelo brasileiro que ainda estava preso aguardando a execução da pena de morte naquele país; acompanhou o processo legal e o respeitou, contestando apenas a execução da pena capital, uma vez que o Brasil era parte da Convenção Americana sobre direitos humanos, que veda a pena de morte e o restabelecimento dela nos países que já a aboliram. Esclareceu que o Brasil sempre patrocinava as sucessivas resoluções da Assembleia-Geral da ONU, as quais declaravam a moratória à aplicação da pena de morte com vistas à abolição dessa punição em tempo oportuno. Ressaltou que, por causa desses compromissos internacionais, o País não poderia deixar de se rebelar contra a aplicação da pena de morte contra um brasileiro, dentro do respeito às relações bilaterais.

Em relação ao pagamento aos organismos internacionais, argumentou que não conhecia nenhum país que estivesse absolutamente em dia com todos os seus compromissos, e que, no caso do Brasil, havia um atraso no pagamento há mais de cinquenta anos, por isso a dívida era alta, mas que havia uma preocupação de sempre se pagar uma parcela da contribuição anual para não se perder o direito a voto. Explicou que o Brasil se esforçava para pagar todos os débitos porque não podia deixar de estar presente em todos os organismos, uma vez que o multilateralismo era um princípio basilar da

programas de cooperação nas áreas de agricultura, biotecnologia, saúde e educação, ressaltando que essas atividades ajudavam a fortalecer os laços com os países recipiendários e a projetar a imagem e os interesses do Brasil mundo afora.

Em relação aos brasileiros que viviam no exterior, o mi

política externa brasileira. Esclareceu que o pagamento era feito dentro das restrições financeiras que o país atravessava e que o Itamaraty trabalhava constantemente para sanar aquela situação. Destacou não haver discriminação, nem interesse em prejudicar a OEA, ou de enfraquecer a organização em favor da Unasul.

Impactos da Operação Lava Jato na Atividade Econômica

22/04/2015 - Audiência Pública destinada a debater os impactos e os efeitos da Operação Lava Jato na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil. Requerimento nº 51/2015, do deputado Valtenir Pereira

Convidados participantes: Ariovaldo Rocha; Marcelo Luiz Schreinert; e Márcio Fortes, ex-ministro das Cidades e chefe de Relações Institucionais da Firjan

Resumo: O Sr. Ariovaldo Rocha destacou que cerca de 40 mil pessoas que trabalham no setor naval poderiam vir a perder seus empregos nos meses seguintes se a Petrobras não retomasse os investimentos na construção de sondas e navios-plataforma.

O Sr. Marcelo Luiz Schreinert informou que a economia dos onze municípios da região do Rio Jacuí, onde fora instalado um polo naval, foi prejudicada, destacando que no município de São Jerônimo cerca de mil trabalhadores haviam sido demitidos. Realçou também que a suspensão dos contratos da Petrobras gerou consequências que vão além das demissões, pois as prefeituras da região investiram muito em infraestrutura, na qualificação de mão de obra, no transporte coletivo e na saúde, já que havia uma previsão de geração de cinco mil empregos diretos com a criação do polo naval na região.

Após as explanações dos convidados, o deputado Valtenir Pereira, autor do requerimento de audiência, enfatizou que é preciso buscar soluções legais e agilizar

alternativas, por meio do diálogo com a CGU e o Ministério Público, a fim de evitar que as empresas brasileiras na área de construção naval sejam substituídas por empresas estrangeiras, o que já estaria acontecendo, com um grande impacto negativo na economia brasileira e na geração de emprego. Disse ainda que é preciso trazer à Comissão o Presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, para explicar a situação da empresa.

O ex-ministro das Cidades Márcio Fortes, presente na plateia, cobrou mudanças na Lei Anticorrupção para que os acordos de leniência, espécie de delação premiada feita por empresas, seja aplicada mais efetivamente. O presidente da CFFC, deputado Vicente Cândido, também se manifestou e propôs a revisão do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), instrumento usado pela Petrobras nas contratações no lugar da Lei de Licitações, argumentando que esse instrumento legal permite a contratação de obras sem projeto básico e é uma das causas das irregularidades descobertas pela Operação Lava Jato.

Fundos de Previdência Estaduais

28/04/2015 - Destinada a debater sobre Fundos de Previdência Estaduais e as possibilidades de reorganização destes. Requerimento nº 35/2015, do deputado João Arruda

Convidados participantes: Carlos Eduardo Gabas, ministro de Estado da Previdência Social; e Renato Follador, consultor e especialista em previdência social pública e privada

Resumo: O ministro Gabas ressaltou a necessidade de garantir a viabilidade atuarial dos planos previdenciários estaduais, protegendo-os contra as ações dos gestores de plantão, que costumam criar e ou extinguir planos previdenciários próprios a fim de burlar a lei geral da previdência. Argumentou que a criação de fundos de previdência complementar não justifica a extinção dos fundos financeiros existentes, pois deve haver a “segregação de massa” definindo, a partir de um limite no tempo de contratação, quais funcionários serão regidos pelas novas regras e quais permanecerão sendo assistidos pelo antigo regime.

Em relação ao projeto em análise na Assembleia Legislativa do Paraná, que alterava o custeio do Regime Próprio da Previdência Social dos servidores do estado, o ministro disse que o Ministério da Previdência ainda não havia emitido parecer sobre a legalidade da proposta porque o governo paranaense não prestara as informações solicitadas. Ressaltou, entretanto, que o Ministério tinha autorização legal para decretar uma irregularidade previdenciária e cassar o Certificado de Regularidade Previdenciária do estado, sem o qual o ente federado não pode receber transferências da União. O pre-

sidente, deputado João Arruda, autor do requerimento de audiência, também criticou as mudanças no regime previdenciário dos servidores do Paraná, ressaltando que Minas e São Paulo já haviam proposto alterações semelhantes a fim de disponibilizar recursos para os estados, colocando em risco a aposentadoria dos servidores. Em seguida se manifestaram os senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann, com críticas a propostas de alteração no regime previdenciário do Paraná, bem como à gestão do governo e à violência policial contra os professores que estavam em greve contra as alterações previdenciárias em discussão na Assembleia Legislativa. Em contrário, o deputado Luiz Carlos Haully defendeu a atuação do governo paranaense e argumentou que a culpa pela situação era da política econômica nacional, que massacrava os estados e municípios. Acrescentou que nos governos anteriores também houve ajustes e que o Fundo previdenciário não vai ser extinto. O deputado Valdir Passoni também se manifestou, considerando que o grande problema no sistema previdenciário do Paraná fora a suspensão da contribuição patronal durante o governo do atual senador Roberto Requião.

Após as intervenções parlamentares, o Sr. Renato Follador esclareceu que a proposta apresentada pelo governo estadual sugeria que cerca de 30 mil beneficiários, com 73 anos ou mais, fossem transferidos do Fundo Financeiro, arcado pelo Tesouro estadual, para o Fundo Previdenciário, que engloba as contribuições dos servidores e do poder público, a fim de gerar ao governo

uma economia de R\$ 125 milhões por mês com o pagamento de benefícios. O especialista em previdência considerou que essa alteração não poria em risco a segurança atuarial do Plano de Previdência do Paraná, mas criticou a gestão dos recursos previdenciários nos governos anteriores e no atual, que teriam feito investimentos equivocados.

Assuntos Pertinentes ao Ministério da Saúde

29/04/2015 – Audiência Pública conjunta da CFFC, CSSF e CREDN. Destinada ao debate de assuntos pertinentes à pasta do Ministério da Saúde.. Requerimentos nº 12/2015, do deputado Vanderlei Macris; nº 08/2015-CSSF, da deputada Jandira Feghali; e 23/2015-CREDN, dos deputados Bruno Araújo e Claudio Cajado

Convidado participante: Arthur Chioro, ministro da Saúde

Resumo. O ministro Arthur Chioro defendeu a ampliação do programa Mais Médicos, esclarecendo que o programa fora criado pelo governo federal em 2013 com o objetivo de convocar médicos para atuar na atenção básica de municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Apresentou gráficos demonstrando que, desde o início do Mais Médicos, 14.462 mil profissionais passaram a atender a população de 3.785 mil municípios, o equivalente a 68% dos municípios do país, e os 34 distritos indígenas, beneficiando 50 milhões de pessoas. Negou que o programa tenha sido unicamente articulado para trazer profissionais cubanos ao País, afirmando que a iniciativa baseara-se em fundamentos legais para suprir a carência de médicos, especialmente no interior. Esclareceu que os médicos brasileiros tiveram prioridade em todas as seleções do Mais Médicos, mas tinha havido baixa adesão por parte destes, que preencheram apenas 12,7% das vagas, sendo as ociosas ofertadas a médicos estrangeiros e em sua maioria ocupadas pelos cubanos, por meio de convênio com a organização Opas, braço da OMS na Amé

rica. Destacou ainda que o Mais Médicos selecionou mais 39 municípios para sediar novos cursos de Medicina e criou 4.460 novas vagas de graduação, distribuídas entre instituições públicas (1.343) e privadas (3.117), informando que, pela primeira vez, o interior passava as capitais metropolitanas nesse item. O ministro afirmou também que, apesar do contexto de restrição orçamentária, a pasta mantinha o ritmo de expansão das políticas públicas consideradas vitais, como a melhor definição das responsabilidades da União, estados, e municípios; a informatização da saúde; a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena; e a reestruturação da Agência Nacional de Saúde (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Sobre denúncias de irregularidades na aquisição e uso de órteses e próteses, o ministro informou que fora criado um Grupo de Trabalho interinstitucional que apontou, entre outros problemas, a falta de padronização de nomenclatura de OPME, o que dificulta a comparação dos produtos, seja para uniformização de preços ou padronização de uso. Acrescentou que o grupo propôs de

medidas de reestruturação e ampliação da transparência do processo de produção, importação, aquisição, distribuição, utilização, tributação, avaliação e incorporação tecnológica, regulação de preços, e aprimoramento da regulação clínica e de acesso dos dispositivos médicos em território nacional. Para discussão e implementação dessas medidas, destacou que já foram realizadas onze reuniões com convidados representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, bem como especialistas em assuntos ligados ao tema; criação de subgrupo com especialistas para discus-

são e padronização de nomenclatura a ser utilizada de forma universal para as OPME; criação de subgrupo para discussão e elaboração de protocolos e normas de uso de dispositivos médicos implantáveis, em especial, iniciando-se pelas OPME de maior importância em saúde pública; e discussão de regulação econômica do setor.

Chioro listou ainda, como desafios para a pasta da Saúde, o fortalecimento do pacto interfederativo com o programa Mais Médicos, destacando que Orçamento de 2015 destinara R\$ 109,2 bilhões para a saúde, 8,8% a mais em relação ao previsto para 2014 (R\$ 100,3 bilhões).

Contas secretas de brasileiros no banco HSBC na Suíça

07/05/2015 – Audiência Pública destinada ao debate de informações divulgadas sobre contas secretas de brasileiros no banco HSBC na Suíça. Requerimento nº 34/2015, do deputado Toninho Wandscheer.

Convidado participante: Fernando Rodrigues, jornalista.

Resumo: O Sr. Fernando Rodrigues informou que fazia parte do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês), que integrava jornalistas de diversos países, e que um dos membros desse consórcio obteve acesso ao vazamento de dados bancários do HSBC suíço, que um ex-funcionário do banco entregara ao governo francês. Esses dados foram analisados e organizados por um grupo de jornalistas do consórcio, que elaboraram listas de correntistas de cada país. Esclareceu que os dados vazados se referiam a contas existentes no HSBC de Genebra apenas nos anos de 2006 e 2007, e que o caso, conhecido como SwissLeaks, era o maior vazamento de dados bancários da história. Informou também que desse arquivo de contas secretas constavam 8.657 correntistas brasileiros, entre pessoas físicas e jurídicas, e que ele enviou os primeiros 342 nomes identificados ao Coaf para que fosse verificada a correspondente situação com o Fisco; que o órgão não agira.

Durante os debates, o deputado Toninho Wandscheer,

autor do requerimento de audiência e relator da Subcomissão Especial para Recuperação de Ativos no HSBC, informou que o Presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues, em reunião com deputados membros da Subcomissão no dia 31 de março, destacara que não houvera interesse pela lista inicial enviada ao órgão porque não fora considerada “oficial”, e que, somente após a publicação na imprensa, o órgão iniciou a verificação das informações. O Presidente da Subcomissão, deputado Vanderlei Macris, que presidia a audiência, ressaltou que o colegiado iria utilizar a grande contribuição dada pelo trabalho de jornalismo investigativo para que viesse a ser proposto o aperfeiçoamento nas regras do sistema financeiro e de investigação no Brasil.

O convidado explicou ainda que só foram divulgados na imprensa os nomes de clientes que tinham “relevância jornalística” ou fossem de interesse público, cerca de 400 correntistas, e que, antes da divulgação, essas pessoas teriam sido contatadas, e apenas sete dentre elas deram

explicações detalhadas que atestavam a legalidade de suas contas no HSBC suíço. O jornalista argumentou que o conceito de relevância jornalística ou de interesse público, também utilizado pelos outros membros do ICIJ, abrangia pessoas públicas e empresas de grande porte ou que movimentaram volume alto de dinheiro, mas ressal

vou que todos os 8.657 correntistas, que juntos mantinham cerca de US\$ 7 bilhões no HSBC da Suíça em 2006 e 2007, deveriam ser alvo dos órgãos de fiscalização competentes, especialmente a Polícia Federal e a Receita Federal, aos quais cabem verificar a existência dos crimes de sonegação fiscal e evasão de divisas.

Andamento das investigações da Operação Zelotes

13/05/2015 – Audiência Pública destinada a esclarecer o andamento de investigações alusivas ao Sistema Tributário Nacional no âmbito da Operação Zelotes. Requerimento nº 75/2015, dos deputados Paulo Pimenta e Leo de Brito

Convidado participante: Frederico de Carvalho Paiva, procurador do 6º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Distrito Federal, responsável pelas investigações da Operação Zelotes

Resumo. O Sr. Frederico Carvalho prestou informações sobre o andamento das investigações e sobre o *modus operandi* das quadrilhas que atuavam junto ao CARF para favorecer o provimento de recursos administrativos impetrados pelas empresas devedoras ao Fisco. Informou que estão sendo investigados tanto servidores do Conselho quanto advogados. Explicou que, em geral empresas de consultoria ou consultórios de advocacia, às vezes tendo os próprios conselheiros do Carf entre seus sócios, contatavam as empresas devedoras prometendo manipular o julgamento do CARF. O próximo passo seria a empresa com débito fechar um contrato de consultoria com essas quadrilhas para dar legalidade à transferência de recursos que alimentava o esquema. Após a explanação do convidado, o deputado Paulo Pimenta, autor do requerimento de audiência, solicitou

ao convidado mais informações sobre o funcionamento do CARF, órgão que considerava complexo, sem transparência e vulnerável. Observou que vários nomes investigados na Operação Zelotes já haviam sido citados na Operação Anfíbio, que também investigara corrupção envolvendo o CARF, o que evidenciaria que havia uma quadrilha atuando há muito tempo no interior desse órgão.

Respondendo aos questionamentos do autor do requerimento e de outros parlamentares, o convidado esclareceu que estavam sob suspeita 74 recursos julgados pelo CARF, os quais totalizavam um valor de 19 bilhões de reais. Teceu ainda críticas à estrutura do CARF e considerou que a forma ineficiente como o órgão funcionava só interessava a um pequeno grupo que não estava preocupado com o interesse público.

Andamento das investigações da Operação Zelotes

20/05/2015 – Audiência Pública destinada a esclarecer o andamento de investigações alusivas ao Sistema Tributário Nacional no âmbito da Operação Zelotes. Requerimento nº 75/2015, dos deputados. Paulo Pimenta e Leo de Brito

Convidados participantes: Hugo de Barros Correia – delegado da Polícia Federal, coordenador-geral de Polícia Fazendária; e Marlon Oliveira Cajado dos Santos – delegado da Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal, responsável pelas investigações da Operação Zelotes

Resumo. O delegado Hugo informou que não poderia dar muitos esclarecimentos, pois as investigações da Operação continuavam tramitando em segredo de Justiça. Esclareceu que as investigações tiveram início a partir de uma denúncia anônima sobre irregularidades no CARF e as investigações confirmaram indícios de irregularidades, a partir das quais a Polícia Federal solicitou uma série de medidas ao Judiciário, como quebra de sigilo telefônico e fiscal, que comprovaram as suspeitas que pesavam sobre a atuação irregular do órgão.

O delegado Marlon acrescentou que, após as interceptações telefônicas e telemáticas, a PF passou a uma nova fase da operação, com a apreensão de documentos nos casos com maior indício de irregularidades, os quais ainda estavam sendo analisados. Considerou que era preciso repensar o CARF, pois o Conselho manifestava-se sobre valores astronômicos, que

chegavam à casa de um trilhão de reais; que muitos dos processos deveriam ser revisados, mesmo no caso em que o direito parecia ser razoável, pois isso não justificaria o pagamento de propina. Destacou a decisão da OAB de não admitir mais que advogados também pudessem julgar os recursos administrativos, impedindo-se assim que conselheiros do CARF pudessem continuar atuando como advogados em favor das empresas com processo no Fisco.

Durante os debates, o deputado Paulo Pimenta, autor do requerimento de audiência, disse estranhar o fato de que a União não pudesse recorrer à Justiça contra uma decisão do CARF, quando era facultado às empresas questionar judicialmente as decisões desse órgão. Destacou ainda o fato de haver muito parentesco entre os conselheiros do CARF, o que evidenciaria influência no órgão de algumas famílias.

Desdobramentos da crise na Petrobras sobre o mercado de ações

21/05/2015 – Audiência Pública destinada a discutir os desdobramentos da crise na Petrobrás sobre o mercado de ações e outros processos em andamento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Requerimentos nº 92/2015-CFFC, do deputado Vicente Cândido; e nº 3/2015-CFT, do deputado Silvio Torres

Convidados participantes: Leonardo Gomes Pereira, presidente da CVM; e Julya Sotto, procuradora-chefe da CVM

Resumo: O Sr. Leonardo Gomes Pereira informou que havia um total de 12 processos de apuração iniciados sobre a Petrobras e que outros três já haviam sido decididos, referentes à participação de fundos de pensão como representantes de acionistas minoritários em 2012. Salientou que a CVM não investigava casos de corrupção, e que, no caso da Petrobras, caberia à CVM analisar as obrigações dos administradores quanto ao mercado, ficando para a polícia e o Ministério Público a investigação dos desvios em outras áreas.

A Sra. Julia Sotto esclareceu a opção regulatória do mercado de ações no Brasil – aplicada na maior parte do mundo – segundo a qual o Estado não regula pelo mérito, não interfere na gestão das empresas; cabia à CVM tão somente regular a informação, garantindo-se aos investidores toda a informação possível antes de que se

decidissem sobre os investimentos. Informou que, no caso da Petrobras, a CVM não questionava a política de preços da empresa, mas o fato de esta haver anunciado um plano de negócio e metas e adotado uma postura na prática que não condizia com o que fora divulgado.

O deputado Silvio Torres, autor de um dos requerimentos da audiência, frisou que os conselheiros investigados em três processos sobre preços de combustíveis eram membros do governo e lamentou que a CVM só tivesse agido após questionamentos feitos ao órgão por investidores, quando não seria mais possível evitar os prejuízos. Disse também que o governo dispunha de uma minuta de projeto de lei para enviar ao Congresso com mudanças nas formas de punição e nas penas que a CVM poderia aplicar a empresas e administradores.

Objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial

26/5/2015 – Audiência conjunta da CMO, CFFC, CFT, CDEIC, CAE-SF e CMA-SF, destinada à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – referentes ao segundo semestre do exercício de 2014; a prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais; e a prestar informações acerca da infringência, por parte do governo federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União. Respectivamente, atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; Requerimento nº 80/2015-CFFC, dos deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir; e Requerimento nº 22/2015-CFT, do deputado Nelson Marchezan Júnior

Convidados participantes: Alexandre Tombini, presidente do Banco Central do Brasil; e Altamir Lopes, diretor de Administração do Banco Central do Brasil

Resumo. O Sr. Alexandre Tombini avaliou que os estímulos fiscais adotados pelo governo a partir de 2011 não conseguiram manter o crescimento econômico, tendo, ao contrário, afetado a situação fiscal do País,

obrigando o governo a fazer o ajuste fiscal. Apesar de ter destacado que a economia mundial enfrentou, a partir de 2008, a pior crise de sua história nos últimos 80 anos, e que, ainda assim, o Brasil conseguira crescer 20% entre

2008 e 2014, ele reconheceu que a política macroeconômica usada no governo Dilma Rousseff ficou abaixo dos resultados esperados.

Tombini considerou que 2015 seria um ano de transição, de um modelo de estímulos fiscais para a economia, ao ajuste das contas públicas para a recuperação da credibilidade do País, e que o Brasil estava sendo preparado para um novo ciclo de crescimento econômico sustentável. Afirmou que em dezembro de 2016 a inflação medida pelo IPCA iria convergir para as margens da meta oficial, 4,5% ao ano. Esclareceu que o aumento da inflação era provocado por dois fatores independentes: a alta do dólar no mercado internacional, que acabava sendo repassada aos preços internos, principalmente dos importados; e os reajustes de preços

administrados, como de luz e combustíveis, que vinham ocorrendo desde o ano passado. O presidente da CFFC, deputado Vicente Cândido, ressaltou a boa expectativa de crescimento econômico ainda para o fim de 2015 e uma retomada “mais robusta no ano que vem”. Considerou que o país vivia uma situação parecida com o que ocorrera em 2008, ano em que os créditos disponíveis nos bancos públicos foram fundamentais para garantir o crescimento econômico e a distribuição de renda. Considerou que a Operação Lava Jato está no epicentro da crise atual – sobretudo para o setor de óleo e gás – e, por isso, defendeu a adoção de acordos de leniência entre o governo e as empresas envolvidas no caso, como medida necessária para retomar o crescimento econômico do país.

Contas secretas de pessoas e empresas brasileiras no HSBC da Suíça

27/5/2015 – Audiência Pública destinada a debater sobre o caso de contas secretas de pessoas e empresas brasileiras no Banco HSBC da Suíça. Requerimento nº 57/2015, do deputado Toninho Wandscheer e outros

Convidados participantes: Antonio Gustavo Rodrigues, residente do Coaf – Conselho de Administração de Atividades Financeiras; Jorge Luiz Alvez Caetano, coordenador-geral de Pesquisa e Investigação da Receita Federal do Brasil; e Márcio Barreira de Ayrosa Moreira, secretário executivo do Banco Central do Brasil

Resumo: O Sr. Márcio Barreira de Ayrosa Moreira esclareceu que, além de cuidar da política monetária, cabe ao Banco Central zelar pela solidez das instituições financeiras, e informou que a avaliação do FMI e do Banco Mundial consideraram adequados procedimentos de controle adotados pelo Bacen, o que foi corroborado por auditoria do TCU realizada em 2014. Sobre os primeiros 342 nomes de brasileiros identificados na lista de contas secretas no HSBC e encaminhados inicialmente ao Coaf, explicou que foi feita a checagem dos CPF, dos quais sessenta e seis apareciam em operações de câmbio, dezoi

to dos quais em operação acima de cem mil dólares, e afirmou que a mesma triagem seria feita em relação aos mais de oito mil nomes encaminhados posteriormente, a fim de que fossem verificados indícios de sonegação e evasão fiscal.

O Sr. Antonio Gustavo Rodrigues ressaltou a evolução internacional acerca do controle das operações financeiras, que contribuía para combater os crimes de evasão fiscal e sonegação. Argumentou que organizações criminosas funcionavam como empresas, com a mesma lógica de mercado e, para desbaratá-las, seria preciso reti

rar o dinheiro, não apenas prender as pessoas envolvidas. Considerou que a mentalidade de que manter contas secretas era normal começara a mudar a partir da Convenção de Lavagem do Dinheiro do Tráfico de Drogas e à criação do Grupo de Ação Financeira Internacional, entidade que começou a contestar a postura omissa dos bancos, levando-os a manter o registro das operações e a comunicar às autoridades monetárias as operações suspeitas. Ponderou que, para evitar atitudes suspeitas, que deveriam ser tratadas como denúncia de crime, o que poderia criar problemas para pessoas inocentes, foi criado um ente mediador – as unidades de inteligência financeira, que no Brasil é o Coaf.

O Sr. Jorge Luiz Alvez Caetano informou que a lista de

342 nomes inicialmente encaminhados ao Coaf não era indício suficiente pra iniciar investigação, mas a Receita, ainda em fevereiro de 2014, havia requisitado informações sobre as contas secretas de brasileiros na Suíça ao governo francês, que detinha os dados completos. Informou que, em março, agentes da Receita foram à França buscar a integralidade das informações, mais de oito mil fichas de perfis de clientes, que estavam sendo analisadas, a fim de que fossem identificados possíveis crimes financeiros. Ressaltou que havia dificuldades na investigação, pois o Brasil era reconhecido por manter legislação restritiva em relação ao acesso de informações fiscais. O convidado solicitou aos parlamentares a flexibilização dessa legislação.

Impactos da Operação Lava Jato na atividade econômica nacional

11/06/2015 – Audiência Pública destinada a debater os impactos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia. Requerimentos nº 70/2015, do deputado Valtenir Pereira, e nº 93/2015, dos deputados Jorge Solla e Valtenir Pereira

Convidados participantes: Ivanildo de Almeida e Silva, gerente executivo, representante da Petrobras; Arioaldo Santana da Rocha, presidente do Sinaval; Carlos Henrique de Oliveira Passos, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, André Luiz Araújo Santana, diretor Financeiro do Sindipetro/BA; e Humberto Rangel, diretor de Relações Institucionais da empresa Enseada Indústria Naval S.A.

Resumo: O Sr. Ivanildo explicou que a Petrobras decidira pelo bloqueio cautelar de negócios com as empresas envolvidas nas investigações da Operação Lava Jato, mas não bloqueara os estaleiros especificamente, tendo sido afetados apenas os que estavam associados ao trabalho de sondas fornecidas por empresas como a Iesa, e garantiu que nenhum contrato em andamento havia sido rescindido em consequência das investigações. Admitiu, porém, que a Petrobras fora obrigada a cancelar investimentos e a paralisar algumas obras já contratadas,

devido à condição financeira da empresa, afetada pela queda do preço do petróleo e pelas investigações da Operação Lava Jato.

O Sr. Arioaldo Santana argumentou que já haviam sido subtraídos catorze mil empregos no setor da construção naval, afetado pelo cancelamento ou paralização de obras da Petrobras, e contestou a transferência de contratos para empresas estrangeiras, o que prejudicaria a indústria nacional. Os Srs. Carlos Henrique e André Luiz criticaram a paralização da construção de um estaleiro em Maragogi

Pe, o que levava ao aumento do desemprego na região do recôncavo baiano.

O Sr. Humberto Rangel argumentou que a decisão da Petrobras de explorar o Petróleo do Pré-sal levava à descentralização da indústria Naval, pois empresários do setor, cujos investimentos se concentravam apenas no Rio de Janeiro, passaram a investir em outros estados, por incentivo do governo. Alertou para o risco de quebra de confiança no governo, devido ao encolhimento dos investimentos, citando a situação da empresa Enseada, impedida de negociar com a Petrobras mesmo sem estar envolvida nas irregularidades apuradas pela Lava Jato. Defendeu que os compromissos das Petrobras e das empresas de construção naval fossem cumpridos, pois, com os atrasos e as incertezas, os financiadores se retraíam. Conclamou os deputados a contribuírem para uma solução que garantisse a punição dos envolvidos em irregularidades, mas não se punissem os trabalhadores.

Após as explanações, o deputado Valtenir Pereira, rela

tor da Subcomissão da Operação Lava Jato e autor dos requerimentos de audiência, reclamou a ausência do presidente da Petrobras, que enviara representante à audiência, e informou que buscará a mudança na Constituição para que a Câmara e suas Comissões pudessem convocar, além de ministros de Estado, também presidentes das estatais.

Questionou também a construção dos módulos para plataformas da Petrobras por empresas estrangeiras que construíam fora do país, subtraindo-se empregos nacionais. O deputado Jorge Solla, presidente da Subcomissão, também demonstrou sua preocupação com a perda dos investimentos e empregos nacionais, bem como com a possibilidade de alteração no regime de partilha na exploração do Pré-sal. Já o deputado Vicente Candido, presidente da CFFC, enfatizou o papel social da Petrobras e a preocupante retração de investimentos da estatal no mercado nacional.

Aplicação de recursos e andamento das obras dos jogos olímpicos

17/06/2015 – Audiência Pública destinada a acompanhar a correta aplicação de recursos e o andamento das obras de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016. Requerimento nº 91/2015, dos deputados Ezequiel Teixeira e Valtenir Pereira

Convidados participantes: Augusto Gonçalves Ferradaes, auditor do Tribunal de Contas; e Vânia Marisa Dias de Miranda, subsecretária da SSO, da Secretaria Geral de Controle Externo do TCE/RJ

Resumo: O Sr. Augusto Gonçalves Ferradaes informou que, em relação aos Tribunais de Contas, fora firmado um Protocolo de Intenções pelo qual caberá a cada entidade – federal, estadual e municipal – fiscalizar a execução das ações necessárias à realização dos Jogos conforme suas respectivas competências legais, cabendo ao TCU fiscalizar os órgãos e as entidades federais responsáveis

pela coordenação dos Jogos, bem como a liberação de recursos e a regularidade da execução das obras e dos serviços contratados com recursos federais, direta ou indiretamente, sendo também o responsável pela coordenação geral da fiscalização do evento, com a criação de um portal na internet para divulgação de informações sobre as ações de controle. Informou tam

bém que existiam doze processos de fiscalização em andamento – e previsão de autuação de mais catorze outros processos – para temas relacionados à realização dos Jogos. Informou também que o TCU deliberou que o Comitê Rio 2016, responsável pelas obras privadas para a logística dos Jogos, apresentasse informações sobre suas despesas e receitas, pois o contrato sobre a realização dos jogos previu que o eventual déficit deverá ser suportado pela União e, portanto, a contabilidade do Comitê precisaria ser avaliada em sua legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência.

A Sra. Vânia Miranda detalhou que, de acordo com a Matriz de Responsabilidade dos Jogos, seriam construídas 37 instalações especialmente preparadas para as olimpíadas e paraolimpíadas, com recursos públicos ou privados, além de alguns projetos de infraestrutura e políticas públicas que haviam sido antecipados em virtude dos Jogos Rio 2016, os quais constituiriam o legado das Olimpíadas. Ressaltou que 13 desses projetos – 3 previstos na Matriz de Responsabilidade e 10 no Plano de

Políticas Públicas (Legado) – estavam sob a responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo portanto objeto de fiscalização por parte do TCE. Dentre os atos de fiscalização já implementados pelo TCE, destacou o acompanhamento e controle das receitas e despesas do Comitê Rio 2016, em função da garantia de cobertura de eventual déficit operacional da entidade, assumida pela União, Estado e Município do Rio de Janeiro; o acompanhamento das obras relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, realizadas no período de 04-08-2014 a 05.12.2014, em órgãos e empresas do Estado do Rio de Janeiro: Casa Civil, Seobras, Setrans, Sea, Cedae, Riotrilhos, Central, Emop e Inea; e a auditoria para verificação da regularidade das despesas realizadas com a contratação de projetos, consultorias e obras da Linha 4 do Metrô.

Após as explanações, o deputado Ezequiel Teixeira, que preside a Subcomissão dos Jogos Olímpicos, demonstrou preocupação quanto ao fato de o governo federal ter de arcar com um possível déficit dos jogos.

Contas secretas de pessoas e empresas brasileiras no HSBC da Suíça

01/07/2015 – Audiência Pública destinada a debater acerca das investigações sobre o caso das contas secretas de pessoas e empresas brasileiras no Banco HSBC da Suíça. Requerimento nº 57/2015, do deputado Toninho Vandscheer

Convidados participantes: Vladimir Aras, secretário de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal; e Wilson Rodrigues de Souza, delegado da Polícia Federal, da Divisão de Repressão aos Crimes Financeiros

Resumo: O Sr. Vladimir Aras expôs sua preocupação com a dificuldade em validar a prova de possíveis crimes em relação às contas secretas no HSBC da Suíça, uma vez que a defesa dos investigados alegaria que os dados bancários dos correntistas obtidos pelo governo francês por meio de um ex-funcionário do banco suíço constituíam prova ilícita, tanto de acordo com a legislação

suíça, quanto com a brasileira, para a qual defendeu alteração. Argumentou que o caminho para validar essa prova é o art. 33 da Convenção de Mérida, do qual o Brasil é signatário, e que preconiza a proteção aos denunciadores de boa-fé de crimes cometidos por terceiros, status que o governo Francês concedeu ao ex-funcionário do HSBC, ao validar os documentos vazados

como prova lícita. Além dessa dificuldade, apontou também outras, como a prescrição de alguns possíveis crimes financeiros cometidos, que pode variar de oito a dezesseis anos, e a decadência tributária, de cinco anos.

O Sr. Wilson Souza explanou sobre as atribuições da Divisão de Repressão a Crises Financeiras e, especificamente sobre o caso das contas secretas do HSBC, esclareceu que a Polícia Federal teve que fazer contato com o governo francês para ter acesso aos documentos vazados, já que, na Suíça, essas informações eram protegidas pelo sigilo. Ressaltou também que ter

contas no exterior não constitui crime, desde que a saída dos recursos tenha obedecido aos trâmites legais, mas observou que as investigações apontam indícios de crimes de sonegação e evasão de divisas por parte de alguns desses correntistas.

Durante os debates, o deputado Toninho Vandscheer, autor do requerimento de audiência, ressaltou a coincidência da venda do HSBC no Brasil com o andamento das investigações, bem como a necessidade de se criar uma legislação que coíba esses crimes financeiros.

Impactos e efeitos negativos da Lava Jato na economia e no índice de emprego

02/07/2015 – Audiência destinada a debater os impactos e os efeitos negativos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, a fragilização do conteúdo nacional e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia. Requerimento nº 117/2015, do deputado Valtenir Pereira

Convidado participante: Paulo Henrique Kunh, procurador-geral da União, representando Luís Inácio Lucena Adams, ministro de Estado advogado-geral da União, originariamente convidado; e representantes dos trabalhadores e empresários do setor naval

Resumo: O deputado Valtenir Pereira, relator da Subcomissão da Operação Lava-Jato, que presidiu a audiência, declarou instalado o "Fórum Permanente de debates composto de trabalhadores, empresários e membros do Governo para construir alternativas ao impacto negativo da Operação Lava Jato na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e ao risco de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia", objeto do Requerimento 112/2015, de sua autoria.

O deputado Vicente Candido, Presidente da CFFC, teceu comentários sobre o objetivo da audiência, bem como do Fórum Permanente de debates, informando que já estavam agendados encontros com os ministros Aloizio Mercadante e Armando Monteiro, para tratar desse tema.

O Sr. Paulo Henrique Khun informou que a AGU tinha todo o interesse em contribuir para a busca de soluções para os impactos negativos da Operação Lava Jato na economia nacional e se colocou à disposição da Comissão para participação no Fórum Permanente de debates.

Após a explanação do representante da AGU, o deputado Valtenir Pereira franqueou a palavra aos representantes dos trabalhadores e dos empresários do setor naval presentes para manifestarem suas posições sobre o tema, e informou que as entidades que se fizeram representar e ainda não constavam como convidados a participar do Fórum, caso quisessem ser formalmente incluídas, deveriam entrar em contato com a Secretaria da CFFC para que fosse providenciada a sua inclusão.

A situação funcional das carreiras jurídicas da AGU

07/07/2015 - A situação funcional das carreiras jurídicas da AGU - Destinada a debater a situação funcional das carreiras jurídicas da AGU. Requerimentos nº 81/2015-CFFC, dos deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir; e nº 54/2015-CFT, do deputado Luiz Carlos Haully

Convidados participantes: Renato Rodrigues Vieira, procurador-geral federal; Bruno Moreira Fortes, da Associação Nacional dos Advogados na União; Achilles Linhares de Campos Frias, do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, e Thirzzia Guimarães, procuradora federal

Resumo: O procurador-geral federal Renato Vieira defendeu que medidas de valorização da AGU no Congresso Nacional eram fundamentais para que a instituição tivesse condições de continuar cumprindo, com excelência, sua função constitucional de defender e assessorar juridicamente a União. O procurador mostrou números para comprovar o distanciamento entre a AGU e outras instituições definidas constitucionalmente como funções essenciais à Justiça. Disse também que o número de servidores administrativos da instituição, que davam apoio aos advogados, era dez vezes menor que o do Ministério Público Federal, mas ressaltou que, apesar de todas as restrições orçamentárias, a AGU vinha desempenhando suas funções.

O Sr. Bruno Moreira lamentou o desrespeito com que os servidores da AGU vinham sendo tratados pelo advoga

do-geral da União, que havia sido convidado, mas não comparecera à audiência, e defendeu a aprovação da PEC 82, que atribuía autonomia administrativa e orçamentária, além de constitucionalizar a independência técnica e inviolabilidade dos Advogados da União; e da PEC 443, que previa simetria remuneratória com outras carreiras essenciais da Justiça, como a Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública.

Os Srs. Achilles Linhares e Thirzzia Guimarães ressaltaram a importância da AGU no regime democrático e defenderam a aprovação das PEC 82 e 443, como forma de valorizar a instituição e ou seus servidores. Os parlamentares presentes também prestaram apoio aos servidores da CGU e às PECs que fortaleciam a instituição e as carreiras profissionais respectivas.

Manobras Fiscais adotadas pela gestão econômica federal

14/7/2015 – Audiência conjunta da CFFC, CFT e CMO, para debater manobras fiscais pela gestão econômica federal, em especial atrasos de repasses de recursos a bancos públicos federais. Requerimentos nº 81/2015-CFFC, dos deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir; e nº 27/2015-CFT, dos deputados Mendonça Filho, Pauderney Avelino, Miro Teixeira, João Gualberto e Enio Verri

Convidado participante: Luís Inácio Lucena Adams, ministro de Estado advogado-geral da União

Resumo: O ministro Luís Inácio Adams defendeu a regularidade das contas do governo federal e rejeitou a ideia de que tivessem havido “pedaladas fiscais”, defen

dendo que a discussão do Tribunal de Contas da União (TCU) deveria ter um foco técnico e não político como estava acontecendo. O ministro argumentou que as opera

ções feitas pelo governo federal não poderiam ser caracterizadas como operações de crédito. Segundo ele, o tribunal já teria julgamentos anteriores que endossariam as ações tomadas pelo governo federal.

O advogado-geral da União informou que todos os procedimentos questionados pelo TCU são baseados em metodologias já aprovadas pelo tribunal em análises de contas de anos anteriores, observando que desde 2001, primeiro ano de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ocorreram momentos pontuais em que a

União ficara com saldo negativo nos repasses para os bancos, mas o TCU nunca deixara de aprovar as prestações de contas do governo por causa do procedimento.

Além disso, Adams lembrou que, nos últimos 21 anos, a Caixa Econômica Federal, por exemplo, havia obtido saldos positivos na relação com a União e teve que pagar juros, argumentando que a sistemática fora benéfica à Caixa e que qualquer banco teria tido interesse em fazer um contrato semelhante.

Pagamento de indenização aos atingidos pela Barragem de Sobradinho

10/09/2015 - - Destinada a discutir pagamento de indenização aos atingidos pela Barragem de Sobradinho (BA). Requerimento nº 95/2015, do deputado Jorge Solla

Convidados participantes: Leonardo Belvino Póvoa, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Assessoria Especial de Gestão Socioambiental da Secretaria Executiva do Ministério das Minas e Energia; José Tadeu Almeida, Secretário-Adjunto de Diálogos Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República; José gomes de Souza, Presidente da AMOPOABS – Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho

Resumo: O Sr. José Gomes de Souza informou que o Ministério de Minas Energia confessou o débito desde 1980, no valor da época de oitenta e dois milhões, mas até hoje não tomou providências de pagar as indenizações devidas. Também fez críticas à Eletrobras e a Chesf por terem insistido em um projeto ineficiente, informando que a Chesf contesta o valor das indenizações e não se dispõe a quitar os débitos antes de uma decisão judicial. Solicitou que os deputados agissem junto ao Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência, Miguel Rosseto, quem teria competência para resolver a situação. O Sr. Leonardo fez um histórico sobre a atuação do MME no caso, informando que embora a Chesf seja uma empresa vinculada, o Ministério não tem competência para obrigá-la a executar ações socioambientais e que a posição da Chesf realmente esperar a decisão judicial.

O Sr. José Tadeu Almeida ressaltou o período autoritário em que se deu a construção da Barragem, que não seguiu os trâmites recomendados, gerando ônus para o Estado, de ordem econômica e social. Informou que a Secretaria-Geral está a par da situação e se dispõe a mediar um entendimento entre os órgãos envolvidos, a fim de buscar uma solução que minimize o máximo possível o ônus que o Estado tem com as comunidades atingidas.

O deputado Jorge Solla, que presidia a reunião, reconheceu e agradeceu o empenho dos membros do atual governo na tentativa de resolver o problema, gerado em outros governos, mas que é responsabilidade do Estado brasileiro, destacando o compromisso assumido pela Secretaria-Geral da Presidência da República de mediar uma solução para o caso.

Regimes e recolhimentos tributários das empresas de telecomunicações

17/09/2015 – Audiência Pública destinada a prestar esclarecimentos sobre os regimes tributários praticados, bases de cálculo, os incentivos e isenções concedidos, os recolhimentos tributários efetivados pelas empresas de telecomunicações e sua distribuição, bem como as competências tributárias federal, estadual e municipal; e apresentação do Plano de Investimentos do Ministério das Comunicações. Requerimento nº 115/2015, dos deputados Luiz Cláudio e Lindomar Garçon

Convidados: André Gomes, diretor Substituto do Departamento de Banda Larga, da Secretaria de Telecomunicações, representando o Ministério das Comunicações; Leonardo Euler de Moraes, Chefe da Assessoria Técnica, representando a Anatel; Eduardo Levy, Presidente do Sinditelebrasil; e Marcelo Ramos de Mello, presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS, representando o Confaz

Resumo: O Sr. Eduardo Levy fez um histórico sobre a forma de tributação das empresas, ressaltando grande volume de recursos arrecadados com os impostos e a carga tributária altíssima que incidia sobre o Setor, muito acima da média internacional, e que igualava os serviços de telefonia a itens supérfluos, como bebidas e cigarros, o que encarecia os serviços, e onerava a população, além de diminuir os lucros do setor e sua capacidade de investimentos.

O Sr. Leonardo Moraes ressaltou a variedade e o crescimento dos serviços de telefonia oferecidos, e o volume de recursos arrecadados por meio dos diversos impostos que incidiam sobre esses serviços, com destaque para o peso do ICMS, imposto estadual, no total dessa tributação. Expôs também sobre o funcionamento e

as fontes de recursos dos fundos públicos utilizados para fiscalizar, ampliar e melhorar os serviços de telefonia: Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; Fust – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; e Funtel – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.

O Sr. Marcelo Ramos de Mello focou na legislação tributária sobre os serviços de telecomunicações e ressaltou que a arrecadação de ICMS do setor de telefonia, embora alta, vinha caindo proporcionalmente, pois já representava mais de catorze por cento do total arrecadado com serviços de comunicação e atualmente atingia pouco mais de oito por cento.

O Sr. André Gomes também abordou rapidamente os

diversos impostos cobrados sobre a área de telecomunicações e o peso da carga tributária para empresas e usuários, também enfatizando que o peso maior era sobre os serviços, em que incidia o ICMS cobrado pelos estados, e que os impostos da esfera federal, como PIS e Cofins, respondiam por apenas seis por cento do preço dos serviços.

Durante os debates, o deputado Luiz Cláudio fez comentários e questionamentos aos expositores sobre a qualidade dos serviços, a aplicação dos impostos arrecadados e os investimentos feitos com os recursos

dos fundos federais, considerando inclusive a necessidade de alteração na legislação, para que esses recursos fossem investidos prioritariamente na telefonia móvel. O deputado Lindomar Garçon também fez seus questionamentos aos convidados, focando na má qualidade dos serviços oferecidos e na necessidade de uma melhor aplicação dos recursos disponíveis para investimento, com prioridade para os serviços de telefonia móvel, ressaltando a deficiência desses serviços na região Norte do país, especialmente no estado de Rondônia.

Dívida pública brasileira

21/10/2015 – Audiência Pública destinada a discutir a dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estadual e municipal. Requerimento nº 153/2015, do deputado Adelmo Leão

Convidados participantes: Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; Constantino Cronemberger Mendes, coordenador de estudos em Desenvolvimento Federativo da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea

Resumo: A Sra. Maria Lúcia Fatorrelli ressaltou o ambiente de crise econômica e política atual, repudiando o ajuste econômico proposto pelo governo, que, em sua opinião, agravava a crise econômica em vez de combatê-la, pois onerava o trabalhador com a criação de impostos e aumentava o lucro dos bancos com o pagamento de juros mais altos, acelerando o aumento da dívida pública. Segundo a palestrante, isso ocorria devido à omissão do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e da Controladoria-Geral da União em relação à fiscalização da dívida pública brasileira.

O Sr. Constantino Cronemberger fez uma exposição técnica sobre os componentes da dívida, sustentando, em

tre outros pontos, que a situação da dívida dos estados era mais complicada que a da União; que a dívida interna era mais preocupante que a externa; que os juros tinham maior impacto que a variação cambial no crescimento da dívida; e que a dificuldade para que o governo atingisse as Metas do Plano Anual de Financiamento – 2015 se devia ao estoque da dívida.

Após as exposições, o autor do requerimento, deputado Adelmo Leão, fez questionamentos e comentários sobre o tema, considerando que o sistema financeiro favorecia interesses privados dominantes e defendendo, por isso, uma auditoria da dívida pública brasileira e a mudança na política econômica do governo.

Fiscalização das fronteiras brasileiras

04/11/2015 – Audiência Pública Destinada a discutir a fiscalização nas fronteiras brasileiras, e importância dos efetivos da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Receita Federal do Brasil nesta ação. Requerimentos nºs 142/2015 e 159/2015, ambos do deputado Valtenir Pereira

Convidados participantes: Regina Luna Santos de Souza, diretora do Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores de Infraestrutura e Articulação Governamental, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Sebastião Costa, secretário de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul, representando o ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Augusto Nardes; inspetor Airton Motti Júnior, chefe de Policiamento e Fiscalização representando o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e o Ministério da Justiça; José Carlos de Araújo, coordenador-geral de Administração Aduaneira, representando a Receita Federal do Brasil; Jesus Castro Caamano, diretor jurídico, representando a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Silvia Helena de Alencar Felismino, presidente do Sindireceita; Flávio Werneck Meneguelli, presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal, representando a Federação Nacional dos Policiais Federais – Fenapef; Miguel Arcanjo Simas Nôvo, vice-presidente de Assuntos Fiscais, representando a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip; e Alfredo Jorge Madeira Rosa, diretor adjunto de Estudos Técnicos, representando o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco

Resumo: O Sr. Carlos Sebastião Costa informou que uma auditoria do TCU apontara fragilidades na fiscalização das fronteiras brasileiras realizada por diversas instituições com trabalhos independentes e autônomos e com foco na apreensão de drogas e contrabando. O convidado defendeu que era preciso unificar essas forças e controlar com mais efetividade, além das ocorrências de crimes transnacionais, questões como os conflitos fundiários e a degradação do meio ambiente. Para isso defendeu a necessidade de legislação específica para definir a política pública para as fronteiras brasileiras, até então inexistente. Observou ainda que a questão das fronteiras não envolvia apenas o item segurança, mas tinha diversas potencialidades a serem exploradas, como turismo, riquezas naturais e integração com os países fronteiriços

da América do Sul.

O inspetor Airton Motti enalteceu o trabalho exercido pela Polícia Rodoviária Federal, apresentando dados da atuação e apreensão de outras drogas e produtos contrabandeados realizadas por essa força policial não só nas regiões de fronteira, mas também nas rodovias federais no interior do país.

Entre os representantes das categorias profissionais os principais pontos levantados foram a necessidade de aumento do efetivo das categorias, a convocação de aprovados no cadastro de reserva, o pagamento do adicional de fronteiras e o reajuste salarial para repor perdas inflacionárias. Entretanto, a Sra. Regina Luna Santos de Souza garantiu apenas a convocação dos apro

vados dentro do número de vagas oferecidos no último concurso da Polícia Federal que ainda não foram chamados, cerca de oitenta novos servidores, informando que não havia previsão de contratação dos excedentes deste concurso nem do concurso da Polícia Rodoviária Federal, o que dependeria de estudos de viabilidade e autorização de instâncias superiores do MPOG.

A Sra. Silvia Helena de Alencar Felismino, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita

Federal (Sindireceita), defendeu o funcionamento ininterrupto da aduana nos portos brasileiros, argumentando que o horário comercial adotado reduzia a competitividade e favorecia a criminalidade. Em contradição, o Sr. José Carlos de Araújo, Coordenador-geral de Administração Aduaneira, argumentou que, considerando a relação custo/benefício, apenas no Porto de Santos se justificaria uma aduana funcionando vinte e quatro horas.

Desafios das cooperativas na prestação de serviços à Administração Pública

11/11/2015 – Audiência Pública destinada a debater os desafios enfrentados pelas Cooperativas na prestação de serviços à Administração Pública brasileira. Requerimento nº 155/2015, do deputado Leo de Brito

Convidados participantes: Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Tiago Machado, assessor jurídico do Sistema OrcerGs, representando a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; David Laerte Vieira, Procurador de Justiça, representando a Procuradoria Geral do Estado do Acre; e Fábio Leal Cardoso, Subprocurador Regional do Trabalho da 10ª Região, representando o Ministério Público do Trabalho

Resumo: O Sr. Paul Singer fez um histórico das origens e formas de organização das cooperativas e considerou positiva a criação da Lei 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, mesmo sabendo da resistência de alguns dirigentes de cooperativas. Observou que as cooperativas não estavam obrigadas a cumpri-la integralmente, pois os próprios termos da lei previam uma carência para o cumprimento de alguns dispositivos que criavam direitos trabalhistas. O Sr. Fábio Leal ressaltou que no cooperativismo original não havia padrão, já que cooperativa era um empreendimento coletivo. Argumentou que o objetivo do Ministério Público era combater o falso cooperativismo que desvirtuava esse conceito aproximando esse movimento da subordinação

jurídica e contrato de locação de mão de obra, sem respeito aos direitos trabalhistas.

O Sr. Tiago Machado defendeu a agilização na regulamentação da Lei 12.690/2012 e esclareceu que as cooperativas que prestavam serviços tinham de se adequar à lei imediatamente, já que a carência legal em relação a alguns direitos trabalhistas dos cooperados referia-se apenas às cooperativas de produção. Defendeu também que cooperativas fraudulentas realmente tivessem de ser fechadas, mas que o cooperativismo não devia ser definido a partir do tipo de serviço prestado e que qualquer ramo profissional pudesse se organizar em cooperativa, desde que não houvesse vínculo empregatício. Argumentou também que as cooperativas davam oportunidade de trabalho a pessoas marginaliza

das na sociedade, como ex-presidiários, e que atacar esse modelo, reduzindo o número de cooperativas, não resolveria o problema do trabalhador, que passaria a ser explorado pelo mercado de trabalho.

O Sr. Davi Vieira citou o caso concreto do Estado do Acre, que sofria uma ação judicial movida pelo Ministério Público do Trabalho, questionando a contratação de cooperativa para limpeza e conservação, sob a argumenta

ção de que a atividade implicaria subordinação, o que vedaria a participação de cooperativa na licitação pública. Defendeu que, no caso, a contratação era legítima, com base nas leis vigentes, pois os entes federados eram autônomos para definir os casos em que consideravam que havia subordinação trabalhista, não estando submetidos à interpretação feita pelo TCU e no âmbito da União.

Rompimento de barragens em Mariana / MG

18/11/2015 Audiência Pública conjunta da CFFC, CLP CMADS e CDHM - Destinada a debater as Causas, os Efeitos, as Providências e as Lições Aprendidas com o Rompimento das Barragens de Rejeitos da Samarco Mineração em 05/11/2015 no Distrito de Bento Rodrigues, Município de Mariana/MG, bem como as ações preventivas e reparadoras de direitos humanos resultantes de impactos sociais e ambientais de mineração. Requerimentos nº 175/2015-CFFC, do deputado Adelmo Carneiro Leão; nº 49/15-CLP, do deputado Fábio Ramalho; nº 88/2015-CMADS, do deputado Sarney Filho; e nº 138/2015-CDHM, dos deputados Paulo Pimenta e Padre João

Convidados participantes: general Adriano Pereira Júnior, representante do Ministério da Integração Nacional; Cláudia Bonalume, representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Gisela Damm Forattini, diretora da Agência Nacional de Águas; Duarte Júnior, prefeito de Mariana/MG; Sandra Cureau, subprocuradora da República – Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de MG; Carlos Henrique Medeiros, representante do Comitê Brasileiro de Barragens – CBDB; Luciano Evaristo, presidente Substituto do Ibama; Regiane Maria de Oliveira Gonçalves, secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania e representante da comunidade de Bento Rodrigues, município de Mariana/MG; Luis Henrique Shikasho, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Carlos Nogueira da Costa Júnior, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; José Carlos Sales Campos, diretor-geral Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral; e Ronaldo Alves Bento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana/MG – Metabase

Resumo: O Sr. Maximiliano Martinhão fez uma exposição sobre a atuação do Ministério das Comunicações e a expansão do setor de telefonia, admitin

do que, apesar da melhora nos serviços as metas de qualidade das operadoras, conforme os resultados apurados pela Anatel, não vêm sendo cumpridas.

Criticou a lentidão dos processos de autorização para uso de antenas, apesar da Lei 13.116/15 (Lei de Antenas), alegando que ainda há 330 leis municipais que dificultam a implantação de antenas, o que impede a expansão do sinal. Também criticou a alta tributação do setor, que somou R\$ 60 bilhões em 2014 e defendeu a mudança na Lei Geral de Telecomunicações (LGT), de 1997, para permitir o uso dos recursos dos fundos setoriais Fustel, Fust e Funttel para financiar a infraestrutura necessária para a expansão da cobertura dos telefones celulares e banda larga.

A Sra. Karla Crosara Rezende admitiu que os serviços prestados pelas operadoras de telefonia estão abaixo das metas, mas informou que a Anatel tem implementado medidas para aumentar a participação dos usuários nas pesquisas sobre a qualidade dos serviços, entre os quais a criação de um aplicativo para celular para acolher mais facilmente as denúncias e de um site com o ranking das operadoras.

O Sr. Paulo Rodrigues enfocou uma série de auditorias feitas pelo TCU no setor, entre 2005 e 2015, e considerou que as obrigações impostas à Anatel demora

ram a ser cumpridas. Admitiu, porém, que houve um avanço na transparência e eficiência da fiscalização, bem como no atendimento ao consumidor desde então.

O Sr. Sérgio Kern enfatizou a competitividade do setor de telefonia, os investimentos das empresas para ampliar e melhorar os serviços.

O Sr. Arthur Achilles enfatizou o papel legal da Telebrás, depois de reativada, de interiorizar a telefonia de banda larga, atuando em áreas que não geram interesse para as empresas concessionárias. Informou os investimentos da empresa na expansão de cabos telefônicos, especialmente na região amazônica, e o início da implantação de um cabo submarino ligando Fortaleza a Portugal, oferecendo ao mercado sul-americano uma saída para Europa.

O autor dos requerimentos da audiência, deputado Edinho Bez, que presidiu a reunião, reconheceu os avanços do setor nos últimos anos, mas justificou a necessidade de continuar discutindo o assunto em decorrência do ainda grande número de reclamações dos consumidores.

Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016

09/12/2015 - - Conjunta da CFFC e CESPO. Destinada a debater a organização da segurança nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, com ênfase na prevenção de atos terroristas, tendo em vista os recentes ataques na França, incluindo os preparativos para a abertura e encerramento dos Jogos. Requerimentos: nº 163/2015-CFFC, do deputado Vicente Cândido; nº 86/2015-Cespo, do deputado Ezequiel Teixeira; nº 90/2015-Cespo, do deputado João Derly e 91/2015-Cespo, do deputado Afonso Hamm

Convidados participantes: Andrei Augusto Passos Rodrigues, secretário extraordinário de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça e representando a Comissão Estadual de Segurança

Pública e Defesa Civil para os Jogos Olímpicos Rio 2016 – COESRIO 2016; Vera Cíntia Álvarez, embaixadora coordenadora-geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Ministério Relações Exteriores; Luiz Felipe Linhares Gomes, general de divisão chefe da Assessoria Especial para Grandes Eventos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Carlos Henrique Maia, coordenador de Segurança em Grandes Eventos do Departamento de Polícia Federal – DPF; Roberto Alzir Dias Chaves, subsecretário extraordinário de Grandes Eventos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Wilson Roberto Trezza, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin; cel. Wanius de Amorim, superintendente extraordinário para Grandes Eventos da Secretaria de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro; e cel. Roberval Ferreira França, gerente geral de Integração de Segurança do Comitê Organizador dos Jogos Olímpico e Paralímpicos Rio 2016

Resumo: Os debatedores ressaltaram que o sucesso das Olimpíadas dependeria das ações integradas em níveis federal, estadual e municipal e informaram que os Jogos Olímpicos Rio 2016 contariam com esquema de segurança antiterrorismo que traria policiais de inteligência estrangeiros para auxiliar em ações de prevenção e reação. O general Luiz Felipe Gomes afirmou que os riscos de atentados terroristas não aumentaram após os ataques na França e que o país está mais preparado, já que aprendeu novos procedimentos de segurança com a tragédia na França. O secretário Andrei Rodrigues esclareceu que a Lei 13.193/15, que facilita a entrada de turistas durante os jogos não trará prejuízos à segurança. O diretor-geral da Abin Wilson Trezza acrescen-

tou que o órgão já realizava monitoramento da internet a fim de interceptar possíveis articulações terroristas.

O deputado Afonso Hamm (PP-RS), um dos requerentes da audiência, disse estar preocupado, mas afirmou que outros eventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Pan-americanos, prepararam o Brasil para as Olimpíadas. Ele também defendeu a tipificação do crime de terrorismo, que ainda não estava prevista nas leis brasileiras, informando que já solicitara aos órgãos das Forças Armadas e dos demais da área para que eles trouxessem ao Congresso uma proposta ou qualquer sugestão importante sobre o tema.

A comissão buscou informações fora de Brasília

Além de obter dados em órgãos e empresas, a CFFC ouviu segmentos sociais

Autoridades, empresários e trabalhadores analisam efeitos da Lava Jato

27/03/2015 - Rio de Janeiro / RJ - Visita Técnica - Teatro Sesi - Subcomissão Especial destinada a debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil.
Requerimento 7/15.

Resumo: Reunidos no Teatro SESI (Av. Graça Aranha, 1 – Centro – Rio de Janeiro/RJ), sob a presidência do senhor deputado Vicente Cândido, presente o senhor deputado Valtenir Pereira, os debates foram organizados em duas mesas: a primeira mesa foi composta pelos senhores Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira – presidente do Sistema Firjan; Olímpio Alves dos Santos – presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro; Fábio Guimarães – superintendente de Trabalho, representando a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro; João Antônio de Moraes – secretário de Relações Internacionais e Empresas Privadas, representando a Federação Única dos Petroleiros; e Alex Ferreira dos Santos – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado Rio de Janeiro, convidados presentes à audiência. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente discorreu sobre as regras a serem obedecidas na condução da reunião e passou a palavra aos convidados.

Dentre as falas, destacaram-se as palavras do senhor Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira: "Tornar a sociedade ética não pode justificar torná-la mais pobre. É preciso punir todos os corruptos e salvar as empresas. Grandes obras nacionais serão executadas por empresas sem experiência ou estrangeiras, com sérios riscos para a nossa economia.

Estaremos diante de um risco sistêmico. Impossível adiar decisões. O tempo econômico é muito mais curto que o tempo jurídico e o tempo político," alertou o presidente da Firjan. Assim como as do senhor João Antonio de Moraes, secretário de Relações Internacionais da Federação Única dos Petroleiros: "É extremamente oportuna a iniciativa do Congresso Nacional de promover a união dos setores produtivos e do Estado. Não há um setor mais interessado em extirpar a corrupção do que os trabalhadores. É o nosso suor, e às vezes, o nosso sangue que vai pelo ralo. Temos que fazer o exercício do diálogo...", tendo os demais expositores, seguindo linha semelhante aos referidos discursos.

Durante os debates fizeram uso da palavra os senhores deputados Vicente Cândido e Valtenir Pereira, como presidente da CFFC e autor do Requerimento, respectivamente. Em seguida o deputado Vicente Cândido franqueou a palavra para intervenções. Após as considerações finais dos convidados foi desfeita a primeira mesa. Tendo o presidente, deputado Vicente Cândido, passado a condução dos trabalhos ao deputado Valtenir Pereira, autor do Requerimento, imediatamente foram chamados os demais expositores, que aguardavam para compor a segunda mesa, ou seja, os senhores Francis Bogossian – presidente do Clube de Engenharia; Felipe

Santa Cruz – presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio de Janeiro; Augusto Lopes de Almeida Ribeiro – Secretário Municipal do Trabalho e Emprego da Cidade do Rio de Janeiro; e José Antônio Garcia Lima – diretor de Administração e Finanças, repre

sentando a Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro; foi repetida a dinâmica da primeira mesa, e, ao final, como não houvesse mais quem quisesse fazer uso da palavra, o deputado Valtenir Pereira agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Crise da Petrobras e os desdobramentos em setores econômicos e sociais

19/06/2015 – Rio de Janeiro / RJ – Visita Técnica - Sede da Petrobras - Subcomissão Especial destinada a debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil.

Requerimento 108/15

Resumo: A visita teve o objetivo de manifestar impressões sobre os problemas enfrentados pela Companhia, que afetavam direta e indiretamente diversos e importantes segmentos econômicos, ao mesmo tempo em que se pretendia ouvir as medidas adotadas pela empresa para reduzir danos e consequências, além de sugerir possíveis encaminhamentos.

A pedido dos movimentos sindicais fora realizada uma reunião prévia no período da manhã para que os membros da CFFC e demais interessados no tema fossem colocados a par da realidade atual dos trabalhadores do setor petrolífero. Tal reunião ocorreu no auditório do Sindicato dos Administradores do Rio de Janeiro e contou com a presença de representantes de diversas instituições, dentre as quais os Sindicatos dos Metalúrgicos de Niterói, Rio de Janeiro e Angra dos Reis, os Conselhos de Administração da Transpetro e Petrobras, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado da Bahia, o Sindicato das Indústrias da Construção e Reparação Naval e Offshore, a Federação Única dos Petroleiros, a Associação dos Engenheiros da Petrobras, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a Central Única dos Trabalhadores, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia, o Fórum Intersindical Nacional dos Trabalhadores da Construção Naval e Offshore e a Prefeitura de São Jerônimo/RS.

Após as considerações iniciais feitas pelos senhores deputados Vicente Cândido e Valtenir Pereira, foi a vez do senhor Roberto Moro, em nome da empresa, apresentar seus argumentos e responder a diversas indagações feitas pelos presentes. Ao final do encontro restou como encaminhamento a proposta de criação de um Fórum de trabalhadores, empresários e Governo para construir alternativas aos problemas econômicos decorrentes da "Operação Lava Jato", o que seria objeto de Requerimento a ser apresentado oportunamente pelos senhores deputados membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

À tarde, aos representantes das supracitadas instituições e aos senhores deputados Vicente Cândido e Valtenir Pereira juntou-se o senhor Márcio Fortes, pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, tendo o grupo se dirigido à sede da Petrobras para reunir-se com a diretoria da empresa. Foram recebidos pelos senhores Roberto Moro, diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais, Maurício Guedes, gerente Executivo de Engenharia para Empreendimentos de Abastecimentos e Marco Tulio Machado, gerente Executivo de Engenharia para Empreendimentos de Exploração e Produção.

Impactos da Lava Jato, preservação de empregos e acordos de leniência

27/03/2015 – Rio de Janeiro / RJ – Visita - Sede do Sistema Firjan – CFFC promoveu debate sobre impactos da Operação Lava Jato e as perspectivas de preservação do emprego

Resumo: O deputado Vicente Cândido, presidente da Comissão, destacou a importância de levar o debate para fora da Câmara, com o objetivo de ouvir o que a sociedade tem a dizer a respeito do tema.

O deputado falou sobre acordos de leniência entre o governo federal e as empresas envolvidas na Operação Lava Jato e disse que o objetivo é aperfeiçoar a legislação para punir pessoas e assegurar que as empresas continuem a trabalhar. “O maior bem que está em jogo são os empregos dos trabalhadores e as empresas. O que vai nos ajudar a superar essa crise é que todas as nossas instituições estão funcionando. Essa é a garantia de que vamos separar a pauta dos desvios e punições da pauta positiva que precisa andar”, ressaltou.

Anfitrião do evento, o presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, também defendeu a preservação das empresas envolvidas em denúncias na Operação para que os investimentos do país continuem e que empregos sejam mantidos.

Um estudo divulgado pela Federação mostra que pelo menos 144 empreendimentos estão ameaçados de paralisação, o que representa R\$ 423,8 bilhões em investimentos.

O encontro teve a participação de representantes de trabalhadores, empresários e do poder público.

Segundo Eduardo Eugenio, é necessário discutir saídas para que o Rio de Janeiro e o Brasil não entrem em uma crise sistêmica: “Uma coisa é punir controladores ou executivos que incorreram em atos ilícitos. Outra bem diferente é permitir que empresas quebrem e arrastem com elas os empregos de milhões de brasileiros”.

O estudo mostra ainda que do investimento total ameaçado, R\$ 242,8 bilhões estão previstos para serem aportados em 109 obras de infraestrutura e o restante, R\$ 181 bilhões, são para o setor de petróleo e gás. No Rio de Janeiro, são R\$ 46 bilhões de investimentos ameaçados em infraestrutura e R\$ 58,9 bilhões em petróleo e gás.

Participaram do debate representantes da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, do Clube de Engenharia, da CUT, da Federação Única dos Petroleiros, da Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego da Cidade do Rio de Janeiro.

Efeitos da Lava Jato e busca de alternativas para preservar empregos

19/06/2015 – Rio de Janeiro / RJ – Visita Técnica – sede da Petrobras – Impactos da Operação Lava Jato na economia e no índice de empregos no Brasil

Resumo: O presidente e o vice-presidente da CFFC, deputados Vicente Cândido e Valtenir Pereira, foram recebidos, por diretores da Petrobras, na sede da estatal, para debater os impactos da Operação Lava Jato na eco

nomia e no índice de empregos no Brasil.

Diante de uma participação muito efetiva da plateia e pelo tempo reduzido para as respostas, os diretores da Petrobras se comprometeram a responder questões relati

vas ao balanço da empresa durante o processo da Operação Lava Jato e também a participar da Reunião Deliberativa da Comissão, dia 23 de junho, na qual seria votado requerimento que propunha a criação do Fórum de Trabalhadores, Empresários e Governo para a criação de alternativas aos problemas econômicos decorrentes da Operação Lava Jato.

A visita fez parte de uma série de ações da CFFC para diagnosticar os efeitos da Operação e encontrar alternativas para a preservação dos empregos. A Comissão já havia realizado debates com a participação de entidades representantes dos trabalhadores e governos. Dessa vez, no Rio de Janeiro, um encontro na sede do Sindicato dos Administradores no Estado, com trabalhadores do setor de petróleo, antecederam o debate

com os diretores da Petrobras. Além dos deputados Vicente Cândido e Valtenir Pereira, participaram da visita representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindipetro/BA, da Associação dos Engenheiros da Petrobras, da Federação das Indústrias do Paraná, entre outras entidades.

Impactos nacionais – Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrava que a diminuição das atividades da Petrobras em decorrência das investigações sobre corrupção na estatal poderia retirar R\$ 87 bilhões da economia do País em 2015 e provocar a perda de mais de 1 milhão de vagas de trabalho. Ainda de acordo com o levantamento, o total de impostos que estados, municípios e União deixariam de arrecadar nesse ano poderia chegar a R\$ 5,7 bilhões.

Conferir no local investimentos para modernização da rede de telecomunicações

26/06/2015 – Uberlândia / MG - Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização Operacional dos Serviços de Telefonia Fixa e Móvel no Brasil. Visita Técnica

Resumo: Membros da Subcomissão da Telefonia da CFFC, deputados Edinho Bez (relator) e Lindomar Garçon foram recebidos na empresa Algar Telecom, responsável pela prestação de serviços de telefonia fixa, celular, internet, banda larga e TV por assinatura.

A visita teve por objetivo conhecer a realidade da prestação dos serviços de telefonia móvel e fixa nas áreas atendidas pela CTBC.

A Algar Telecom brasileira, detentora da CTBC, oferece telefonia fixa, celular, internet, banda larga, comunicação de dados, TV por assinatura, para cerca de 800 mil usuários em Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Rio

de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná e, no entanto, a empresa, porém, ainda não conta com 100% de sua rede de telecomunicações baseada em fibra ótica, e o serviço fica aquém das exigências dos usuários.

“A visita técnica teve o objetivo de conhecer *in loco* a realidade dos investimentos que estão sendo feitos na infraestrutura para a modernização de sua rede de telecomunicações com vistas a aperfeiçoar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos”, destacou o deputado Lindomar Garçon, integrante da comitiva que também teve a participação do Consultor Legislativo Fábio Mendes.

Presidente da Comissão participa de missão em busca de investimentos na China

22 a 27 de agosto de 2015 – China – Visita a bancos em Missão Oficial com o Banco do Brasil – Busca de investimentos - Presidente da CFFC

Em viagem à China, no período de 22 a 27 de agosto de 2015, para tratar de parcerias entre o país e o Brasil, o deputado Vicente Cândido (PT-SP), presidente da CFFC, visitou dois bancos que estavam entre os maiores do mundo. Ele foi recebido pelo presidente do Banco Industrial e Comercial da China (o ICBC, na sigla em inglês), Victor Zhao Guical, na sede da instituição em Pequim. Ainda em Pequim, Vicente Cândido e o vice-presidente do Banco do Brasil, César Borges, se reuniram com o vice-presidente do CCB Trust, Huang Jianfeng.

O deputado Vicente Cândido aproveitou para presentear Zhao Guical e Huang Jianfeng com uma camisa autografada da seleção brasileira de futebol. O presidente do banco ICBC recebeu também uma camisa do Corinthians - o banco chinês era parceiro da Caixa Econômica Federal no patrocínio ao clube paulista.

A agenda do deputado na capital chinesa incluiu também reunião com o Presidente da maior empresa de agricultura na China, Wu Xiangfeng. Segundo o deputado, o dirigente da empresa chinesa “demonstrou grande interesse em investir no Brasil”.

Vicente Cândido e o vice-presidente do Banco do Brasil estiveram também na sede da Ceiec - empresa do ramo da engenharia-, onde foram recebidos por seu vice-presidente, Zhou Xin.

Parceria no futebol – O deputado, diretor de Assuntos Internacionais da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), esteve com o vice-presidente da Associação Chinesa de Futebol, Mr. Lin Xiaohua, e diretores da entidade, para discutir a internacionalização da marca da

CBF e a divulgação do futebol brasileiro.

“Entre outros assuntos, falamos também sobre a possibilidade de Brasil e China organizarem torneios com atletas dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África)”, destacou ele.

Seguindo a tradição chinesa de presentear, o dirigente do futebol chinês deu a Vicente Cândido uma miniatura da Ópera de Pequim e, como retribuição, o dirigente da CBF o presenteou com uma camisa da seleção brasileira.

Ainda em Pequim, Vicente Cândido visitou a sede do maior site de busca do país, o Baidu. O deputado propôs uma parceria que incluiria a divulgação do futebol brasileiro e dos produtos a ele associados na China e em outros países da Ásia. Por outro lado, a proposta é trabalhar a introdução do Baidu no Brasil por meio do futebol. “A ideia é colar a imagem de um no outro”, explica Vicente Cândido.

A viagem do deputado à China fez parte das ações para concretizar parceria com a China na área do futebol, como intercâmbio na formação de atletas, intercâmbio em gestão esportiva, televisionamento de jogos, entre outros temas. No mês passado, Vicente Cândido entregou uma Carta de Intenções da CBF ao embaixador da China no Brasil, Mr. Li Jinzhang, na qual a instituição afirmou que um de seus objetivos era a construção de uma relação de cooperação entre os dois países.

Além da China, a Rússia também recebeu uma Carta de Intenções com o mesmo teor. Vicente Cândido disse que, inclusive, há convite daquele país para uma visita e que já iniciara conversas com o Irã e a Holanda.

Por falta de pagamentos, estaleiro havia demitido cerca de mil trabalhadores

18/09/2015 – Angra dos Reis / RJ – Visita Técnica e Mesa Redonda – Fórum Permanente para a construção de alternativas aos impactos da Operação Lava-Jato. Requerimento 132/2015

Resumo: A delegação, integrada pelo deputado Valtenir Pereira, vice-presidente da CFFC, foi recebida pelo Presidente da BrasFels, K. C. Kwok..

A comitiva de deputados e representantes de trabalhadores foi informada de que a Brasfels assumiu o estaleiro de Angra dos Reis no ano 2000 com apenas sete funcionários e contava oito mil empregados.

Apesar de que não estava entre as empresas investigadas pela Operação Lava Jato, foi levada a demitir mil funcionários devido à falta de pagamento da empresa Sete Brasil, gestora na área petrolífera. "A situação preocupa, tendo em vista que as obras contratadas estão sendo concluídas", disse o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis, Manoel Sales, destacando que, apesar das demissões diárias que vinham ocorrendo, o Brasfels era o único estaleiro que se encontrava em pleno funcionamento.

O deputado Valtenir Pereira expôs as circunstâncias que levaram à criação do Fórum Permanente e sobre os esforços que vinham sendo feitos na busca de soluções

para os problemas advindos dos desdobramentos da Operação Lava Jato. Além de prestar solidariedade, o Fórum visava à articulação de rápidas e práticas soluções junto aos atores envolvidos na questão, para que a empresa se mantivesse em pleno funcionamento e garantisse, com isso, a manutenção dos postos de trabalho ali ocupados, explicou o parlamentar.

Integraram a comitiva os deputados Fernando Jordão e Luiz Sérgio; ex-prefeitos do município; deputados da região; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra, Manoel Vieira Sales, e a vice-presidente, Cristiane Marcolino; o vice-presidente da Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomercio/RJ) e presidente da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), Essiomar Gomes; o diretor da Federação Única dos Petroleiros (Fup), Joacir Pedro; o representante da Cabogás Equipamentos Onshore, Luciano Reis Infiesta; o presidente da Câmara Municipal de Angra, vereador Marco Aurélio Vargas; e o vereador Eduardo Godinho.

Dificuldades da indústria naval para manter contratos e realizar investimentos

29/10/2015 – Rio de Janeiro / RJ – Sede da Petrobras – Visita Técnica – Situação do Setor Naval – Fórum Permanente para a construção de alternativas aos impactos da Operação Lava-Jato

Resumo: Representantes de empresas do setor naval e da sociedade civil organizada reuniram-se para debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil.

A ação do Fórum Permanente, que foi criado pela

CFFC, teve como principal objetivo o esclarecimento do processo que tramita entre a Petrobras e a Transpetro.

Participaram da reunião o consultor da Presidência da Petrobras, Armando Toledo; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, Edson Rocha; a gerente-exe

cutiva jurídica da Transpetro, Dra. Mariana Lewin Haft; o diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Ishihara; o diretor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Dreicon; e o deputado Fernando Jordão.

Crise do setor naval - Criado não apenas para diagnos

ticar problemas, mas também apontar soluções para o governo e a sociedade, o Grupo de Trabalho apresentou como objetivo principal construir alternativas aos efeitos negativos da Operação Lava Jato. Entre os principais impactos, destacou-se o fechamento de milhares de postos de trabalho e o prejuízo econômico.

Agenda positiva para o Brasil com base em experiências de países em crise

05/09/2015 – São Paulo / SP – Sistema FIESP – Seminário Agenda positiva para o Brasil – Participação da CFFC

Resumo: Líderes empresariais, ministros de Estado e representantes da OCDE debateram temas como a importância da indústria, a eficiência orçamentária, a boa governança e a necessidade de investimentos.

Em seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP -, especialistas e autoridades compartilharam e discutiram experiências de outros países que enfrentaram situações semelhantes à que o Brasil atravessa, notadamente Holanda, Suécia, México, Portugal e Estados Unidos.

O "Seminário OCDE-FIESP – Construindo uma agenda positiva para o Brasil: lições de práticas e experiências internacionais", realizado na capital paulista, dia 5 de novembro, foi promovido em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, instituição internacional que integra 34 países que defendem a economia de livre mercado com princípios de democracia representativa. O evento contou também com a colaboração do Tribunal de Contas da União (TCU). A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle foi representada pelo vice-presidente, deputado Valtenir Pereira.

Nos painéis, destacaram-se termos como indústria forte, boa governança, investimento, eficiência orçamentá

ria, diminuição da burocracia, inovação, transparência, país forte, ajuste fiscal e modelo de governo. Entre os debatedores, estavam os ministros Joaquim Levy, da Fazenda; Valdir Moysés Simão, da Controladoria-Geral da União; e o Presidente do TCU, Aroldo Cedraz.

Participantes - Participaram do Seminário os líderes empresariais: Paulo Skaf, Presidente, com diversos dirigentes e conselheiros da FIESP; e Guilherme Afif Domingos – Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE -; entre outros.

A OCDE listou Angel Gurría, secretário-geral; Marcos Bonturi, diretor de Relações Globais; Iza Lejarraga, da Divisão de Políticas de Investimento; Edwin Lau, da Divisão de Reforma do Setor Público; e Álvaro Santos Pereira, da Divisão de Estudos Nacionais do Departamento de Economia.

Entre os estrangeiros, estavam ainda a consulesa geral britânica, Joana Crellin; a representante do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos, Holly Donnelly; o membro do Conselho de Estado dos Países Baixos, Peter van den Berg; e o representante da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública de Portugal, Jaime Quesado.

Apoio à retirada de barragens clandestinas no município de Buritis / MG

06/11/2015 – Buritis / MG – Audiência na Câmara Municipal promovida pela CFFC. Debate sobre medidas para coibir barragens irregulares

Resumo: Os cidadãos de Buritis (MG) e das vilas localizadas no entorno da cidade reclamaram a demora na retirada de barragens edificadas clandestinamente no curso do Rio Urucuia. O problema existia desde 2013, e não havia solução encaminhada por autoridades.

Em Missão Oficial, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) promoveu uma audiência na Câmara Municipal, dia seis de novembro, quando ouviu autoridades, técnicos e cidadãos sobre os prejuízos causados pelas barragens irregulares.

Coordenador da missão e autor do requerimento que dera origem ao encontro em Buritis, o deputado Adelmo Leão presidiu a audiência, que durou mais de cinco horas.

Ele assumiu o compromisso de repercutir o problema,

reportando os dados à CFFC, para que órgãos do governo estadual e federal pudessem atuar em conjunto na solução dos problemas relatados, que afetavam o meio ambiente, além da contaminação da água.

Todos que se inscreveram puderam falar. Participaram da mesa o secretário de obras da região, Carlos Zany, a coordenadora do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, Débora da Silva Firmino, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Maria Abadia Alves de Jesus, e os representantes do Incra 28, Marco Aurélio da Rocha, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, João Clímaco, e do Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania – Ibradec -, Rubens Martins.

Verificação de obras com recursos do governo federal em Goiânia / GO

25/11/2015 – Goiânia / GO – Inspeção – Missão Oficial da CFFC – Andamento de obras com recursos do governo federal. Requerimento 60/2015

Resumo: Para acompanhar o andamento de obras com recursos do governo federal, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle enviou uma missão oficial coordenada pelo deputado Delegado Waldir.

Há vários anos, algumas obras arrastam-se, com provável prejuízo aos cofres públicos. As marginais Botafogo e Cascavel e a Avenida Leste-Oeste foram o foco da missão oficial. A previsão é que consumam, juntas, mais de R\$ 80 milhões.

Há vários problemas. Um deles é a necessidade de desapropriações para a construção de trechos próximos a outros já construídos.

Na apuração do deputado, são obras em andamento

há mais de 20 anos, e que se arrastam por etapas, consumindo recursos públicos

Desapropriações - Outras obras ainda vão ser necessárias nos sentidos contrários nas duas marginais, além de um elevado de acesso à Marginal Botafogo. Essas obras ainda dependem de desapropriações, e serão novas licitações, assim como a um trecho da Avenida Leste-Oeste, em que 1500 metros separam uma parte já pronta da avenida de outra ainda a desapropriar.

Auditoria nos contratos - A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle pediu ao Tribunal de Contas da União uma auditoria nos contratos das obras.

Efeitos da crise mundial e do preço do petróleo sobre a economia nacional

23/11/2015 – Salvador / BA – Seminário. Participação da CFFC. Efeitos da crise do Petróleo. Reflexos da crise mundial na economia nacional

Resumo: Durante o seminário “Petróleo na Bahia: Novos Rumos. Novas Perspectivas”, a Comissão foi representada pelo deputado federal Valtenir Pereira, autor do Requerimento de instalação do Fórum Permanente para debater os impactos da “Operação Lava Jato na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia. Participavam do Fórum da CFFC diversas organizações da sociedade civil.

O representante da CFFC debateu o tema Os Reflexos da Crise Mundial na Economia Nacional. Entre os aspectos discutidos nesse tema destacou-se a relação entre a queda das exportações e a crise econômica mundial, que afetava as principais economias e resultava na diminuição da importação por parte de diversos países consumidores de recursos energéticos.

Destacou-se também a discussão sobre o papel estratégico do desenvolvimento do mercado interno brasileiro, que, durante o ciclo virtuoso de 2005 a 2011, ganhara forte investimento interno, o que aumentou a capacidade produtiva do País, com políticas que expandiram o consumo.

O palestrante desse tema foi o diretor presidente da Transnordestina, Ciro Gomes. O debate contou com a presença do ex-presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli. A mediação coube ao presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia, Marco Antonio Amigo.

Entre os vilões da atual crise, foi destacado, no Seminário,

o alto índice dos juros, utilizado como política para atrair capital externo. E avaliada como negativa a redução dos preços do barril de petróleo, em nível internacional.

Agenda de crescimento ante a diminuição de royalties – foi anunciado que aproximadamente 40 municípios baianos sofriam com a diminuição da remuneração (*royalties*) advinda da exploração de recursos de origem petrolífera. O presidente do CREA-BA externou a preocupação com as demissões nos municípios afetados. Com apoio da presidente da União dos Municípios da Bahia, Maria Quitéria, Amigo convocou todos para contribuir com uma agenda para a retomada do desenvolvimento da indústria do petróleo no Estado.

O vice-governador da Bahia, João Leão, participou da abertura, no auditório da União dos Municípios da Bahia, em Salvador. Lembrou que o estado é muito rico em recursos naturais e demonstrou confiança em que a Bahia saberá aproveitá-los com a união de esforços e a defesa dos interesses do desenvolvimento do País.

Participaram também dos diversos painéis, entre outras autoridades, o ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo - ABPIP -, Marcelo Magalhães, e o superintendente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia - Sebrae-BA, Adhvan Furtado.

Lei de Licitações e Regime Diferenciado de Contratações

27/08/2015 – Vi Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos – Promovido pela CFFC. Tema: A Lei de Licitações nº 8.666 e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC). Requerimento nº 85/2015

Resumo: O Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos é uma realização da Comissão, tendo como público alvo agentes públicos e políticos, órgãos governamentais afetos ao tema e a sociedade civil. Em 2015, realizou-se a sexta edição do Seminário. Em atendimento ao Requerimento do deputado Espiridião Amin, o objetivo desse ano foi promover o debate técnico acerca da Lei 8.666 e o RDC.

Além da Solenidade de Abertura, com diversas autoridades do Legislativo e Executivo, entre elas o Advogado-geral da União, Ministro Luís Inácio Adams, o Seminário contou com três painéis, em que foram debatidos: "Riscos, desafios e potencialidades do RDC"; "Os desafios de aperfeiçoamento da Lei 8666/1993"; e "A experiência com a contratação e execução de obras no âmbito do RDC".

Riscos, desafios e potencialidades do RDC - A falta de agilidade, eficiência e transparência nos processos licitatórios foram os principais problemas apontados pelos palestrantes do primeiro painel, presidido pelo deputado Vanderlei Macris, que, de forma unânime, apontaram a necessidade de modernização das leis. Participaram dessa mesa: Jorge Jacoby, jurista especialista em Direito Administrativo; Romiro Ribeiro, consultor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; e Lucas Furtado, subprocurador-geral do Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Romiro Ribeiro lembrou que o RDC, implementado em 2011, não assegurara ganhos significativos de prazos na contratação, destacando que a elevada dispersão entre as propostas de preço revelava alto grau de incertezas, elevando os riscos, e que os dados indicavam riscos não

transferidos ao setor privado, mas precificados e incorporados às propostas. Ele disse ainda que a falta de identificação e quantificação dos riscos inviabilizava ou dificultava o desenvolvimento do mercado de seguros para os contratos.

Experiência com a contratação e execução de obras no âmbito do RDC - O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Jorge Tadeu da Silva, que participou desse painel, destacou as limitações do RDC e a importância de bons projetos executivos como elementos essenciais para o sucesso dos empreendimentos, com economia, segurança e qualidade. "Países à nossa frente fazem do planejamento uma rotina. Sem isso, vamos continuar ouvindo falar da má qualidade das obras, do superfaturamento. O RDC garante agilidade ao processo licitatório, mas garante a técnica?" - questionou. Silva apontou a necessidade de atualizar a Lei 8666/93, inclusive em relação aos valores por ela estabelecidos.

Os desafios de aperfeiçoamento da Lei 8666/93 – Presidido pelo deputado Toninho Wandscheer, o painel contou com as participações do subprocurador-geral do Estado de São Paulo, Adalberto Roberto Alves; do consultor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Tarcísio Gomes de Freitas; e de Wesley da Rocha, da Confederação Nacional dos Municípios. Os debatedores ressaltaram a importância da discussão do tema. Conforme resumiu Adalberto Roberto, "como cidadãos, todos nós somos interessados em que o Estado contrate melhor, por um preço menor e que, principalmente, receba aquilo que adquiriu".

Para o jurista Jorge Jacoby, a população também deveria ter um canal de avaliação dos serviços públicos.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Ele sugeriu que as urnas eletrônicas fossem usadas para este fim, de modo que os brasileiros pudessem dar notas aos serviços prestados pelos governos.

Lucas Furtado, do MP, enfatizou que as leis precisavam ser atualizadas "o mais rápido possível e de forma estruturada".

Conduzido pelo deputado federal Léo de Brito, o

painel teve ainda a participação do secretário do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Renato Rosemberg; e do analista de infraestrutura do Departamento de Aceleração do Crescimento (Dnit), Rafael Gerard. Ambos apresentaram dados sobre a aplicação do RDC na administração pública federal.

Propostas de fiscalização e controle votadas na CFFC

Entre outros atos, podem ser avaliados os da Presidente, do vice e dos ministros do STF

A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) é o instrumento pelo qual as Comissões realizam a fiscalização e o controle. Estão sujeitos à fiscalização e controle do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões, conforme dispõe o art. 60 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), os seguintes atos ou fatos, verbis:

I – passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referida no art. 70 da CF;

II – os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado;

III – os atos do Presidente e Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-geral da República e do Advogado-geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade; [...]

No tocante ao campo temático e áreas de atividade da Comissão, o Regimento Interno, no art. 32, inciso XI, tipifica a competência da Comissão. A PFC poderá ser apresentada à Comissão por qualquer deputado, contendo a

indicação do ato a ser fiscalizado e a fundamentação da providência objetivada, conforme dispõe o art. 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Posteriormente, a Secretaria da Comissão encaminha à Secretaria Geral da Mesa a proposição para numeração. A PFC é distribuída às Comissões nos termos do despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Quando a proposta retorna à Comissão, seu Presidente designa um membro para relatá-la. À luz das normas regimentais, a proposta deverá ser relatada previamente quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, com a definição do plano de execução da fiscalização e a metodologia de avaliação.

Aprovado o relatório prévio pela implementação da fiscalização, o mesmo relator ficará encarregado de sua execução e da apresentação do relatório final. Após aprovação do relatório final, o encaminhamento das medidas constantes do relatório será realizado observando-se, no que couber, o que dispõe o art. 37 do RICD.

Em 2015 foram apresentadas 42 propostas de fiscalização e controle. Destas, onze foram apreciadas e de 31 aguarda-se a apresentação de relatório prévio. Das apresentadas em anos anteriores, dezessete foram apreciadas.

Abaixo, as 29 PFCs, e o resultado da apreciação pela CFFC, pela ordem direta cronológica de apresentação das proposições:

PFC 127/06, do deputado **Alberto Fraga**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promova a fiscalização e controle dos recursos públicos repassados ao empreendimento Corumbá 4".

Aprovado, em 2/9/2015, **relatório final do deputado Elizeu Dionizio**, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 105/09, do deputado **Luiz Carlos Haully**, que "propõe a fiscalização e controle em relação à construção da nova sede do Tribunal Superior Eleitoral".

Aprovado, em 6/5/2015, **relatório final do deputado Vicente Candido**, pelo arquivamento.

PFC 17/11, do deputado **Alexandre Santos**, que "propõe que a Câmara dos Deputados através da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Ministério Público Federal (MPF), adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, de modo a verificar irregularidades acerca das negociações referentes à compra do Banco Schahin S.A, pertencente ao Grupo Schahin S.A, controlado pelos Srs. Salim Taufic Schahin e Milton Taufic Schahin, pelo Banco BMG, mediante vultoso empréstimo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, que tem como participantes bancos oficiais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal".

Aprovado, em 15/7/2015, **relatório final do deputado Marcos Reategui**, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 27/11, do deputado **Ademir Camilo**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal, realizem ato de fiscalização e controle sobre a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, bem como, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, a Construtora Andrade Gutierrez S.A. e, ainda, a empresa Via Engenharia S.A".

Aprovado, em 19/8/2015, **relatório prévio do deputado Wellington Roberto**, pela implementação na forma apresentada no Plano de Execução e Metodologia de Avaliação deste Relatório.

PFC 32/11, do deputado **Rubens Bueno**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC realize atos de fiscalização das atividades administrativas desenvolvidas pela Ordem dos Músicos do Brasil, Autarquia Federal criada pela Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, e, em sendo constatadas irregularidades ou ilicitudes, realize auditoria em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e demais órgãos responsáveis, para que se possam aplicar todas as medidas punitivas cabíveis".

Aprovado, em 25/6/2015, **relatório final do deputado Sandes Júnior**, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 39/11, do deputado **Rubens Bueno**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC realize atos de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, sobre suposto esquema de desvio de dinheiro público envolvendo a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa".

Aprovado, em 16/12/2015, **relatório prévio do deputado Toninho Wandscheer**, pela não-implantação.

PFC 49/11, do deputado **Rubens Bueno**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle efetue ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, com vistas à realização de auditoria sobre o montante de recursos investido pelo Governo Federal, inclusive como aditivo, nas obras de reforma do Palácio do Planalto".

Aprovado, em 15/7/2015, **relatório prévio do deputado Toninho Wandscheer**, pela não implementação e arquivamento.

PFC 53/11, do deputado **Rubens Bueno**, que "propõe a realização de procedimentos de fiscalização e controle sobre a licitação e o contrato administrativo levados a termo para execução do edifício sede da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo". (Apensado: PFC 22/2015)

Aprovado, em 5/8/2015, **relatório prévio do deputado Edinho Bez**, pela implementação desta e da PFC 22/2015, apensada.

PFC 70/12, do deputado **Rubens Bueno**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle efetue ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, para investigar denúncias de irregularidades em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, firmados entre o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e diversas ONG's.

Aprovado, em 21/10/2015, **relatório prévio da deputada Simone Morgado**, pelo arquivamento (não-implementação).

PFC 111/13, dos deputados **Vanderlei Macris** e **Izalci**, que "propõe à Comissão de Fiscalização e Controle que fiscalize as denúncias de irregularidades na construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, de Brasília, uma das cidades-sede de dois grandes eventos internacio-

nais, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo".

Aprovado, em 27/5/2015, **relatório prévio do deputado Jorge Solla**, pelo arquivamento (não-implementação).

PFC 121/13, do deputado **Nilson Leitão**, que "propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalização nas obras da Copa do Mundo de Futebol, em Cuiabá – MT, para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais".

Aprovado, em 27/5/2015, **relatório prévio do deputado Valtenir Pereira** pela implementação.

PFC 126/13, do deputado **Izalci**, que "propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que fiscalize irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida em áreas federais do Distrito Federal prejudicando a população necessitada".

Aprovado, em 27/5/2015, **relatório prévio do deputado Rubens Pereira Júnior**, pela implementação.

PFC 127/13, do deputado **Vanderlei Macris**, que "propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que fiscalize o Programa Bolsa Família com relação à questão da duplicidade de cadastros, antecipação de pagamentos dos benefícios, prejudicando a população beneficiária".

Aprovado, em 15/7/2015, **relatório prévio do deputado Toninho Wandscheer**, pelo arquivamento (não-implementação).

PFC 131/13, do deputado **Rubens Bueno**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize uma fiscalização sobre a contratação, sem licitação, do Idecan pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa".

Aprovado, em 7/10/2015, **relatório final do deputado Wellington Roberto**, pelo arquivamento.

PFC 147/13, do deputado **Carlos Brandão**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realize ato de acompanhamento sobre a atuação operacional da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE, em face das atividades denominadas Marketing Multi Nível, quando se evidencie a prática de pirâmide financeira (Lei nº 1.521/1951), sonegação fiscal e lavagem de capitais (Lei n. 4.729/1965, 9.613/1998 c/c 12.683/2012)".

Aprovado, em 29/4/2015, **relatório final do deputado Delegado Waldir**, pelo encerramento e arquivamento da presente PFC por ter alcançado seus objetivos, não restando qualquer providência a ser tomada por parte desta Comissão.

PFC 152/13, do deputado **Eduardo da Fonte**, que "requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio dos órgãos técnicos do Congresso Nacional e, eventualmente, do Poder Executivo, realize ato de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no Tribunal de Contas da União, quanto à legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade de seus atos administrativos que não envolvam a atividade finalística do TCU".

Aprovado, em 14/10/2015, **relatório prévio do deputado Hissa Abrahão**, pela implementação.

PFC 192/14, do deputado **Rubens Bueno**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de auditoria nos Cartões de Pagamento do Governo Federal da Secretaria de Administração da Presidência da República, da Casa Civil, da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria Geral da Presidência da República".

Aprovado, em 23/9/2015, **relatório prévio do deputado Jorge Solla**, pela não-implementação e arquivamento.

PFC 1/15, do deputado **Luiz Carlos Hauly**, que "propõe a fiscalização e controle da Secretaria do Tesouro Nacional em relação à liberação dos empréstimos autorizados para Estados e Municípios no período compreendido entre 2007 e 2014".

Aprovado, em 17/6/2014, **relatório prévio do deputado Esperidião Amin**, pela implementação, com alteração: período compreendido pela PFC passa a ser de 1998 a 2014.

PFC 3/15, do deputado **Flavinho**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União, realize ato de fiscalização e controle relativo à reestruturação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária-INFRAERO".

Aprovado, em 15/7/2015, **relatório prévio do deputado João Arruda**, pela implementação.

PFC 7/15, do deputado **Alexandre Valle**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, para o Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de todos os ministérios, desde 2013 até a presente data".

Aprovado, em 20/5/2015, **relatório prévio do deputado Efraim Filho**, pela implementação desta PFC, na forma descrita no Plano de Execução e Metodologia de Avaliação.

PFC 8/15, do deputado **Vicente Candido**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, por intermédio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalização com o objetivo de verificar se as empresas que prestam serviços públicos sob a forma de concessão, permissão ou autorização nos setores de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e de navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária vêm cumprindo as obrigações legais e contratuais assumidas, notadamente no que diz respeito à regularidade fiscal no curso da concessão, nos termos do art. 38, inciso VII, da Lei 8.987, de 1995".

Aprovado, em 13/5/2015, **relatório prévio do deputado Valtenir Pereira**, pela implementação.

PFC 18/15, do deputado **Altineu Côrtes**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional no Ministério da Defesa, na Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, na Infraero Aeroportos, em sua atuação de controle e administração do transporte aéreo de passageiros".

Aprovado, em 16/12/2015, **relatório prévio do deputado Marcos Reategui**, pela implementação.

PFC 20/15, do deputado **Altineu Côrtes**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, para o Município de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de todos os ministérios, desde 2013 até a presente data".

Aprovado, em 8/7/2015, **relatório prévio do deputado Wellington Roberto**, pela implementação.

PFC 21/15, do deputado **Wellington Roberto**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – adote as medidas necessárias para a realização de fiscalização e controle relativa às denúncias de irregularidades e favorecimentos em processos licitatórios pelo Governo Federal à empresa privada EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos)".

Aprovado, em 5/8/2015, **relatório prévio do deputado Hissa Abrahão**, pela implementação.

PFC 35/15, do deputado **João Arruda**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalize o pedido de autorização, junto à Secretaria Especial de portos, para transação judicial que visa celebração de acordo em negociação entre a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e a empresa Rodrimar S.A".

Aprovado, em 1º/7/2015, **relatório prévio do deputado Toninho Wandscheer**, pela implementação.

PFC 37/15, do deputado **Vitor Valim**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União realize ato de fiscalização e controle sobre a aquisição de equipamento conhecido como "Tatuzão" sem que o estado do Ceará tenha capacidade para alimentação elétrica do equipamento".

Aprovado, em 9/9/2015, **relatório prévio do deputado Delegado Waldir**, pela implementação.

PFC 45/15, do deputado **Cabo Daciolo**, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, por intermédio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalização com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos federais em Teresópolis (RJ), destinados à recuperação do município, que foi atingido por fortes chuvas em janeiro de 2011".

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Aprovado, em 11/11/2015, **relatório prévio do deputado Delegado Waldir**, pela implementação.

PFC 48/15, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita que o TCU fiscalize – por economia processual –,

no âmbito do Processo TC-005.335/2015-9, que trata da prestação de contas do governo federal referente ao exercício de 2014”.

Aprovado, em 7/10/2015, **relatório prévio do deputado Nilson Leitão**, pela implementação.

Duas representações foram examinadas em 2015

Esse instrumento é direito da pessoa contra ato ou omissão de autoridade

Conforme prevê o art. 253 do RICD, qualquer pessoa física ou jurídica pode apresentar petições, representações ou reclamações contra ato ou omissão das autoridades públicas ou imputadas a membros da Casa, que serão recebidos pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa.

As denúncias devem tratar de assuntos que envolvam matéria de competência da Câmara dos Deputados e ser encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas, ou por telefone, com identificação do autor.

REP 7/07, do Sr. [José Raimundo Pereira Filho](#), que "solicita a instauração de procedimento de fiscalização na Prefeitura Municipal da Caxias - MA".

Aprovado, em 13/5/2013, **parecer do deputado Rubens Pereira Júnior**, pelo encerramento e arquivamento da presente Representação e encaminhamento de cópia deste Relatório Final ao autor da Proposição, visto que a denúncia foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União que a acolheu sob o processo TC 013.939/2009-5 e desencadeou a fiscalização mediante a constituição de processos específicos, inclusive autorização para a abertura de tomadas de contas especiais, a citação e a audiência de diversos envolvidos, entre os quais o prefeito e secretários municipais, nos termos do Acórdão 2678/2010-Plenário, alcançando desta forma os objetivos previstos.

REP 8/07, do Sr. [Wilson Gandolfo Filho](#), que "apresenta denúncias de possíveis irregularidades de desvio indireto de verbas públicas, desmandos e procedi-

Ao ser recebida denúncia na Comissão, inicialmente são verificados se os requisitos foram preenchidos. Vencida essa etapa, o Presidente da Comissão encaminha a denúncia ao Presidente da Câmara dos Deputados para ser numerada como Representação e distribuída à Comissão, nos termos de despacho exarado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Retornando a Representação à Comissão, seu Presidente designa um membro para relatar a matéria. O Relator deverá apresentar parecer, o qual será apreciado pelo Colegiado da Comissão.

mentos irregulares realizados dentro do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Incor".

Aprovado, em 6/5/2015, **parecer do deputado Vanderlei Macris**, pelo encaminhamento de recomendação à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para que avaliem a conveniência e a oportunidade de aprimorar a legislação afeta a convênios e parcerias privadas (Lei nº 8.666, de 1993, e/ou a Lei nº 13.019, de 2015), de forma a estabelecer regras que garantam imparcialidade na condução de unidades públicas – ou mantidas com transferências de recursos públicos – e afastem conflitos de interesse entre dirigentes e funcionários dessas unidades e dirigentes e funcionários de empresas privadas que atuem nas referidas unidades; pelo encerramento e arquivamento da presente Representação; e pelo encaminhamento de cópia do relatório ao autor da proposta.

Comissão apreciou 159 requerimentos de membros

Proposição interna, os requerimentos servem a diversas finalidades

Os requerimentos apresentados pelos Deputados dispõem sobre realização de audiências públicas, convocação para comparecimento de Ministros de Estado, solicitação de informações a Ministro de Estado, visitas técnicas e diligências, bem como sobre solicitação de informações a outros órgãos, e pedido ao Tribunal de Contas da União de informações e realização de inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

↳ Requerimentos de Audiência Pública

Os requerimentos de audiência são convites a autoridades da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e da Sociedade Civil, ou a qualquer pessoa física ou jurídica que possa colaborar com a elucidação de fatos previamente determinados relacionados com o controle externo exercido pela Comissão. Nesses casos não há obrigatoriedade de comparecimento do convidado.

↳ Requerimentos de Convocação de Ministro de Estado

Os requerimentos de convocação de Ministro de Estado propõem o comparecimento desta autoridade para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Nesse caso, o Ministro é obrigado a comparecer à Comissão em data e hora definidas pelo Presidente da Comissão, incorrendo em crime de responsabilidade

de sua ausência sem justificativa adequada, aceita pelo Colegiado da Comissão.

↳ Requerimentos de Auditoria ao Tribunal de Contas da União

Requerimentos que solicitam ao Tribunal de Contas da União a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias, após serem aprovados pelo Colegiado da Comissão, são encaminhados àquela Corte de Contas para atendimento da solicitação.

Concluídos os trabalhos, o Tribunal de Contas envia os resultados à Comissão, que dá ciência aos seus membros e encaminha cópia ao autor da proposição para conhecimento.

↳ Requerimentos de Informação

Os requerimentos de informação, conforme dispõe o art. 116 do Regimento Interno, combinado com § 2º do art. 50 da Constituição Federal, somente poderão tratar de ato ou fato na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta sob sua supervisão.

A norma Constitucional dispõe, ainda, que, com relação a Requerimento de Informações a Ministro de Estado, importa em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento das informações no prazo de trintas dias, bem como a prestação de informações falsas.

Apenas 12 requerimentos foram considerados prejudicados ou retirados de tramitação. A Comissão apreciou 159 requerimentos em 2015. Veja abaixo o teor e a deliberação da CFFC sobre cada uma dessas proposições.

REQ 2/15, do deputado **Hissa Abrahão**, que "requer seja convocado o Ministro de Estado da Educação para prestar informações acerca do Financiamento Estudantil – Fies".

Aprovado em 18/3/2015, com alteração: transformado em convite ao Ministro. Subscrito pela deputada **Carmen Zanotto**.

REQ 3/15, do deputado **Elizeu Dionizio**, que "solicita seja convocado o Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Joaquim Levy, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca das investigações das contas de brasileiros no HSBC em Genebra".

Aprovado em 9/9/2015, com alteração: transformado em requerimento de informação. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 4/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer seja convidado o Advogado-geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams para, em reunião de audiência pública, falar sobre o acordo de leniência entre as empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato e o governo federal, de maneira a permitir o ressarcimento, por meio de multas, dos recursos ao Estado, além de possibilitar que as empresas voltem a ter condições de disputar obras públicas".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: incluídos representantes da Procuradoria Geral junto ao TCU, da CGU e do TCU. Subscrito pelos deputados **Delegado Waldir, Edinho Bez, Vanderlei Macris, Ezequiel Teixeira, Valtenir Pereira e Leo de Brito**.

REQ 5/15, do deputado **Wellington Roberto**, que "solicita do Senhor Ministro de Estado dos Transportes informações relativas às obras realizadas dentro da malha Rodoviária e Ferroviária Nacionais".

Aprovado em 11/3/2015.

REQ 6/15, do deputado **João Arruda**, que "requer que seja convocado o Ministro do Esporte, George Hilton, para prestar esclarecimentos sobre processo de pregão eletrônico nº 21/2013 (Projeto Segundo Tempo)".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: transformado em convite e ampliado o escopo da audiência para tratar dos jogos olímpicos de 2016. Subscrito pelos deputados **Wellington Roberto, Valtenir Pereira e Ezequiel Teixeira**.

REQ 7/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de visita técnica, na cidade do Rio de Janeiro com realização de mesa redonda para debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: incluídos os estados de Pernambuco, Ceará e Paraná.

REQ 8/15, do deputado **João Arruda**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a criação de Subcomissão Permanente para Acompanhamento dos Jogos Olímpicos a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro em 2016".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: o nome da Subcomissão passa a ser "(...) Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos (...)". Subscrito pelos deputados **Ezequiel Teixeira, Valtenir Pereira e Marcos Reategui**.

REQ 9/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita a convocação do Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, para que possa esclarecer as informações divulgadas na imprensa em relação à reunião

com advogados das empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras, investigadas pela Polícia federal na operação Lava Jato".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: transformado em convite. Subscrito pelos deputados **Delegado Waldir** e **Leo de Brito**.

REQ 10/15, do deputado **Toninho Wandscheer**, que "requer a criação da Subcomissão Especial para recuperação dos ativos originários e produtos de crimes, encontrados no exterior, de forma eficiente e célere e investigar as contas secretas de brasileiros no Banco HSBC".

Aprovado em 11/3/2015.

REQ 11/15, do deputado **Vicente Candido**, "requer que sejam convidados o Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, Olímpio Alves dos Santos e representantes da CUT e da Força Sindical para, em reunião de audiência pública, falar sobre os efeitos da Operação Lava Jato na permanência e criação de empregos".

Aprovado em 11/3/2015. Subscrito pelos deputados **Valtenir Pereira** e **Delegado Waldir**.

REQ 12/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita a convocação do Senhor Arthur Chioro, Ministro da Saúde, para que possa esclarecer informações divulgadas no programa Fantástico a respeito da Máfia das Próteses, que tem realizado cirurgias desnecessárias e colocado em risco as vidas de milhares de pacientes no país e desviado milhões do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: transformado em convite. Subscrito pelos deputados **Ezequiel Teixeira** e **Toninho Wandscheer**.

REQ 13/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita a convocação do Senhor Arthur Chioro, Ministro da Saúde, para que possa esclarecer informações noticiadas pelos jornais de que, após um ano do Programa Federal Mais Médicos, metade das prefeituras perdeu profissionais que deveriam atender a população".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: transformado em convite. Subscrito pelos deputados **Ezequiel Teixeira** e **Toninho Wandscheer**.

REQ 14/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer seja convidado o Sr. Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira para discorrer sobre a Construção Política do Brasil – Momento atual".

Aprovado em 11/3/2015.

REQ 15/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer seja convidado o Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, Dr. Antonio Gustavo Rodrigues para falar sobre as providências adotadas com relação denúncias das contas Secretas de Brasileiros no HSBC".

Aprovado em 11/3/2015. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 16/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer seja convidado o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Robson Braga, para falar sobre os efeitos da Operação Lava Jato na Economia Nacional".

Aprovado em 11/3/2015.

REQ 17/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer seja convidado o Presidente do Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Dr Marcus Vinicius Furtado Coêlho, para falar sobre as prerrogativas dos advogados que estão atuando na Operação Lava Jato".

Aprovado em 11/3/2015, com alteração: acréscimo de

representantes da AJUFE, ANPR e ADPF. Subscrito pelos deputados **Delegado Waldir** e **Ezequiel Teixeira**.

REQ 18/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer que seja convidado o Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, Valdir Moysés Simão para, em reunião de Audiência Pública, falar sobre a Lei de Combate à Corrupção e os procedimentos adotados em combate à corrupção".

Aprovado em 11/3/2015. Subscrito pelos deputados **Toninho Wandscheer**, **Ezequiel Teixeira**, e **Edinho Bez**.

REQ 19/15, do deputado **Edinho Bez**, que "requer a criação de Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil".

Aprovado em 11/3/2015.

REQ 20/15, do deputado **Delegado Waldir**, que "solicita seja convocado o Sr. Ministro das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos, perante a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC sobre o comportamento adotado pelo Governo Federal no que diz respeito às execuções de brasileiros condenados no país da Indonésia por tráfico de drogas".

Rejeitado em 2/9/2015.

REQ 21/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a criação de Subcomissão Especial para debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil".

Aprovado em 11/3/2015.

REQ 22/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer a extinção da Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016".

das de 2016".

Aprovado em 18/3/2015.

REQ 23/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer a extinção da Subcomissão Permanente de Defesa Civil e Combate a Seca".

Aprovado em 18/3/2015.

REQ 24/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer a extinção Subcomissão Permanente para acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos federais aplicados em obras inacabadas e também daquelas em execução no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC".

Aprovado em 18/3/2015.

REQ 25/15, do deputado **Edinho Bez**, que "requer informações ao DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes sobre as possíveis paralisações, por falta de pagamento, das empresas responsáveis pela construção da Ponte Anita Garibaldi, em Laguna-SC".

Aprovado em 18/3/2015.

REQ 26/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde que preste informações sobre a pressão que o governo cubano está fazendo para que profissionais do programa Mais Médicos mandem seus familiares (cônjuges e filhos) imediatamente a Cuba".

Aprovado em 25/3/2015.

REQ 27/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer Aditamento ao Requerimento nº 21, aprovado em 11 de março de 2015".

Aprovado em 18/3/2015, com alteração: o texto passa a recomendar que as audiências públicas e visitas externas

da Subcomissão da Lava Jato sejam feitas com a participação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e da Comissão de Finanças e Tributação."

REQ 28/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de audiência pública conjunta para debater as obras do setor de petróleo, gás e energia".

Aprovado em 25/3/2015, com alteração: incluídos no rol de convidados o Sr. Olímpio Alves dos Santos, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, e representantes da CUT e da Força Sindical.

REQ 30/15, do deputado **Nilson Leitão e outros**, que "solicita seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, Thomas Traumann, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de supostas contratações de robôs e financiamentos de blogs para favorecer o governo federal".

Aprovado em 25/3/2015, com alteração: transformado em convite para audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, atendendo concomitantemente o Req. 37/2015, também aprovado nesta data. Subscrito pelo deputado **Leo de Brito**.

REQ 31/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer aditamento ao Requerimento nº 07/2015, aprovado na reunião ordinária do dia 11/03/2015".

Aprovado em 25/3/2015.

REQ 34/15, do deputado **Toninho Wandscheer**, que "requer seja convidado o jornalista Fernando Rodrigues, do portal UOL para, em reunião de audiência pública, falar sobre a divulgação das contas secretas de brasileiros no Banco HSBC na Suíça".

Aprovado em 25/3/2015.

REQ 35/15, do deputado **João Arruda**, que "requer sejam convidados o Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; e o Dr. Renato Follador, especialista em previdência social pública e privada, para falarem sobre os fundos previdenciários estaduais e as possibilidades de reorganização destes".

Aprovado em 25/3/2015.

REQ 36/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer Aditamento ao Requerimento nº 07, aprovado em 11 de março de 2015".

Aprovado em 25/3/2015, com alteração: incluídos os seguintes convidados: Francis Bogossian, Presidente do Clube de Engenharia; e José Maria Rangel, Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros.

REQ 37/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita a convocação do Senhor Thomas Traumann, Ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, para que possa esclarecer sobre a reportagem da Agência Estado, acerca de documento da pasta que trata do uso da máquina pública voltada a estratégias e planos de ação de comunicação social e propaganda pública visando fortalecer o governo federal e resgatar a popularidade da Presidente da República".

Aprovado em 25/3/2015, com alteração: transformado em convite para audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, atendendo concomitantemente o Req. 30/2015, também aprovado nesta data. Subscrito pelo deputado **Leo de Brito**.

REQ 38/15, do deputado **Edinho Bez**, que "convida o Banco Central, a Febraban, bancos privados, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, as administradoras de Cartão de Crédito e o TCU para debater os resultados da audiência pública realizada na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, dia 20 de maio de 2014, e esclarecer a continuação das altas taxas de juros e tarifas cobrados por alguns bancos, notadamente no sal

saldo da fatura do Cartão de Crédito, da qual é efetuado apenas o pagamento mínimo e também no crédito rotativo".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 39/15, do deputado **Hissa Abrahão**, que "requer o aditamento do Requerimento nº 18/2015, aprovado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, apresentado para debater as virtudes e vulnerabilidades da Lei Anticorrupção".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 40/15, do deputado **João Arruda**, que "requer informações à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, sobre o Aumento da Energia Elétrica nos últimos 12 anos, em todos os Estados da Federação, sendo as concessionárias Públicas, Estatais e Privadas".

Aprovado em 8/4/2015. Subscrito pelo deputado **Valtenir Pereira**.

REQ 41/15, do deputado **Paulo Pimenta**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a criação de Subcomissão Permanente para acompanhamento das operações da Polícia Federal alusivas ao Sistema Tributário Nacional, no intuito de propor modificações normativas no sistema de administração de recursos fiscais".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 43/15, do deputado **Delegado Waldir**, que "requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o financiamento público de ações e iniciativas de prevenção, vigilância e gestão para o enfrentamento das DST/HIV/Aids".

Aprovado em 8/4/2015, com alteração: incluído convite ao Sr. Álvaro Augusto de Andrade Mendes, da Comissão de Articulação de Movimentos Sociais.

REQ 45/15, do deputado **Mendonça Filho**, que "solicita a realização de audiência pública destinada a debater o déficit atuarial do Postalís".

Aprovado em 8/4/2015. Subscrito pelo deputado **Hissa Abrahão**.

REQ 46/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer que seja realizada audiência pública com o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para esclarecimentos sobre as operações de apoio financeiras conduzidas pela instituição nos últimos seis anos, em especial ao empréstimo para a reforma e ampliação do terminal três do Aeroporto de Havana, em Cuba".

Rejeitado em 19/8/2015.

REQ 47/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer a convocação do Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para esclarecimentos sobre as operações de apoio financeiras conduzidas pela instituição nos últimos seis anos, em especial ao empréstimo para a reforma e ampliação do terminal três do Aeroporto de Havana, em Cuba".

Aprovado em 8/4/2015, com alteração: transformado em convite para audiência a ser realizada em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Subscrito pelos deputados **Leo de Brito** e **Ezequiel Teixeira**

REQ 48/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer aditamento ao Requerimento nº09/2015, aprovado na reunião ordinária do dia 11/03/2015, para que a reunião de audiência pública com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, seja feita em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e com a participação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 49/15, do deputado **Delegado Waldir**, que "requer a realização de Audiência Pública com Conselho de Administração de Defesa Econômica – Cade e empresas de celulose, para debater aquisição recente da empresa Ibema Papelcartão pela Suzano Papel e Celulose".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 50/15, do deputado **Luiz Cláudio**, que "requer nos termos regimentais convidar os Senhores José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás e Tito Cardoso de Oliveira Neto, Presidente da Eletronorte para prestar esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sobre Usina Térmica Rio Madeira".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 51/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de audiência pública conjunta, no formato de Mesa-Redonda, para debater os impactos e os efeitos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 52/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer a convocação do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para esclarecimentos sobre a recusa do governo federal em pagar, em 2014, a sua contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA) e, no mesmo período, transferir R\$ 16,24 milhões para União das Nações Latino Americanas (Unasul)".

Rejeitado em 19/8/2015.

REQ 53/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer a convocação do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores para esclarecimentos sobre a recusa do governo federal em pagar, em 2014, a sua contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA) e, no mesmo período, transferir R\$ 16,24 milhões para União das Nações Latino Americanas (Unasul)".

Aprovado em 8/4/2015, com alteração: transformado em convite para audiência a ser realizada em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN.

REQ 54/15, do deputado **Mendonça Filho**, que "solicita informações ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas da União, Senhor Aroldo Cedraz, sobre o objeto da Representação TC 012.687/2013-8".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 55/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita informações ao Ministro da Justiça acerca do recebimento de lista com possibilidade de existência de contas secretas de brasileiros no Banco HSBC".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 57/15, do deputado **Toninho Wandscheer**, que "requer a realização de audiências públicas para debater sobre o caso de contas secretas de pessoas e empresas brasileiras no Banco HSBC da Suíça".

Aprovado em 8/4/2015.

REQ 58/15, dos deputados **Elizeu Dionizio** e **Bruno Araújo**, que "requer seja convidada a Presidente da Caixa Econômica Federal, Senhora Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos acerca do suposto envolvimento da empresa pública na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal".

Aprovado em 9/9/2015, com alteração: transformado em requerimento de informação. Subscrito pelo deputado. **Leo de Brito**.

REQ 59/15, do deputado **Nilson Leitão**, que "requer a realização de audiência pública para discutir o apoio financeiro da União aos Municípios para a construção de creches, por meio do Programa Proinfância".

Aprovado em 6/5/2015. Subscrito pelo deputado **Vanderlei Macris**.

REQ 60/15, do deputado **Delegado Waldir**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a constituição de comissão externa com vistas a realizar visita "in loco" nos canteiros de obras das marginais: Bota Fogo, Cascavel, Macambira e Leste Oeste na cidade de Goiânia – GO, que estão com suas obras morosas e paralisadas. Requer ainda, relatórios aos órgãos de fiscalização como, a fim de apresentarem a esta Comissão a situação na fiscalização orçamentária e contas nas obras das marginais supracitadas e eventuais crimes praticados pelo executivo, agentes públicos ou empreiteiras".

Aprovado em 29/4/2015, com alteração: comissão externa transformada em visita técnica.

REQ 61/15, do deputado **Vicente Candido e outros**, que "requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre obras e serviços de engenharia contratados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, sob a modalidade de contratação integrada prevista no Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011".

Aprovado em 29/4/2015.

REQ 62/15, do deputado **Vicente Candido e outros**, que "requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado dos Transportes sobre obras e serviços de engenharia contratados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, sob a modalida

de de contratação integrada prevista no Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011".

Aprovado em 29/4/2015.

REQ 63/15, do deputado **Vicente Candido e outros**, que "requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional sobre obras e serviços de engenharia contratados por aquele Ministério sob a modalidade de contratação integrada prevista no Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011".

Aprovado em 29/4/2015.

REQ 64/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos e os efeitos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil".

Aprovado em 29/4/2015, com alteração: retirado o ministro Gilson Dipp do rol de convidados e incluído o Sr. Romeu Bacelar.

REQ 65/15, do deputado **João Arruda**, que "solicita ao Senhor Ministro da Saúde Arthur Chioro, informações sobre os Restos a Pagar que a União deve ao Estado do Paraná no Âmbito do Ministério da Saúde".

Aprovado em 29/4/2015.

REQ 66/15, do deputado **João Arruda**, que "solicita a convocação do Senhor Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, a fim de prestar esclarecimentos dos restos a pagar que a União deve ao Estado do Paraná no âmbito da Saúde".

Rejeitado em 19/8/2015.

REQ 67/15, do deputado **Elizeu Dionizio**, "requerimento de Informação ao Exmo. Sr. Ministro da Educação sobre a atual situação do ano letivo dos alunos participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)".

Aprovado em 6/5/2015.

REQ 68/15, do deputado **Toninho Wandscheer**, que "solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda a respeito da Composição do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf".

Aprovado em 6/5/2015.

REQ 69/15, do deputado **Elizeu Dionizio**, que "requer ao Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil a lista das agências bancárias do estado do Mato Grosso do Sul autorizadas a operar as contas CC5 no período de 1989 a 2001".

Aprovado em 6/5/2015.

REQ 70/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de audiência pública para debater os impactos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 29/4/2015.

REQ 71/15, do deputado **Elizeu Dionizio**, que "solicita seja convocado o Ministro de Estado do Trabalho, Senhor Manoel Dias, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca do relatório do Tribunal de Contas da União - TCU que revelou supostos pagamentos irregulares no Bolsa Pesca".

Aprovado em 23/9/2015, com alteração: transformado em requerimento de informação. Subscrito pelo deputado **Jorge Solla**.

REQ 72/15, do deputado **Elizeu Dionizio**, que "solicita seja convocado o Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, Senhor Helder Barbalho, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca do relatório do Tribunal de Contas da União – TCU que revelou supostos pagamentos irregulares no Bolsa Pesca".

Aprovado em 23/9/2015, com alteração: transformado em requerimento de informação. Subscrito pelo deputado **Jorge Solla**.

REQ 73/15, do deputado **Elizeu Dionizio**, que "requer seja convidado representante do Banco Central, da Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU para debater acerca do suposto confisco secreto da Caixa Econômica Federal".

Aprovado em 9/9/2015, com alteração: transformado em requerimento de informação. Subscrito pelo deputado **Leo de Brito**

REQ 74/15, da deputada **Simone Morgado**, que "solicita ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, junto à Eletrobrás, cópias digitalizadas do Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, além de todos os contratos, cronogramas físico-financeiros, cronogramas de execução e das planilhas com os valores já repassados entre a Norte Energia S.A e as Empresas Associadas Engetec Engenharia Ltda., Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda., Verthic Consultoria Participações Ltda., Consórcio Lei-Belo Monte, CKTR Brasil Serviços Ltda., Lago Azul Transmissão S.A, Dandolini & Willy- DWE Empreendimentos Florestais Ltda., Naturasul Florestal Ltda., FX Minas Construções e Empreendimentos Ltda., Forest Serviços Ltda.- EPP e Penha Construtora Ltda.".

Aprovado em 6/5/2015. Subscrito pelo deputado **Vanderlei Macris**.

REQ 75/15, do deputado **Paulo Pimenta**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para acompanhamento das operações da Polícia Federal alusivas ao Sistema Tributário Nacional, a requisição de documentos e a realização de audiências públicas".

Aprovado em 6/5/2015. Subscrito pelo deputado **Leo de Brito**.

REQ 78/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer seja convidado Governador do Estado do Paraná, Sr. Beto Richa para, expor a situação financeira do Estado do Paraná, e detalhar a aplicação dos recursos federais destinados ao Estado".

Aprovado em 1º/7/2015.

REQ 79/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requerimento de Informação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes que preste informações sobre os cortes de recursos em sua Pasta e problemas relativos à Operação Lava Jato".

Aprovado em 20/5/2015.

REQ 80/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer seja convocado o Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais".

Aprovado em 20/5/2015, com alteração: convocação transformada em convite para reunião conjunta com a CMO e a CFT.

REQ 81/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer seja convocado o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-geral da União, para prestar esclarecimentos

sobre declarações a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais".

Aprovado em 20/5/2015, com alteração: convocação transformada em convite e incluído no objeto do requerimento a situação funcional das carreiras jurídicas da AGU.

REQ 82/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro Filho, com o objetivo de esclarecer o enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal das manobras fiscais realizadas no Governo da Presidente Dilma".

Aprovado em 10/6/2015.

REQ 83/15, do Sr. **Delegado Waldir**, que "requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Finança e Tributação, para ouvir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Senhor Carlos Alberto de Oliveira Andrade, Presidente do Grupo CAO A e o Senhor Antônio Palocci, Diretor da empresa Projeto Consultoria".

Aprovado em 27/5/2015, com alteração: transformado em requerimento de informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

REQ 84/15, do deputado **Elizeu Dionizio**, que "requer seja convidado o Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT para prestar esclarecimentos acerca dos negócios praticados pela estatal contestados pelo Tribunal de Contas da União – TCU".

Aprovado em 23/9/2015, com alteração: transformado em pedido de informação. Subscrito pelo deputado **Jorge Solla**.

REQ 85/15, do deputado **Esperidião Amin**, que "requer a realização do VI Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos com o tema: A Lei de Licitações (8666/93) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC)".

Aprovado em 13/5/2015. Subscrito pelo deputado **Edio Lopes**.

REQ 86/15, do deputado **Edinho Bez**, que "requer a realização de visita técnica à empresa Algar Telecom, responsável pela prestação de serviços de telefonia fixa, celular, internet banda larga e TV por assinatura".

Aprovado em 13/5/2015.

REQ 87/15, do deputado **Edinho Bez**, que "requer a realização de audiência pública com o Tribunal de Contas da União e com os representantes das empresas de telecomunicações para debater a qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixa no Brasil".

Aprovado em 13/5/2015. Subscrito pelo deputado **Edio Lopes**.

REQ 88/15, do deputado **Edinho Bez**, que "requer a realização de audiência pública com o Presidente da Anatel para debater a qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixa no Brasil".

Aprovado em 13/5/2015.

REQ 89/15, do deputado **Edinho Bez**, que "requer a realização de audiência pública com o Ministro das Comunicações e com o Presidente do TCU para debater a qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixa no Brasil".

Aprovado em 13/5/2015.

REQ 90/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União, no que tange a aplicação de recursos da união para a realização dos jogos olímpicos e paralímpicos de 2016".

Aprovado em 20/5/2015.

REQ 91/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016 a realização de audiências públicas, mesas redondas e visitas técnicas".

Aprovado em 20/5/2015.

REQ 92/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer a realização de audiência pública com o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, para discutir os desdobramentos no mercado de ações por causa da crise na Petrobrás".

Aprovado em 20/5/2015, alteração: incluído no tema da audiência esclarecimentos sobre as empresas envolvidas nas investigações da Operação Lava Jato.

REQ 93/15, do deputado **Jorge Solla**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Especial para debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego no Brasil, a requisição de documentos, a realização de audiências públicas e reuniões e visitas técnicas fora da Câmara dos Deputados".

Aprovado em 20/5/2015.

REQ 94/15, do deputado **Paulo Pimenta**, que "requer, seja oficiada a Controladoria-Geral da União para que realize Auditoria sobre procedimentos administrativos praticados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf".

Aprovado em 20/5/2015.

REQ 95/15, do deputado **Jorge Solla**, que "requer a realização de audiência pública para discutir pagamento de indenização aos atingidos pela Barragem de Sobradinho (BA)".

Aprovado em 10/6/2015.

REQ 96/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016 solicitação de informações ao Ministro da Casa Civil".

Aprovado em 27/5/2015. Subscrito pelo deputado **Sandes Junior**.

REQ 97/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de informações ao Ministério das Cidades".

Aprovado em 27/5/2015. Subscrito pelo deputado **Sandes Junior**.

REQ 98/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de informações ao Ministério do Esporte".

Aprovado em 27/5/2015. Subscrito pelo deputado **Sandes Junior**.

REQ 99/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de informações ao Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão".

Aprovado em 27/5/2015. Subscrito pelo deputado **Sandes Junior**.

REQ 100/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016 solicitação de informações ao Ministério do Trabalho e Emprego".

Aprovado em 27/5/2015. Subscrito pelo deputado **Sandes Junior**.

REQ 101/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de informações ao Ministro do Turismo".

Aprovado em 27/5/2015. Subscrito pelo deputado **Sandes Junior**.

REQ 102/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de inclusão, no site de fiscalização denominado fiscaliza rio 2016, do link do portal da Câmara relacionado com as atividades da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016".

Aprovado em 10/6/2015.

REQ 103/15, do deputado **Nilson Leitão**, que "requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater acerca da auditoria da Controladoria Geral da União – CGU que revelou supostas irregularidades no Programa Universidade para Todos – Prouni".

Aprovado em 10/6/2015.

REQ 105/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer a convocação do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para esclarecimentos sobre o maior corte no Orçamento da história".

Aprovado em 10/6/2015, com alteração: convocação transformada em convite e incluído no tema da audiência a apresentação do Programa de Investimentos em Logística, lançado pelo governo federal. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 106/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer a convocação do Senhor Ministro da Fazenda para esclarecimentos sobre o maior corte no Orçamento da história".

Aprovado em 2/9/2015, com alteração: transformado em convite e possível realização de audiência conjunta com a CMO.

REQ 108/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de Visita Técnica, seguida de Mesa Redonda a ser realizada na sede da Petrobras, na cidade do Rio de Janeiro para debater os impactos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 17/6/2015, com alteração: incluídos representantes da CVM e do Sindipetro/BA.

REQ 109/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer o aditamento ao Requerimento nº 81/2015, do deputado Vanderlei Macris, para incluir o Procurador-geral do Banco Central do Brasil na lista de convidados que participarão da audiência pública que especifica, a ser realizada no âmbito desta Comissão".

Aprovado em 17/6/2015. Subscrito pelo deputado **Vanderlei Macris**.

REQ 110/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer informações do Senhor Ministro da Defesa para esclarecimentos sobre o processo de contratação de empresa estrangeira na construção da base brasileira na Antártica".

Aprovado em 17/6/2015.

REQ 111/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer seja convidado o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Júlio Marcelo de Oliveira para explicar, em reunião de audiência pública, quais os procedimentos adotados nas análises das contas da Presidenta Dilma Rousseff".

Aprovado em 1º/7/2015. Subscrito pelos deputados **Valtenir Pereira**, **Toninho Wandscheer** e **Leo de Brito**.

REQ 112/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a constituição de Grupo de Trabalho Conjunto, com funcionamento em forma de Fórum Permanente de Debates, composto de trabalhadores, empresários e membros do Governo para construir alternativas aos impactos negativos da 'Operação Lava Jato' na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 24/6/2015.

REQ 113/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que preste informações sobre as normas legais e a segurança dos voos comerciais no país, em especial sobre o incidente ocorrido no voo 1436 da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, que sofreu grande tumulto e atraso no dia 23 de junho de 2015".

Aprovado em 1º/7/2015. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 115/15, do deputado **Luiz Cláudio**, que "requer nos termos regimentais convidar o Ministro das Comunicações Ricardo Berzoini, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Sr. João Batista de Rezende e as representações das Empresas de Telecomunicações de telefonia fixa e móvel OI, TIM, VIVO, CLARO, GVT e EMBRATEL para em audiência pública prestarem esclarecimentos sobre os regimes tributários praticados, bases de cálculo, os incentivos e isenções concedidos, os recolhimentos tributários efetivados pelas empresas e sua distribuição, bem como as competências tributárias Federal, Estadual e Municipal".

Aprovado com alterações em 8/7/2015. Subscrito pelo deputado **Lindomar Garçon**.

REQ 117/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos e os efeitos negativos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, a fragilização do conteúdo nacional e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 1º/7/2015.

REQ 118/15, do deputado **Toninho Wandscheer**, que "solicita informações ao Senhor Joaquim Levy, Ministro da Fazenda, sobre os procedimentos adotados pela Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu-PR".

Aprovado em 8/7/2015.

REQ 119/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer aditamento ao Requerimento Nº 112/2015, aprovado na reunião do dia 24 de junho de 2015, de forma a incluir, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Armando de Queiroz Monteiro Neto, no Grupo de Trabalho Conjunto, com funcionamento em forma de "Fórum Permanente de Debates", composto de Trabalhadores, Empresários e membros do Governo para construir alternativas aos impactos negativos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 8/7/2015. Subscrito pelo deputado **Paulo Pimenta**.

REQ 120/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer aditamento ao Requerimento Nº 112/2015, aprovado na reunião do dia 24 de junho de 2015, de forma a incluir, Eduardo Paes, Prefeito Municipal da cidade do Rio de Janeiro, Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, o Vereador Hélio Severino de Azevedo da Câmara Municipal de Angra dos Reis-RJ, Edmilson da Fonseca Gabriel, Gerente de Relações Econômicas e Indústria Naval da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis-RJ, Rodrigo Neves, Prefeito Municipal de Niterói-RJ, Carlos Muller, da Confederação dos Trabalhadores nos Transportes Marítimos, Aéreos, Pesca e Portos, Jadir Baptista de Araújo, Coordenador do Setor Naval da Central Única dos Trabalhadores no Rio de Janeiro e Francis Bogossian, Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, no Grupo de Trabalho Conjunto, com funcionamento no formato de "Fórum Permanente de Debates", composto de Trabalhadores, Empresários e membros do Governo para construir alternativas aos impactos e efeitos negativos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional, no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 8/7/2015. Subscrito pelo deputado **Paulo Pimenta**.

REQ 121/15, do deputado **Paulo Pimenta**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para acompanhamento das operações da Polícia Federal alusivas ao Sistema Tributário Nacional, a realização de mesa redonda na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul".

Aprovado em 8/7/2015.

REQ 122/15, do deputado **Lindomar Garçon**, que "requer a aprovação de Plano de Visitas Técnicas e de Audiências Públicas, a ser executado em Distritos e Reassentamentos do Estado de Rondônia, com o objetivo de debater os impactos socioambientais da construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, bem como a efetividade e o cumprimento das condicionantes e medidas mitigadoras estabelecidas, e, com isso, coletar subsídios para elaboração do Relatório Final da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 3, de 2011, instalada nesta Comissão".

Aprovado em 15/7/2015.

REQ 123/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer aditamento ao Requerimento nº 112/2015, aprovado na reunião do dia 24 de junho de 2015, de forma a incluir o Dr. Carlos Higino Ribeiro - Secretário Geral da CGU, o Dr. Leandro Daiello Coimbra - Diretor Geral do DPF, o Dr. Nicolao Dino - Subprocurador da República, o Sr. Ministro Luís Inácio Adams - Advogado-geral da União, o Sr. Luciano Coutinho - Presidente do BNDES, o Sr. Alexandre Corrêa Abreu - Presidente do Banco do Brasil e a Sra. Miriam Belchior - Presidenta da Caixa Econômica Federal, no Grupo de Trabalho Conjunto, com funcionamento no formato de "Fórum Permanente de Debates", composto de Trabalhadores, Empresários e membros do Governo para construir alternativas aos impactos e efeitos negativos da "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional, no índice de emprego do Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 15/7/2015. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 124/15, do Sr. **Valtenir Pereira** (PFC 8/2015), que "requer seja oficiado ao Tribunal de Contas da União - TCU para que aquele Órgão de Controle Externo apresente o cronograma de execução da fiscalização determinada através da PFC 08/2015, bem como para que participem dos trabalhos de fiscalização consultores desta Casa Legislativa".

Aprovado em 15/07/2015.

REQ 126/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer, nos termos regimentais a apreciação e aprovação do Anteprojeto de Lei que Acrescenta os arts. 17-A e 17-B à Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, altera os arts. 16, 19, 25 e 29 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, acrescenta art. 23-A à Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e dá outras providências".

Aprovado em 15/7/2015, incluindo a sugestão de alteração no texto do projeto, apresentada pelo deputado **Marcos Reategui**.

REQ 127/15, do deputado **Uldurico Junior**, que "solicita seja encaminhado ao MPF, à Polícia Federal, à CGU, à Caixa Econômica Federal, e ao Ministério das Cidades o recebimento de grave denúncia entre o município de Teixeira de Freitas/BA e o Ministério das Cidades, para as devidas apurações".

Aprovado em 5/8/2015. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 128/15, do deputado **João Arruda**, que "requer a realização de audiência pública para discutir os Contratos de Concessão das Rodovias do Programa de Concessões do Paraná. Processo nº 014.205/2011-4".

Aprovado em 5/8/2015. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 129/15, do Sr. **Delegado Waldir**, que "solicita realização de audiência pública para discussão do tema: 'falta de vagas nas Creches da região metropolitana de Goiânia entre a Capital e Aparecida de Goiânia, bem como sobre as obras de construção de Creches em Aparecida de Goiânia, visto que se encontram paradas com supostos desvios e mau uso dos recursos públicos'".

Aprovado em 26/8/2015, com alteração: convocação das autoridades citadas no corpo do requerimento transformada em convite.

REQ 130/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, que preste informação sobre a notícia de não pagamento, pelo governo da Presidente Dilma Rousseff, da contratação de veículos utilizados pela comitiva presidencial brasileira na viagem aos Estados Unidos da América no final do mês de junho de 2015".

Rejeitado em 19/8/2015.

REQ 131/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, que preste informação sobre a notícia de não pagamento, pelo governo da Presidente Dilma Rousseff, da contratação de veículos utilizados pela comitiva presidencial brasileira na viagem aos Estados Unidos da América no final do mês de junho de 2015".

Aprovado em 26/8/2015.

REQ 132/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de visita técnica, na cidade de Angra dos Reis/RJ, com realização de mesa-redonda, para debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil".

Aprovado em 19/8/2015, com alteração: estendendo convite ao Sinaval e aos demais integrantes do Fórum Permanente de Debates (Req. 112/2015).

REQ 133/15, do deputado **Nilson Leitão**, que "solicita seja convocado Excelentíssimo Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado das Cidades, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca do relatório do Tribunal de Contas da União que revelou a paralisação das obras de saneamento do país".

Aprovado em 23/9/2015, com alteração: transformado em convite ao Sr. Paulo Ferreira, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. Subscrito pelo deputado Jorge Solla.

REQ 134/15, do deputado **Nilson Leitão**, que "solicita seja convocado Excelentíssimo Sr. Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca da decisão do Conselho de Administração da Petrobras que aprovou a venda de percentual da BR Distribuidora".

Rejeitado em 2/9/2015. Subscrito pelo deputado **Hissa Abraão**.

REQ 135/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, a integração dos trabalhos com a Subcomissão Especial das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, no âmbito da Comissão Permanente de Esporte, no que tange a realização de audiências públicas, visitas, rodadas técnicas e demais atividades com o objetivo de atender o princípio da economia processual".

Aprovado em 26/8/2015.

REQ 136/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre a contratação e o não pagamento dos transportes utilizados pela comitiva presidencial brasileira em viagem aos Estados Unidos da América realizada no mês de junho de 2015".

Aprovado em 26/8/2015.

REQ 137/15, do deputado **Fernando Francischini**, que "requer que seja solicitado cópias, por meio eletrônico, dos livros de geografia, história e biologia aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) para educação básica".

Aprovado em 2/9/2015. Subscrito pelo dep. **Ezequiel Teixeira**.

REQ 138/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer solicitação de informações da Controladoria Geral da União – CGU".

Aprovado em 2/9/2015.

REQ 139/15, do deputado **Adelmo Carneiro Leão**, que "requer a criação de Comissão de Deputados, membros desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para realização de Audiência Pública, na cidade de Buritis/MG, a fim de apurar denúncias envolvendo a construção ilegal de barragens clandestinas no Rio Urucuia, um dos principais afluentes do Rio São Francisco".

Aprovado em 9/9/2015, com alteração: transformado em visita técnica seguida de mesa- redonda. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 140/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de informações ao Ministério do Esporte, Empresa Municipal Olímpica, Controladoria do Município do Rio de Janeiro e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, sobre a evolução dos valores constantes no dossiê de candidatura para os valores efetivamente contratados, tendo como objeto a construção do complexo esportivo de Deodoro".

Aprovado em 23/9/2015. Subscrito pelo deputado **Valtenir Pereira**.

REQ 141/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, solicitação de informações sobre as despesas realizadas pelo rio 2016, tendo em vista a responsabilidade do Governo Federal de arcar com eventual déficit".

Aprovado em 23/9/2015. Subscrito pelo deputado **Valtenir Pereira**.

REQ 142/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "A fiscalização nas fronteiras brasileiras, e a importância dos efetivos da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Receita Federal do Brasil nesta ação"".

Aprovado em 23/9/2015. Subscrito pelo deputado **Jorge Solla**.

REQ 143/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "requer seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. José Augusto Nardes, para em reunião de audiência pública, debater acerca do Processo TC-005335/2015-9, que trata da prestação de contas do governo federal referente ao exercício de 2014 e a legalidade dos decretos abaixo relacionados".

Aprovado em 30/9/2015.

REQ 144/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer que seja convocado o Ministro de Minas e Energia, Carlos Eduardo de Souza Braga, para em reunião de audiência pública, falar sobre a situação dos contratos de construção naval de navios tanques, sondas de perfuração e plataformas de produção e exploração".

Aprovado em 24/9/2015, com alteração: transformado em convite e incluída no debate a situação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, em Maragogipe – BA.

REQ 145/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer sejam convidados o Presidente da Petrobrás Aldemir Bendine, o Presidente da Transpetro, Antonio Rubens Silva Silvino, o Presidente da Empresa Sete Brasil, Luiz Eduardo Carneiro, o Presidente do Estaleiro Eisa-Petroum, Germany Efranovich e o Presidente do Estaleiro Brasfels, Kwok Kai Choong para, em reunião de audiência pública, falar sobre a situação dos contratos de construção naval de navios tanques, sondas de perfuração e plataformas de produção e exploração".

Aprovado em 24/9/2015, com alteração: Incluídos um representante do consórcio de empresas e um representante dos trabalhadores do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, em Maragogipe – BA. Incluídos também o Secretário-Executivo do MDIC e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

REQ 146/15, do deputado **Luiz Cláudio**, que "requer nos termos regimentais informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Sebrae Nacional".

Aprovado em 30/9/2015.

REQ 147/15, do deputado **Edio Lopes**, que "requer a realização de Visita Técnica, seguida de Mesa Redonda, a Anglo American do Brasil, para verificar in loco a produção e o sistema de comercialização interna e externa do minério".

Aprovado em 7/10/2015. Subscrito pelo deputado **Hissa Abrahão**.

REQ 148/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de audiências públicas com Ministros de Estado, Presidentes de Empresas Estatais e Sociedades de Economia Mista, Autarquias, Fundações, Sindicatos Patronais e de Trabalhadores e Organizações da Sociedade Civil. Requer ainda a realização de várias Reuniões de Trabalho, Visitas Técnicas, seguidas de Mesas Redondas, em datas a serem definidas oportunamente, em qualquer Estado da Federação, notadamente a municípios dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para acompanhar o andamento e os desdobramentos das atividades relativas ao Grupo de Trabalho, em funcionamento no formato de "Fórum Permanente de Debates", composto de Representantes de Trabalhadores, Empresários e Membros do Governo, organizado para construir as alternativas técnicas, políticas, jurídicas e econômicas aos impactos negativos causados pela "Operação Lava Jato" na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e os riscos iminentes de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia".

Aprovado em 7/10/2015. Subscrito pelo deputado **Hissa Abrahão**.

REQ 150/15, do deputado **Vicente Candido** e outros, que "requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Contas da União-TCU, Ministro Aroldo Cedraz para, em reunião de audiência pública, falar sobre as inovações em curso no TCU, notadamente as voltadas para o controle orçamentário".

Aprovado em 7/10/2015, com **várias subscrições**.

REQ 151/15, do deputado **Vicente Candido e outros**, que "requer a participação do Colegiado da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, além de servidores e consultores legislativos, no Seminário OCDE-Fiesp – Construindo uma agenda positiva para o Brasil: lições de práticas e experiências internacionais, a ser realizado no dia 05 de novembro na cidade de São Paulo-SP".

Aprovado em 7/10/2015, com **várias subscrições**.

REQ 152/15, do deputado **Adelmo Carneiro Leão**, que "requer a criação de Comissão para a realização de audiência pública em Belo Horizonte para discutir possíveis irregularidades no episódio de arrendamento da Rádio Guarani FM, de Belo Horizonte".

Aprovado em 7/10/2015, com alteração: transformado em visita técnica.

REQ 153/15, do deputado **Adelmo Carneiro Leão**, que "requer a realização de audiência pública para discutir a dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estadual e municipal".

Aprovado em 7/10/2015. Subscrito pelos deputados **Ezequiel Teixeira e Gilberto Nascimento**.

REQ 155/15, do deputado **Leo de Brito**, que "requer a realização de audiência pública para discussão do tema: "Debate quanto os desafios enfrentados pelas Cooperativas na prestação de serviços à Administração Pública brasileira"".

Aprovado em 14/10/2015.

REQ 157/15, do deputado **Fernando Francischini**, que "requer que esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convide o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União Raimundo Carneiro, relator do processo que investigará as "pedaladas fiscais" do governo Dilma Rousseff em 2015, para que informe a esta Comissão os fatos apurados até o momento que

comprovam a continuidade das irregularidades perpetradas pelo Governo Federal".

Aprovado em 4/11/2015, com alteração: transformado o convite em pedido de informações ao Procurador do Ministério Público junto ao TCU.

REQ 158/15, do deputado **Fernando Francischini**, que "requer a realização, por esta Comissão, de audiência pública para ouvir a deputada Maria do Rosário, o deputado Pepe Vargas e a ex-ministra Ideli Salvati, que exerceram a função de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos (SDH)".

Aprovado em 4/11/2015, com alteração: transformado em requerimento de informação. Subscrito pelo deputado **Hugo Motta**.

REQ 159/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a inclusão da Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Sindifisco – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, no rol dos debatedores da audiência pública para discutir a fiscalização nas fronteiras brasileiras conforme requerimento nº 142/2015".

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 160/15, do deputado **Adelmo Carneiro Leão**, que "requer a realização de aditamento ao requerimento nº 139, de 2015, que requer a visita técnica ao Município de Buritis/MG, a fim de apurar denúncias envolvendo a construção ilegal de barragens clandestinas no Rio Uruçua".

Aprovado em 28/10/2015.

REQ 161/15, do deputado **Marcelo Aro**, que "requer a realização de audiência pública para debater o uso e a distribuição da substância fosfoetanolamina sintética no tratamento de câncer".

Aprovado em 21/10/2015.

REQ 163/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Jogos Olímpicos de 2016, a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Esporte, para debater os preparativos para a Abertura e o Encerramento dos Jogos Olímpicos 2016".

Aprovado em 28/10/2015.

REQ 164/15, do deputado **Vicente Candido**, que "requer seja convidado o professor e diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP), Yoshiaki Nakano para, em reunião de Audiência Pública, expor sobre o Financiamento da Dívida Pública versus Crescimento Econômico".

Aprovado em 28/10/2015. Subscrito pelo deputado **Léo de Brito**.

REQ 166/15, do deputado **Edinho Bez**, que "requer a realização de audiência pública com o Presidente da Telebrás, Jorge Bittar, para debater a qualidade dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil".

Aprovado em 4/11/2015. Subscrito pelo deputado **Hugo Motta**.

REQ 167/15, do deputado Fernando Francischini, que "requer informações acerca da Portaria nº 61, de 5/10/2015, ao Ministro de Estado da Saúde, que proibiu a realização de exames [de mamografia] em mulheres fora da faixa etária de 50 a 69 anos".

Aprovado em 4/11/2015. Subscrito pelo deputado **Ezequiel Teixeira**.

REQ 168/15, do deputado **Vanderlei Macris**, que "solicita sejam prestadas informações pelo Ministro Chefe da Casa Civil, Sr. Jaques Wagner, sobre viagem da Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff, a São Paulo, no dia 27 de outubro do corrente ano, para participar do aniversário do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula d Silva".

Aprovado em 4/11/2015.

REQ 169/15, do deputado **Fernando Francischini**, que "requer que seja realizada audiência pública para ouvir o Sr. Jair Meneguelli, Ex-Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria – Sesi, e a Sra. Marlene Araújo Lula da Silva, nora do Ex-Presidente Lula, a fim de que prestem esclarecimentos acerca das denúncias de pagamento de salários a funcionários fantasmas contratados pelo Sesi, a maioria apadrinhados do Partido dos Trabalhadores – PT".

Aprovado em 4/11/2015, com alteração: transformado o convite em pedido de informações ao Conselho Nacional do Sesi.

REQ 170/15, do deputado **Ezequiel Teixeira**, que "requer a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a distribuição de recursos financeiros aos Hospitais Universitários, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais- REHUF".

Aprovado em 4/11/2015. Subscrito pelo deputado **Fernando Francischini**.

REQ 171/15, do deputado **Valtenir Pereira**, que "requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater os pontos estruturantes para a integração dos países membros da Unasul nas áreas: econômica, política e social e a fiscalização nas fronteiras e a importância dos efetivos de polícias federais e órgãos de fiscalização, controle e arrecadação".

Aprovado em 11/11/2015. Subscrito pelos deputados **Delegado Waldir e Adelmo Leão**.

REQ 173/15, do deputado Leo de Brito, que "requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde para discussão da Política Pública do Governo Federal para o financiamento da saúde pública nos próximos anos".

Aprovado em 11/11/2015. Subscrito pelos deputados **Delegado Waldir e Adelmo Leão**.

REQ 175/15, do deputado Adelmo Carneiro Leão, que "requer a criação de Comissão de Deputados, membros desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para realização de audiência pública, a fim de tratar da tragédia provocada pelo rompimento das barragens de Fundão e Santarém, da mineradora Samarco".

Aprovado em 11/11/2015. Subscrito pelo deputado **Toninho Wandscheer**.

REQ 177/15, do deputado **Toninho Wandscheer**, que "requer informações ao Presidente da, Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, acerca dos salários dos seus Diretores e sobre o valor das suas aposentadorias".

Aprovado em 02/12/2015. Subscrito pelo deputado **Adelmo Leão**.

REQ 178/15, do deputado **Marcelo Aro**, que "requer a realização de audiência pública para debater as fraudes em pregões eletrônicos".

Aprovado em 02/12/2015. Subscrito pela deputada **Simone Morgado**.

REQ 179/15, do deputado **Rubens Bueno**, que "requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, com a finalidade de instituir o Dia Nacional da Mulher Empresária".

Aprovado em 02/12/2015. Subscrito pela deputada **Simone Morgado**.

REQ 180/15, do deputado **Hugo Motta**, que "requer informações ao Presidente da Petrobras, referente ao andamento das recomendações aprovadas no relatório final da CPI da Petrobras da Câmara dos Deputados em outubro de 2015 e os respectivos prazos para adequações".

Aprovado em 02/12/2015. Subscrito pelo deputado **Adelmo Leão**.

REQ 183/15, do deputado **Vitor Valim**, que "requer a convocação do Excelentíssimo Senhor Joaquim Vieira Ferreira Levy, Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as dívidas dos Agricultores Rurais do Nordeste vinculadas ao Banco do Nordeste".

Aprovado em 16/12/2015, com alteração: transformado em convite.

Sugestão de emenda

Sugestão de emenda - reforço

Na esfera federal, o Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do Plano Plurianual (PPA), um plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do Presidente eleito, para execução nos quatro anos seguintes. O PPA é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes programas de duração continuada. Os investimentos cuja execução seja levada a efeito por períodos superiores a um exercício financeiro, só poderão ser iniciados se previamente incluídos no PPA ou se nele incluídos por autorização legal. A inobservância deste preceito caracteriza crime de responsabilidade.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA.

A LDO, conforme parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da LOA; disporá sobre as alterações na legislação tributária; e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.

A proposta da LOA compreende os três tipos distintos de orçamentos da União: a) Orçamento Fiscal; b) Orçamento de Seguridade Social; e c) Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Os projetos de lei relativos ao PPA, à LDO e à LOA são elaborados pelo Poder Executivo e submetidos à apreciação do Congresso Nacional. É lícito à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a apresentação de emendas a esses projetos de lei. Os parlamentares apresentam suas sugestões de emendas ao colegiado da Comissão. Aquelas aprovadas passam a tramitar como emendas da Comissão junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016 (PL Nº 01/2015-CN)

Sugestão de Emenda nº 1, do deputado Edinho Bez, de inclusão de meta: "Código Ação 10TN – Implantação da Advocacia Pública Eletrônica: e-AGU, Programa Cidadania e Justiça, Acréscimo de Meta: 40".

Aprovada em 08/07/2015.

Sugestão de Emenda nº 2, do deputado Edinho Bez, de texto, modificativa: "TCU – Altera a redação da alínea "B" do inciso VIII do Anexo II".

Aprovada em 08/07/2015.

Sugestão de Emenda nº 3, do deputado Edinho Bez, de texto, modificativa: "TCU – Altera a redação do parágrafo 3º do artigo 16".

Aprovada em 08/07/2015.

Sugestão de Emenda nº 4, do deputado Edinho Bez, de texto, modificativa: "TCU – Altera a redação do parágrafo 3º do artigo 93".

Aprovada em 08/07/2015.

Sugestão de Emenda nº 5, do deputado Edinho Bez, de texto, aditiva: "TCU – Inclui artigo 114 que estipula prazos para encaminhamento ao TCU do relatório de gestão fiscal".

Aprovada em 08/07/2015.

Sugestão de Emenda nº 6, do deputado Edinho Bez, de texto, aditiva: "TCU – Inclui artigo 96 sobre cadastro de obras". **Falta da data de aprovação**

Sugestão de Emenda nº 7, do deputado Edinho Bez, de texto, aditiva: "TCU – Inclui artigo 101 sobre custo global de obras e serviços".

Aprovada em 08/07/2015.

Sugestão de Emenda nº 8, do deputado Edinho Bez, de texto, modificativa: "TCU – Restabelece o disposto no Artigo 22 da LDO 2015".

Aprovada em 08/07/2015.

Sugestão de Emenda nº 9, do deputado Edinho Bez: de texto, supressiva: "TCU – Suprime o inciso III do parágrafo 3º do artigo 39".

Aprovada em 08/07/2015.

SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2016 (PL Nº 07/2015-CN)

Sugestão de Emenda nº 1, do deputado Valtenir Pereira, de apropriação/acréscimo: "Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU" – Advocacia Geral da União – R\$ 300.000.000.

Aprovada em 14/10/2015.

Sugestão de Emenda nº 2, do deputado Valtenir Pereira, de apropriação/acréscimo: "Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição Nacional. – Controladoria Geral da União" – R\$ 80.000.000.

Aprovada em 14/10/2015.

Sugestão de Emenda nº 3, do deputado Valtenir Pereira, de apropriação/acréscimo: "Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei" – Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho. – R\$ 350.000.000.

Aprovada em 14/10/2015.

Sugestão de Emenda nº 4, dos deputados Vanderlei Macris e Edinho Bez, de apropriação/acréscimo: "Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais" – Tribunal de Contas da União – R\$ 52.253.177.

Aprovada em 14/10/2015.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

SUGESTÕES DE EMENDAS AO PLANO PLURIANUAL DA
UNIÃO PARA O PERÍODO 2016 / 2019 (PL 06/2015-CN)

Sugestão de Emenda nº 1, dos deputados Edinho Bez
e Vanderlei Macris, de texto, modificativa: "TCU – Altera o
artigo 14".

Aprovada em 11/10/2015.

Sugestão de Emenda nº 2, dos deputados Edinho Bez
e Vanderlei Macris, de texto, modificativa: "TCU – Altera a
redação do § 2º do art. 6º".

Aprovada em 11/11/2015.

EQUIPE TÉCNICA / COLABORADORES

Antônio Gomes de Aguiar Neto
Antonio Ribamar Aguiar de Castro
Débora Ferreira de Andrade Fernandes
Dorgil Marinho da Silva Brandão
Ivani Gonçalves da Silva
Jair Francelino Ferreira
Jayme Antonio de Souza Junior
Jose Antonio de Andrade
José Henrique Freitas Gonçalves de Araújo
Jurandyr Candido Nascimento Mello Filho
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo
Luiz Paulo Pieri
Marcia Maria Franca Souza
Mari Blessa
Mônica Lúcia Rique Fernandes
Pedro Ferraz Moreira

Estagiários

Sabrina Rocha Freire Vieira de Albuquerque
Raquel Morette Lima

Pró-adolescentes

Elen Cristina de Brito Pereira
Willian Rodrigues de Sousa

Elaboração

Supervisão Geral: Luiz Pieri, Mônica Fernandes e Jayme Souza

Edição: Dorgil Silva

Concepção das Capas, folhas de rosto, páginas de créditos e introdutórias: Marcia Franca

Apresentação: Deputado Vicente Cândido

Concepção e redação das páginas informativas do Relatório: Dorgil Silva

Resumos das audiências públicas, outros encontros e proposições: Jair Francelino

Diagramação: Dorgil Silva e Marcia Franca

Revisão: Jair Francelino e Mônica Fernandes

Fotos

Câmara dos Deputados

Alex Ferreira – 28.04 e 26.5

Cleia Viana – 09.12

Gabriela Korossy – 25.07

Gustavo Lima – 03.12

Luís Macedo – 14.07, 01.10, 18.11, 03.12, 09.12

Lúcio Bernardo Jr – 25.03, 29.04, 21.05, 27.08, 01.07, 04.11

Zeca Ribeiro – 28.04, 13.05, 20.05, 11.06, 03.12, 09.12

Acervo CFFC

18.03, 27.03, 15.04, 28.04, 07.05, 12.05, 21.05, 20.06,
02.07, 07.07, 15.07, 25.08, 27.08, 28.08, 10.09, 18.09, 01.10, 06.11, 12.11, 18.11, 25.11

Organização do evento

05.11, 23.11

Internet

(Divulgação pública)

José de Alencar, Mário Covas, Takano

Praça dos Três Poderes, Anexo II, Ala A, sala 161, Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefones: 3216-6671 a 6675

FAX: 3216-6676

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cffc>



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle 2015

RELATÓRIO DA 1ª SEÇÃO LEGISLATIVA DA 55ª LEGISLATURA